

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SISTEMAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL**

**TURISMO RURAL E SUSTENTABILIDADE:
SUBSÍDIOS PARA ELABORAR UM PROJETO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO DE UBIRATÃ-PR**

SOLANGE RACOSKI BORDIM ZEN

Dissertação de Mestrado

**FLORIANÓPOLIS
2005**

SOLANGE RACOSKI BORDIM ZEN

**TURISMO RURAL E SUSTENTABILIDADE:
SUBSÍDIOS PARA ELABORAR UM PROJETO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO DE UBIRATÃ-PR**

Dissertação de Mestrado apresentada
a Universidade Federal de Santa
Catarina, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em
Engenharia de Produção.

**Orientador: Prof. João Helvio
Righi de Oliveira**

**FLORIANÓPOLIS
2005**

SOLANGE RACOSKI BORDIM ZEN

TURISMO RURAL E SUSTENTABILIDADE:
SUBSÍDIOS PARA ELABORAR UM PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO DE UBIRATÃ

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de

Mestre em Engenharia da Produção no
Programa de Pós-graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 01 de setembro de 2005

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof. João Hélio Righi de Oliveira, Dr.
Orientador

Prof. Paulo Roberto C. Nogueira, Dr.

Prof. Luis Felipe Dias Lopes, Dr.

AGRADECIMENTOS

A *Deus* que ilumina meus caminhos, apontando a melhor direção.

A Faculdade Dom Bosco de Ubiratã, na pessoa de seus Diretores *Marlize e Roberto*, pela oportunidade de realizar este sonho.

A Prefeitura Municipal de Ubiratã, através do Assessor da Secretaria de Meio Ambiente, *Jamil Bernis*, pela colaboração para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos Alunos, Professores e Direção do Colégio Estadual Carlos Gomes, pelo interesse, entusiasmo e vontade de agir em prol do meio ambiente.

Ao Prof. *João Hélio de Oliveira*, pelo profissional amigo e pela dedicação para que este trabalho obtivesse sucesso.

Aos professores Jacó Gimenez e Maria Elisa Rissardo pelas palestras ministradas.

As Famílias *Massaranduba, Saran, Sucupira, Magni, Bernis, Bertoli, Novaes e Vesco*, envolvidas no Programa Sítio-Tur, pela paciência, dedicação e colaboração.

Aos amigos de Mestrado, em especial, *Fátima, Izabel, Divanir, Cláudio e Antonio (Kuka)*, pela amizade conquistada, pelas horas de felicidade e de estudos.

A *Célia*, amiga maravilhosa, mola mestra que não mediu esforços em acompanhar a realização desta pesquisa.

Aos meus pais, *Vilder e Nina* de quem muito me orgulho, pessoas lutadoras e dedicadas à proteção ao meio ambiente.

Ao meu esposo, *Cláudio*, pelo amor, compreensão, colaboração e respeito ao meu trabalho, dando-me sempre a segurança de que eu não estava só nesta caminhada.

Aos meus queridos filhos *Beatriz Anne e Cláudio Roberto*, a quem eu amo muito, por entenderem minha ausência.

Aos meus familiares pelo carinho, incentivo e apoio nos estudos.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Sustento...

Cuidar da mata

Que protege a água farta

Roubar da mata a pureza do ar

E se fartar de ar.

Sustentável...

Conhecer os desejos da terra

É o que o homem deve fazer

Afagar e manter o cio da terra

Para retirar dela o sustento e o lazer.

Sustentabilidade...

Recolher cada bago de trigo

Forjar do trigo o milagre do pão

Para que no futuro o irmão

Possa se fartar de pão.

Adaptado de: Cio da terra –

Milton Nascimento e Chico Buarque de Holanda

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 Problematização	2
1.2 Justificativa	3
1.3 Objetivos	5
1.4 Hipótese	5
1.5 Estrutura do Trabalho	6
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	7
2.1 Do Surgimento à Atualidade: Os Caminhos da Educação Ambiental	7
2.2 A Possibilidade de Interação Homem-Natureza: O Desenvolvimento Sustentável	11
2.3 A Educação Ambiental como Fator de Mudança de Comportamento	15
2.4 Turismo Rural e Sustentabilidade: Subsídios para Elaborar um Programa de Educação Ambiental	19
2.4.1 Turismo Rural a Nível do Brasil e do Mundo	20
2.4.2 Culinária Paranaense como Elemento Propulsor do Turismo no Estado do Paraná	23
2.5 Sitio-Tur: Uma Iniciativa de Turismo Rural na Agricultura Familiar no Município de Ubitatã	27
2.6 A Paisagem e a Inter-relação com o Turismo Rural	31
2.6.1 A importância da mata ciliar na conservação dos mananciais e da paisagem natural	32
2.7 Agroindustrialização da Produção da Produção dos Agricultores Famíliares	37
2.8 Agroindústrias e a Responsabilidade Social	41
2.9 Considerações	47
CAPÍTULO 3 – MÉTODOS, INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS	48
3.1 Delimitação do Estudo	48

3.2 Caracterização da Pesquisa	49
3.3 Aplicação do Modelo e Metodologia	50
3.4 Viabilidade do Questionário como Instrumento de Avaliação	55
CAPÍTULO 4 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO APRENDIZAGEM SOCIAL DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DE DADOS E PROPOSTA DE MELHORIAS	59
4.1 A Percepção dos Problemas Ambientais	60
4.2 A Importância da Preservação das Nascentes e Recomposição das Matas Ciliares	63
4.3 Práticas Ambientais Sustentáveis	67
4.4 Agroindústrias e Responsabilidade Social	71
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	76
5.1 Quanto aos Objetivos e a Hipótese	76
5.2 Avaliação do Modelo Proposto	77
5.3 Oportunidade de Melhorias e Recomendações	78
5.3.1 Recomendações para o Gestor Público	79
5.3.2 Recomendações para Trabalhos Futuros	80
5.4 Considerações Finais	80
REFERÊNCIAS	82
ANEXO A	86
ANEXO B	97

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A Importância do Reflorestamento	35
Figura 2: Temas Abordados no Programa de Educação Ambiental	59
Figura 3: Turismo Rural e Sustentabilidade	63
Figura 4: Sensibilização – Início do Programa	108
Figura 5: Momentos de Reflexão sobre Meio Ambiente	108
Figura 6: Palestras por Técnicos em Meio Ambiente	109
Figura 7: Reflorestamento – Participação dos Alunos	109
Figura 8: Saída para Passeio Ecológico pelo Sítio-Tur – Ubiratã-PR	110
Figura 9: Passeio pela Trilha Ecológica	110
Figura 10: Mapa do Sítio-Tur	111
Gráfico 1: Informações sobre meio ambiente	90
Gráfico 2: Problemas prioritários do município	90
Gráfico 3: Responsabilidade sobre os problemas ambientais	90
Gráfico 4: Importância das matas ciliares na conservação das nascentes	91
Gráfico 5: Proposta de maior sustentabilidade para as matas ciliares	91
Gráfico 6: Agroindústria e Sustentabilidade	91
Gráfico 7: Sugestões de práticas sustentáveis	92
Gráfico 8: O município e a sustentabilidade	92
Gráfico 9: Ações sociais das empresas e seus benefícios	93
Gráfico 10: Avaliação do Turismo Rural	93
Quadro 1: Responsabilidade Social Interna e Externa	44
Quadro 2: Propostas dos Trabalhos	51
Quadro 3: Atividades desenvolvidas	53
Quadro 4: Critérios e abordagens das questões do instrumento de avaliação	57
Tabela 1: A percepção dos Problemas Ambientais	61
Tabela 2: Importância da Preservação das Nascentes e Recomposição das Matas Ciliares	65
Tabela 3: Práticas Ambientais Sustentáveis	68
Tabela 4: Turismo Rural, Agroindústrias e Responsabilidade Social	72

LISTA DE ABREVIATURAS

C.E.C.G. – Colégio Carlos Gomes – Ensino Fundamental e Médio
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural

RESUMO

ZEN, Solange Racoski Bordim. **TURISMO RURAL E SUSTENTABILIDADE: SUBSÍDIOS PARA ELABORAR UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO DE UBIRATÃ.** Florianópolis, 2005, 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

O Turismo Rural surge como uma alternativa para aumento da qualidade de vida no meio rural, portanto, merece especial atenção dos poderes públicos e do setor privado. Estes podem beneficiarem-se de ações das escolas para realizar programas de Educação Ambiental que venham contribuir para desenvolver uma cultura voltada à sustentabilidade. A pesquisa, decorrente de estudos e de novas concepções ambientais, propõe para o Ensino Médio, um Projeto de Educação Ambiental como Aprendizagem Social de Práticas Sustentáveis que sensibilize, conscientize e direcione práticas sustentáveis voltadas às propriedades que compõe o programa de Turismo Rural – Sítio-Tur, no município de Ubiratã. Tendo como objetivo uma ação sistêmica, procura envolver parcerias com a comunidade escolar, comunidade rural e poder público, contribuindo para a conscientização da necessidade do cuidado com o meio ambiente e a sua preservação às gerações futuras. Alia teoria e prática em trabalhos de campo, promove a interdisciplinaridade, o envolvimento e a participação ativa dos educandos através da pesquisa-ação. Possibilita integração e participação consciente, acompanhando a aprendizagem do aluno e a transmissão de conhecimentos sobre princípios e comportamentos sustentáveis junto à comunidade familiar e aos proprietários rurais. Envolve vários temas direcionados à solução de problemas ambientais locais e contém um modelo de avaliação correspondente, cujos resultados possibilitam sugerir oportunidades de melhorias. É uma iniciativa para incentivar, direcionar e subsidiar a execução de novas práticas educativas construídas coletivamente no seio da escola.

Palavras-chave: Turismo rural, sustentabilidade, Educação Ambiental.

ABSTRACT

ZEN, Solange Racoski Bordim. **TURISMO RURAL E SUSTENTABILIDADE: SUBSÍDIOS PARA ELABORAR UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO DE UBIRATÃ.** Florianópolis, 2005, 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

The Countryside Tourism appears as an alternative to increase the quality of life on the countryside areas, therefore; it deserves special attention from the public government and also private sector. These can be benefited from the actions of the schools that carry programs of Environment Education which contribute to develop a culture related to the sustainability. The research, decurrent from studies and new environment conceptions, indicates to “EnsinoMédio”, a Program of Environment Education as a Social Learning of Sustainability that sensetizes, acquires knowledge and directs the actions of sustainability from the program of Environment Tourism – “Sítio-Tur”, in the city of Ubiratã. Having as the objective a systematized action, the programs tries to involve partnerships with local schools, countryside communities and the public government in this way, contributing for the awareness of the necessity of the care with the environment and its preservation for the future generations. It joins practical actions and theory in the field of work, promotes the user of cross-curricular themes, the involvement and the active participation of the students through the research-action. It makes possible integration and conscientious participation, following the learning of the students and the transmission of knowledge, principles and behaviors about sustainability together to the familiar community and the land owners. It involves some subjects directed to the solution of local environment problems and contains a model of corresponding evaluation, where the suggest opportunities of improvements. It is an initiative to stimulate, to direct and to subsidize the execution of new educational actions constructed collectively into the school.

Key-words: Countryside Tourism, sustainability, Environment Education.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

O Meio Ambiente é sempre suporte de todos os modelos de desenvolvimento estabelecidos ao longo do processo de ocupação humana dos espaços, provocando impactos e uma crescente degradação da terra e, conseqüentemente, uma considerável perda da qualidade de vida pelas populações (TELLES, 2002). Neste contexto, a questão ambiental é, sem dúvida, um problema a ser resolvido pelo ser humano, que busca solucioná-los, como garantia não só da sobrevivência das espécies e do próprio homem, mas, fundamentalmente de uma “sobrevivência de qualidade”. A relação homem-ambiente precisa ser encarada como prioridade, colocando em prática medidas e ações conscientizadoras. Só assim será possível garantir a sobrevivência da humanidade.

Defender o meio ambiente é responsabilidade de todos, especialmente quem trabalha nos setores administrativos, quer seja na área da educação, saúde, esporte ou limpeza pública. No Brasil, a Constituição de 1988, parágrafo 1º, contempla a Educação Ambiental desta forma: “Cabe ao Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Sendo assim, a Educação Ambiental busca a formação de sujeitos a partir do intercâmbio com o mundo e com outros sujeitos.

Esta interdependência é esclarecida por Sato:

A Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito de todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas que conservem entre si relação de interdependência e diversidade (SATO, 2002, p. 17).

Segundo a autora, isto requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário. Considera ainda, que a Educação Ambiental deve gerar, urgentemente, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida. Para desencadear este processo, é preciso que haja uma Educação Ambiental, global, holística. A verdadeira educação ambiental deve pertencer à

comunidade, partindo dela e a ela retornando. Do contrário servirá de opressão ao invés de educação.

Para realizar um trabalho destinado a preservar os recursos naturais remanescentes ou voltado para o reequilíbrio dos ecossistemas necessita de encontrar o homem motivado em relação à natureza, portanto nada melhor do que começar com as crianças e os jovens para, quando adultos, tomarem decisões em favor do meio ambiente, da vida e da sobrevivência.

Tendo por base esta fundamentação teórica e metodológica é que propomos discutir o Turismo Rural e sua relação com o meio ambiente, de forma sustentável, ou seja, ecologicamente direcionada e economicamente viável vindo ao encontro das necessidades das comunidades locais.

1.1 Problematização

O ser humano sempre buscou a satisfação total de suas necessidades: saúde, educação, trabalho, moradia e lazer. Entre outras coisas, as atividades de lazer significam conhecer e usufruir de lugares distintos aos do seu dia-a-dia. Assim, o turismo cresce a cada dia devido aos investimentos que visam agradar ao homem.

O turismo se caracteriza por um dos fenômenos mais significativos da época em que vivemos, atingindo proporções mundiais e influenciando definitivamente os campos político, cultural, econômico e social. Para Oliveira (2002, p. 7) "o turismo é considerado na atualidade como elemento gerador de empregos, multiplicador e distribuidor de renda e propulsor de desenvolvimento socioeconômico".

Com todas estas implicações o turismo merece uma atenção muito grande dos poderes públicos e do setor privado, podendo estes beneficiar-se das ações das escolas para desenvolver, segundo Reigota (1999, p. 133) "uma Educação Ambiental, de caráter interdisciplinar, fundamentada na cooperação, no direito à qualidade de vida, na participação, na análise crítica e na afirmação das liberdades".

O desenvolvimento dessas atividades carece de uma preparação prévia e aí, a escola apresenta-se como essencial para a aquisição, ampliação e divulgação de conhecimentos e novos comportamentos que se fazem necessários para colocar em prática uma cultura voltada à sustentabilidade.

Para viabilizar o turismo é importante que todo um processo de proteção ambiental, de sustentabilidade para os recursos e atrativos turísticos, de conscientização e responsabilidade para com o meio ambiente e de marketing turístico com responsabilidade pelo ambiente, seja bem implantado e administrado, passando por correções e avaliações de tempos em tempos.

Neste contexto surge a problemática: de que maneira um programa de educação ambiental pode contribuir para apontar oportunidades de melhorias que viabilizem o desenvolvimento sustentável nas propriedades que compõe o programa de Turismo Rural – Sítio-Tur – do município de Ubatã?

O que se propõe é vivenciar um projeto de aprendizagem social de práticas pedagógicas sustentáveis, voltadas à Educação Ambiental, com interação entre teoria e prática, fazendo com que ocorra a conscientização da comunidade escolar quanto aos cuidados que devemos ter com o Meio Ambiente, sua recuperação e preservação.

1.2 Justificativa

Vivemos atualmente um momento em que grandes mudanças se tornam necessárias, exigindo a participação de toda a sociedade, com novos valores políticos, sociais, econômicos, culturais e éticos, como uma única alternativa para garantir a continuidade e a qualidade de vida.

Pereira enfatiza que o objetivo principal da Educação Ambiental é proporcionar ao aluno uma série de situações e experiências:

-Colocar as pessoas em contato direto com o mundo onde vivem; - sensibilizar as pessoas para a importância do ecossistema que nos envolve; discutir a importância do ambiente para a saúde e o bem-estar do indivíduo; - desenvolver no educando o sentido ético-social perante os problemas ambientais; orientar as pessoas para as relações entre o ambiente em que vivemos e o exercício da cidadania; - comparar o chamado desenvolvimento econômico com a degradação ambiental e a qualidade de vida (PEREIRA, 1993 *apud* ZEPPONE, 1997, p. 21).

Para efetivar estas ações, Leonardi & Avanzi (1998, p. 101) propõem: “o primeiro passo, para atrelar os reflexos da escola pública à constituição dos sujeitos sociais, seria abrir espaço para se trabalhar a subjetividade dentro do estabelecimento escolar resgatando um sentido pessoal nas atividades que

realizam, pelos elementos trazidos pelo trabalho”. Só a partir do envolvimento e do compromisso pessoal é que cada ser humano se sentirá chamado a cumprir o seu papel de cidadão participativo. E aí reside a principal função da escola.

A escola é um local imprescindível de se promover à consciência ambiental a partir da conjugação das questões ambientais com as questões sócio-culturais, de forma a alterar os valores e comportamentos atuais.

A escolha do tema está diretamente ligada à convivência da pesquisadora, que desde de criança conheceu a natureza quase intacta do município de Ubitatã. Por ser filha de pioneiros, acompanhou na infância e na adolescência os seus processos de transformação e também de degradação. Agora, na fase adulta compreende a necessidade de conhecer seus mistérios, respeitá-la e protegê-la, fazendo jus a uma formação cultural cultivada desde a infância, inculcada pelos pais.

Esta pesquisa tem como objetivo principal elaborar um programa com um conjunto de práticas de Educação Ambiental que envolva o pesquisador e participantes: alunos, comunidade, órgãos governamentais, de modo cooperativo e participativo, contemplando os seguintes temas: percepção dos problemas ambientais, preservação das nascentes, recomposição da mata ciliar, desenvolvimento sustentável, agroindústria e responsabilidade social, a fim de desenvolver a sensibilização, conscientização e a ação dos alunos através de práticas sustentáveis, colaborando com a continuidade do desenvolvimento sustentável e valorizando ainda mais o Turismo Rural local. Consta ainda do programa, um processo de avaliação, no qual os alunos participantes são avaliados através da aplicação de um questionário.

Este trabalho, desenvolvido de forma a garantir a participação de todos os envolvidos nas atividades de educação ambiental como parceiros de investigação, estudo e práticas, pretende ser uma iniciativa que possa incentivar, direcionar e subsidiar a execução de novas práticas educativas construídas coletivamente no seio da escola.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar o turismo rural e sua sustentabilidade, através do Programa Sítio-Tur, como elementos geradores de subsídios para elaborar um projeto de Educação Ambiental no Ensino Médio de Ubiratã-PR.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Disponibilizar informações, aliando teoria e prática, possibilitando a cada integrante da comunidade escolar, sentir-se capaz de intervir pela mudança de valores e atitudes relacionadas ao meio ambiente;
- Estabelecer relações entre turismo ecológico sustentável e a proteção das nascentes e mananciais, a fim de proteger o meio ambiente garantindo melhorias da qualidade de vida;
- Desenvolver e avaliar um projeto de Educação Ambiental, no 2º Grau, que sensibilize, conscientize e direcione práticas sustentáveis voltadas às propriedades que compõe o programa de Turismo Rural – Sítio-Tur, no município de Ubiratã-PR.

1.4 Hipótese

Se, o município de Ubiratã tem como principal atividade econômica a agricultura, então um projeto de Educação Ambiental, direcionado ao Turismo Rural pode despertar nos jovens a conscientização e a formação de valores que direcionem práticas ambientais sustentáveis e apontar oportunidades de melhorias.

A Pesquisa se propõe responder as seguintes questões:

- Como desenvolver um projeto de Educação Ambiental no Ensino Médio, de forma a sensibilizar, conscientizar e praticar ações sustentáveis?
- Como despertar nos jovens e adolescentes um comportamento de proteção em relação às nascentes e mananciais?
- As atividades desenvolvidas nas propriedades do Sítio-Tur promovem a interação entre o homem e o meio ambiente, usando de forma sustentável os seus recursos naturais?
- Que procedimentos são indicados pelos alunos para melhorar a sustentabilidade das propriedades que pertencem ao Sítio-Tur?

1.5 Estrutura do Trabalho

No primeiro capítulo apresenta-se a título de introdução, o contexto, o problema, a justificativa e os objetivos que norteiam o trabalho.

Na seqüência, no segundo capítulo, aborda-se o pensamento de Capra, Dias, Sachs, Reigota, Sato, Buarque, além de muitos outros autores que através do acesso à Internet, foram referenciados quanto ao seu posicionamento em relação à Educação Ambiental no contexto da sustentabilidade e do Turismo Rural, servindo de embasamento teórico e ideológico da proposta.

A caracterização da pesquisa, estrutura metodológica e a descrição dos procedimentos do projeto de Educação Ambiental realizado no Colégio Estadual Carlos Gomes-Ensino Fundamental e Médio (C.E.C.G.), da rede pública de Ubatuba-PR são apresentados no terceiro capítulo.

No capítulo quarto apresentam-se a análise e discussão do programa de Educação Ambiental tendo como enfoque principal a aprendizagem social de práticas sustentáveis e a avaliação dos resultados, onde são comentados e comparados com a síntese obtida no levantamento bibliográfico do segundo capítulo.

Para finalizar, o quinto capítulo apresenta conclusões, nas quais se baseou para elaborar respostas ao problema apresentado na introdução da pesquisa, as considerações finais e sugestões para futuros trabalhos sobre o assunto.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O atual modelo econômico gerou imensos desequilíbrios; de um lado, muita fartura e riqueza, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentando dia-a-dia, tornando-se uma preocupação constante, pois as perdas ambientais são uma realidade que afeta a vida de milhões de pessoas, sendo em países desenvolvidos ou em desenvolvimento e, para haver vida com qualidade, deve-se buscar o equilíbrio entre as ações humanas e preservação do meio ambiente.

A proteção do meio ambiente, seus problemas e possíveis soluções tornaram-se um dos assuntos mais discutidos e preocupantes em todo o mundo. A Educação Ambiental tem sido apontada como uma das formas necessárias para a criação de uma consciência ecológica ou ambiental, entendida como prática social, transformadora da sociedade, a qual se preocupa com seu principal patrimônio que é a natureza.

Neste capítulo, recorre-se a vários e renomados autores para esclarecer e fundamentar a importância de Educação Ambiental na expectativa que a mesma possa fortalecer a consciência ambiental que leve ao desenvolvimento sustentável.

2.1 Do Surgimento à Atualidade: Os caminhos da Educação Ambiental

O desenvolvimento da consciência ambiental, internacionalmente, deve-se ao livro Primavera Silenciosa, publicado pela jornalista norte-americana Rachel Carson, na década de 60, mais precisamente no ano de 1962, que já chamava a atenção para os problemas ambientais, cuja interferência era do homem no meio ambiente. Após esta iniciativa, grandes acontecimentos marcaram a preocupação com as questões ambientais. No ano de 1968, foi formado um Conselho para Educação Ambiental, fazendo parte mais de 50 organizações cujos objetivos eram o estudo sobre educação e meio ambiente. Neste mesmo ano, a UNESCO, desenvolveu um levantamento sobre a escola e o meio ambiente em 79 de seus países membros, já afirmando que a Educação Ambiental deveria permear toda a grade curricular devido

ser um tema muito complexo e, portanto exige um tratamento interdisciplinar. O mesmo ainda enfatizava que as questões ambientais tinham que ser conceituados em todos os aspectos: sócio-econômicos, culturais, políticos, éticos, os tradicionais físicos, químicos e biológicos (TELLES, 2002).

Ainda em 1968, foi fundado o Clube de Roma, formado por 30 especialistas de diversas áreas do conhecimento, com a atenção voltada para as questões econômicas e ambientais, publicando em 1972, o relatório “Os Limites do Crescimento”. O relatório condenava o crescimento econômico dos países a qualquer custo, tornando-se cada vez mais ricos e poderosos, não levando em conta o custo ambiental que tivesse que ser submetido.

Em 1972, após várias pressões de ambientalistas que vieram de todos as partes do planeta, incluindo também o relatório do Clube de Roma, a Organização das Nações Unidas-ONU, realizou em Estocolmo, na Suécia, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Esta Conferência criou o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente – PNUMA, sediado em Nairobi (DIAZ, 2002).

A Conferência sobre a Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, Suécia, reconhece a Educação Ambiental para combater a crise ambiental no mundo; em 1977, em Tbilisi, Geórgia, URSS, criou-se documento técnico com finalidade, objetivos, princípios orientadores e estratégias para a Educação Ambiental; possibilitando a redação da Carta da Terra, em 1992 por ocasião da realização da Rio 92.

O marco relevante da Educação Ambiental aconteceu em 1977, em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS), com a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO, com colaboração do PNUMA. Nesta Conferência, considerada um marco histórico de grande destaque no desenvolvimento da Educação Ambiental, foi elaborada a Declaração sobre Educação Ambiental, documento que definiu objetivos, princípios, estratégias e recomendações para o seu desenvolvimento em todo o mundo (TELLES, 2002).

Nesta conferência também foram definidos os princípios da Educação Ambiental como: “formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e problemas com ele relacionados, e que possua os conhecimentos, as capacidades, as atividades, a motivação e o compromisso para colaborar individual

ou coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros”.

Em 1975, em Belgrado, Iugoslávia, representantes de 65 países se reuniram para discutir os princípios e orientações do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, e a formulação da Carta de Belgrado, alertando quanto às conseqüências do crescimento econômico e tecnológico sem limites.

Em 1987, aconteceu o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambientais, em Moscou, promovido pelo UNESCO/PNUMA, onde foram avaliadas as conquistas e as dificuldades na área da Educação Ambiental, elaboraram-se as estratégias internacionais para as ações desta área a serem aplicadas a partir da década de 90. Também neste Congresso, reconheceu-se a importância da absorção da Educação Ambiental nos sistemas educacionais dos diversos países.

Em Buenos Aires, 1988, o Seminário Taller Latino Americano de Educação Ambiental estabelece resultados considerados por Zeppone como importantes:

- Que a Educação Ambiental seja parte da política ambiental dos países, se adapte às características culturais, específicas das populações envolvidas e se tenha presente o papel que a mulher desempenha na família, na sociedade e no desenvolvimento promovendo a reformulação da educação em função de uma concepção interdisciplinar; - deve ter em conta o contexto do subdesenvolvimento que sofrem os países da América do Sul e se transforme em instrumento idôneo para a integração, apoio mútuo e signifique educar para a paz e a justiça através da participação; - acentue a necessidade de criação de um novo estilo de desenvolvimento, que inclua crescimento econômico, equidade social e conservação dos recursos naturais, capaz de propiciar relações mais humanas, fraternas e justas entre os homens, e destes com o seu meio ambiente (ZEPPONE, 1999, p. 19).

A educação deve ser uma atividade contínua; ter caráter interdisciplinar; ter um perfil pluridimensional; ser voltada para a participação social e para a solução de problemas ambientais; visar à mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais indicando o ensino formal como um dos eixos fundamentais para atingir as metas nela estabelecidas.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada de ECO-92 ou Rio-92, no Rio de Janeiro, contou com a participação de mais de 170 países. Deste encontro, foi elaborada a Agenda 21, reunindo as propostas de ação e estratégias e prevendo a promoção da qualidade de vida e desenvolvimento sustentado com pensamento no século XXI (TELLES, 2002).

Neste documento, mais precisamente no capítulo 36, é dedicado à Educação Ambiental, sobre o foco “Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento”, ratificando as premissas da Conferência de Tbilisi. Também durante a Rio/92, foi redigida a Carta Brasileira para a Educação Ambiental, coordenado pelo MEC, destacando “a necessidade de um compromisso real do poder público federal, estadual e municipal, no cumprimento da legislação para a Educação Ambiental”.

As ONG's, Organizações não governamentais, participaram do FÓRUM GLOBAL, encontro que foi realizado paralelamente à Conferência Rio/92. Na ocasião formularam-se várias propostas, entre elas o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Este documento reforça a importância da Educação Ambiental como meio indispensável para elaborar e desenvolver formas menos prejudiciais de interação homem-natureza.

Os congressos, encontros, seminários e conferências, descritos acima são de grande importância para o desenvolvimento, a sistematização e a divulgação dos conhecimentos relacionados com a Educação Ambiental. Mesmo assim, uma das grandes dificuldades no campo da Educação Ambiental é chegar-se a um consenso quanto à sua definição, sendo o da Conferência de Tbilisi, mais aceito internacionalmente.

Porém, não se pode achar que somente a Educação Ambiental será responsável para interromper o processo de degradação ambiental pelo qual passa nosso planeta. A certeza é que a Educação Ambiental é um dos melhores caminhos e um instrumento indispensável, para que sejam colocadas em prática as mudanças de comportamentos que irão contribuir para a preservação do ambiente e manter a qualidade de vida (TELLES, 2002).

Tendo por base estes fatores, a Política Nacional de Educação Ambiental, criada em 1999, em seu art. 3º, afirma que todos têm direito à educação ambiental, incumbindo aos poderes públicos e a sociedade a responsabilidade de cuidar do meio ambiente.

I – Ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II – As instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

- III – Aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA – promover ações de educação ambiental integradas (...);
- IV – Aos meios de comunicação de massa colaborar (...) e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;
- V – Às empresas, entidades de classes, instituições públicas e privadas promover cursos destinados à capacitação dos trabalhadores (...);
- VI – À sociedade como um todo manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades (...) voltada à preservação, a identificação e a solução de problemas ambientais (COSTA, 2005, p. 16).

Desta forma, a Educação Ambiental será vista como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis do processo educativo aliado a ações concretas por parte da sociedade. A Educação Ambiental é tida como um dos elementos mais poderosos para combater rapidamente a crise ambiental mundial.

2.2 Possibilidade de Interação Homem-Natureza: Desenvolvimento Sustentável

O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando a um comprometimento da qualidade de vida da população. Parte dos recursos naturais não é renovável e se esgota, em algum horizonte de tempo, dependendo do ritmo de aproveitamento, dos estoques e reservas dos recursos. E, uma parte destes estão sendo explorados numa intensidade superior ao seu próprio ritmo de auto-reprodução, começam também a se esgotar, levando a uma desorganização do meio ambiente. A consciência desses “limites” da natureza e da sua amplitude planetária passa a exigir novas políticas e posturas que alterem o próprio modelo de desenvolvimento, inclusive para assegurar a continuidade de funcionamento da economia a médio e longo prazos (BAPTISTA FILHO, 1999).

Entre as alternativas de desenvolvimento que se difundem no período, merece um destaque especial a concepção de ecodesenvolvimento apresentada e fundamentada por Ignacy Sachs (década de 70), precursor do desenvolvimento sustentável. A proposta do Ecodesenvolvimento baseava-se em seis metas prioritárias. A satisfação das necessidades básicas da população: educação, alimentação, saúde, lazer; a solidariedade para com as gerações futuras, preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver; - a participação da população

envolvida, todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal; - a preservação dos recursos naturais, água, oxigênio, etc; - a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios; - a efetivação dos programas educativos (SACHS, 1986).

Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Através dos debates em torno do ecodesenvolvimento, é que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável. “Desenvolvimento Sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades [...] No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve por em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento-Comissão Brundtland, O.N.U, 1987). Este relatório foi bem aceito pela comunidade internacional, pois não apresentava críticas à sociedade industrial.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta, pois muitos países deixaram de ignorar as relações entre o desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente. As discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos, que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO₂, que constavam do acordo sobre o clima, e conseqüentemente não assinando a convenção sobre a biodiversidade. O Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA) define desenvolvimento sustentável como programa que “pode melhorar a qualidade de vida das pessoas dentro da capacidade potencial do sistema de sobrevivência da terra”.

Segundo Buarque, desenvolvimento sustentável é o resultado de várias parcerias:

O conceito de Desenvolvimento Sustentável resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também de várias formulações acadêmicas e técnicas que surgem durante as três últimas décadas com críticas ao economicismo e defesa do respeito ao meio ambiente e às culturas (BUARQUE, 2002, p. 58).

Para que consigamos alcançar o Desenvolvimento Sustentável, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo e não pode ser considerada isoladamente. O desenvolvimento sustentável preocupa-se com a geração de riquezas, com o objetivo de distribuí-las a toda a população, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida, considerando a qualidade ambiental do nosso planeta.

A AGENDA 21, documento aprovado por mais de 170 países, durante a Rio-92, contém compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento no século XXI, sendo também um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, estado, município ou região, planejando seu futuro de forma sustentável. Na construção deste documento, pessoas que nela trabalharam criaram a frase: “A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades” (AGENDA 21,1997).

O processo de planejamento deve envolver toda a população, para discutir os principais problemas, formando parcerias e compromissos para a solução a curto, médio e longo prazo, dos problemas questionados. A Agenda 21, com seu esforço de planejar o futuro, baseando-se nos seus princípios, gera produtos concretos, exeqüíveis e mensuráveis, de acordo com compromissos efetuados com toda a população.

De acordo com novas teorias da biologia lideradas por Capra, a natureza expressa a propriedade dos organismos vivos que lhes permite manter em estado de equilíbrio dinâmico. Capra afirma (1996 p. 54): “o universo vivo evolui da desordem para a ordem, em direção a estados de complexidade sempre crescente [...] um sistema auto-organizador não apenas importa ordem vinda do meio ambiente, mas também recolhe matéria rica em energia, integra-a em sua própria estrutura e, por meio disso, aumenta sua ordem interna”.

Há uma interdependência múltipla entre animais e vegetais em função do solo, da atmosfera e da água. Uma árvore, por exemplo, não depende apenas do homem que a plantou, mas de inúmeras espécies microscópicas que se encarregam de decompor a matéria orgânica depositada no solo, incorporando a Terra os nutrientes indispensáveis à vitalidade da árvore (BAPTISTA FILHO, 1999).

O homem é parte integrante da natureza e não pode viver sem ela, contra ela ou longe dela. Segundo essa abordagem, tanto a natureza quanto a sociedade, incluindo o sistema econômico, constituem sistemas complexos em equilíbrio dinâmico que combina uma tendência à desorganização e uma capacidade de auto-organização e auto-regeneração. E como o desenvolvimento sustentável envolve a relação entre a natureza e a sociedade, cada uma como um subsistema de uma complexidade mais ampla, a base técnica e científica repousa no processo permanente de desorganização e reorganização da totalidade de suas partes construtivas (BUARQUE, 2002).

Tanto a visão ética, quanto o novo paradigma de desenvolvimento sustentável dos recursos humanos, expressos em educação e qualidade de vida da população, são fatores fundamentais para a competitividade sistêmica.

Essa capacidade de auto-regeneração dos seres vivos e dos sistemas complexos, incluindo a sociedade, constitui parte importante do referencial teórico do desenvolvimento sustentável. Buarque (2002, p. 65) esclarece: “para trabalhar com sistemas complexos e não-lineares o enfoque teórico deve recorrer a uma abordagem sistêmica e, ao mesmo tempo, holística do desenvolvimento sustentável, de modo a lidar com múltiplas dimensões em interações dinâmicas e de alto grau de incerteza”.

Segundo Buarque a capacidade de recuperação e regeneração da natureza está ligada ao estilo de desenvolvimento econômico adotado:

A relação entre a degradação e a capacidade de recuperação e regeneração da natureza depende, antes de tudo, do estilo de desenvolvimento, com as mediações da estrutura produtiva, do padrão de consumo e da base tecnológica. A sustentabilidade do desenvolvimento tem seu limite definido pela natureza, diante da qual organiza sua forma de produção e consumo (BUARQUE, 2002, p. 66).

As relações entre a natureza e a sociedade, com sua organização econômica e política, devem ser percebidas como uma totalidade complexa formada de elementos constitutivos – subsistemas – integrados e interligados, estabelecendo entre si controles e restrições, de cuja interação resulta o todo. O referencial de análise para o desenvolvimento sustentável deve ser holístico, porque requer uma observação do comportamento da totalidade que envolve interações complexas entre os sistemas sociais, econômicos e ambientais, subsistemas do objeto de trabalho e de planejamento.

O verdadeiro objetivo do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida humana permitindo aos seres humanos desenvolver as suas atividades necessárias para a sobrevivência e levar vidas dignas e satisfatórias. O crescimento econômico é uma parte importante do desenvolvimento, mas não pode ser um objetivo em si mesmo, nem pode continuar indefinidamente.

Nesta pesquisa adota-se o seguinte posicionamento: supõe-se desenvolvimento sustentável e harmônico, aquele que possa gerar retorno econômico e novas formas de emprego, respeitando o meio ambiente natural e sócio-cultural. Para atingi-lo, a Educação Ambiental é fator indispensável e vital, pois é a maneira mais direta e funcional para se conseguir a participação da população.

2.3 A Educação Ambiental como Fator de Mudança de Comportamento

A Educação Ambiental se faz necessária a partir do momento em que se compreende que a problemática ambiental é gerada por fatores sócio-econômicos, políticos e culturais e não pode ser resolvido somente por meios tecnológicos.

Tozoni-Reis afirma:

A problemática ambiental emerge da história das relações dos homens com a natureza, sob os aspectos econômicos, políticos e sociais, reafirmando a abordagem sócio-ambiental conferida a essa problemática [...] o enfrentamento da crise ambiental exige transformações nas formas históricas com que os seres humanos se relacionam entre si (TOZONI-REIS, 2004, p. 133).

Assim, a autora confirma (2004, p. 157): “estudar a natureza é, cada vez mais, tomar decisões histórico-científicas sobre a relação homem-natureza”. A Educação Ambiental deve ser encarada como uma ferramenta privilegiada para o estabelecimento de um novo contrato com a natureza, uma conscientização mais profunda, tendo o homem como elemento primordial a ser inserido como elemento chave no contexto ambiental (IBAMA, 1999).

Segundo registro da Lei de Educação Ambiental, art. 2º, “Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Nesse contexto, a Educação Ambiental visa desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (AGENDA 21, cap. 36).

Brandão (1998 *apud* SEGURA, 2001, p. 43), afirma: “a Educação Ambiental é uma das vocações da educação, inspira-se valores de respeito e todas as formas de vida e de solidariedade, bem como na necessidade de adquirir conhecimentos específicos a respeito da problemática ambiental”.

Outra abordagem esclarecedora é feita por Reigota:

Sendo a Educação Ambiental um produto da sociedade, seria ingenuidade pensar que ela teria o poder de sozinha, transformar toda a sociedade. Ela serve de ferramenta para estimular a reflexão, propiciar conhecimento e subsidiar a ação, na tentativa de minimizar os danos ambientais e reforçar a responsabilidade de cada um para que tenha no seu convívio social, as bases estabelecidas de uma “nova aliança” entre a sociedade e a natureza (REIGOTA, 1994, p. 312).

Esta nova aliança traz novas perspectivas de vida, de mudanças através da busca de novos caminhos. São inquietações que, partindo da experiência real e concreta necessita da construção de propostas políticas e práticas numa perspectiva inovadora para conscientizar toda a comunidade de que a natureza e tudo o que nela ocorre, é também responsabilidade de todos nós.

Sorrentino (1991 *apud* SEGURA, 1991, p. 48) destaca: “estudos sobre problemas ambientais provam de maneira bastante clara que a falha não está na falta de informação ou no desconhecimento dos problemas, mas na sensação de distância entre a ação individual e coletiva”.

Este distanciamento entre individual e coletivo é fruto de cultura política profundamente arraigada em valores como desigualdade, privilégio, servilismo e resignação, que sustenta uma educação tradicional que forma os que mandam e os que obedecem.

A Conferência de Tbilisi foi sem dúvida o marco referencial para a Educação Ambiental, por isso recorre-se ao seu conceito e esclarecimentos quanto à sua importância. Retoma-se o pensamento de Sato para reafirmar:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as

inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida (SATO, 2002, p. 23).

Esta conferência define também os princípios para a Educação Ambiental, segundo Telles (2002 p. 32):

- Considerar o meio ambiente em sua totalidade em seus aspectos natural, tecnológico, social, econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral, ético e estético.
- Construir um processo permanente e contínuo, durante todas as fases do ensino formal, desde o início da educação infantil; através de um enfoque interdisciplinar.
- Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional, para prevenir os problemas ambientais, considerando-os nos planos de desenvolvimento e crescimento.
- Promover a participação dos alunos na organização de todas as suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas conseqüências.
- Estabelecer para os alunos de todas as idades uma relação entre a sensibilização ao meio ambiente, a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes, para resolver problemas e clarificação de valores.
- Ajudar os alunos a descobrirem os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais, ressaltando a complexidade dos problemas ambientais e, em conseqüência, a necessidade de desenvolver o sentido crítico e as atitudes necessárias para resolvê-los.
- Utilizar diversos ambientes com a finalidade educativa e uma ampla gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente, ressaltando principalmente as atividades práticas e as experiências pessoais.

É preciso que a Educação Ambiental tenha uma identidade dentro do processo educativo, não devendo, porém, delegar à escola toda a responsabilidade de construir um mundo melhor, pois ela não é responsável por tudo na vida das pessoas. Deverá haver um envolvimento por parte de toda a comunidade, onde se inserem os verdadeiros atores sociais que manifestam o seu comprometimento em solucionar, ou não, as questões ambientais.

Baseando-se nas práticas e nos estudos, a Educação Ambiental, apresenta as seguintes características, citadas por Telles (2002, p. 34):

- Processo Dinâmico Interativo

A Educação Ambiental foi definida na Conferência de Tbilisi como “um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência de seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir, individual ou coletivamente, e resolver problemas ambientais”.

- Transformadora

A Educação Ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir a mudanças de atitude. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.

- Participativa

A Educação Ambiental atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos.

- Abrangente

A importância da Educação Ambiental extrapola as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e coletividade. A eficácia virá, na medida em que sua abrangência vai atingindo a totalidade dos grupos sociais.

- Globalizadora

A Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.

- Permanente

A Educação Ambiental tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e contínuo, não se justificando sua interrupção.

A Educação Ambiental contribuirá para a mudança se a convivência cotidiana permitir a participação tanto de professores como dos alunos na construção de seu saber e estabelecer canais de conexão com a realidade fora da escola. A participação de alunos e professores é a chave para criar condições para que se sintam motivados a executar ações voltadas para a transformação de valores que evidenciem a importância e a necessidade da preservação ambiental.

Buscando este equilíbrio, o Turismo Rural apresenta-se como alternativa de desenvolvimento sustentável, tema que serve de subsídio para elaborar a proposta de trabalho nesta pesquisa.

2.4 Turismo Rural e Sustentabilidade: Subsídios para Elaborar um Programa de Educação Ambiental

O desenvolvimento do meio rural apresenta-se como um grande desafio para os proprietários e para os órgãos governamentais, tendo como eixo central a preocupação em oferecer opções de crescimento, quando somente as atividades agrícolas tradicionais não garantem o indispensável a uma economia eficiente. A resposta a este dilema pode estar em recursos endógenos ao lugar, ou seja, o meio rural pode oferecer condições para novos empreendimentos econômicos competitivos dentro dos padrões atuais de sustentabilidade, através da implantação do turismo rural.

2.4.1 Turismo Rural: Perspectivas a Nível do Brasil e do Mundo

No contexto atual, em que a cada dia a organização da sociedade torna-se mais complexa, o turismo rural apresenta-se como elemento prioritário das ações humanas, sendo considerado fator criador de renda e ocupações, promotor de infra-estruturas e um meio de intercâmbio e trocas entre o ambiente rural e o urbano.

Segundo Oliveira, o turismo rural é fator de crescimento da economia mundial:

De uma forma geral, esse setor cresce entre 8% e 15% ao ano, no mundo inteiro, empregando uma entre dez pessoas da população mundial economicamente ativa, impulsionando o trânsito de 650 milhões de viajantes internacionais e receitas superiores a 460 bilhões de dólares (OLIVEIRA, 2002, p. 7).

A Comunidade Européia vem desenvolvendo o Projeto LEADER desde a década de 90. Blos argumenta que:

A filosofia do projeto LEADER (Liason entre Action de Devenloppement d'Economie Rurale- MAcSHARRY - 1992), é a de que, o desenvolvimento rural deve partir de um desejo comum de todos os atores radicados no cenário local, conhecedores plenamente da realidade local e decididos em alcançar objetivos comuns. O projeto, orienta-se para ações que se propõem à integração, ao valor demonstrativo, à transferibilidade e à inovação (BLOS, 2000, p. 200).

Esta experiência vivenciada na Europa revela que o turismo rural, por ocorrer nos arredores da unidade familiar, é um fator positivo para desenvolver as áreas rurais frágeis e viabilizar a permanência das pessoas no campo. Os agricultores também podem se beneficiar de atrativos culturais, naturais, tecnológicos e outros, nas comunidades ou propriedades próximas.

No entendimento de Almeida & Riedl o Turismo Rural pode representar uma saída para a crise fundiária atual.

Turismo Rural é conhecido como atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade turística, surge como alternativas para proprietários rurais na atual crise fundiária, atrelada a falta de incentivos ao homem do campo. É um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente (ALMEIDA & RIEDL, 2000, p. 7).

Este processo do qual fala o autor é o que se refere à proposta em estudo nesta pesquisa: o princípio da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável como elemento de promoção do Turismo Rural. Quanto aos aspectos ambientais, o turismo rural na agricultura familiar visa o uso racional dos recursos naturais, sua preservação, conservação e recuperação, visto que tais recursos passam a constituir atrativos turísticos.

O Brasil, conhecido no mundo inteiro por suas belezas naturais, pela diversidade cultural de seu povo apresenta também um rico folclore que transparece em diversas manifestações como na alimentação, música, vestuário, danças e sotaques inconfundíveis, sendo estas características excelentes propulsoras de atração turística. Em alguns estados, o turismo rural é uma modalidade relativamente nova, mas já apresenta resultados positivos.

Grandes questões serviram para iniciar a reflexão do turismo rural no Brasil. A primeira questão é que alguns conceitos classificatórios estariam baseados em parâmetros europeus, resultando em graves equívocos, por se tratar de realidades muito diferentes e complexas. Outra questão importante é a grande extensão geográfica do Brasil e as diferentes fases do processo histórico de apropriação do território, basicamente em função do extrativismo vegetal, mineral, da pecuária e da agricultura. Os chamados ciclos econômicos pelos quais o Brasil passou deixaram na paisagem seus aspectos marcantes, constituindo um diversificado patrimônio histórico-cultural (BRASIL, MT, 2004).

O ciclo do gado, desenvolvido de Nordeste a Sul, deixou um rico folclore e uma apreciada gastronomia, principalmente na Região Sul; o ciclo da cana-de-açúcar, desenvolvido na Zona da Mata Nordestina, é responsável por um suntuoso patrimônio arquitetônico; o ciclo do ouro e do diamante, desenvolvido no Estado de Minas Gerais, deixaram um patrimônio urbano de inegável valor, igualmente nas áreas rurais; o ciclo do café, desenvolvido basicamente na região Sudeste, deixou propriedades senhoriais de significativo valor arquitetônico, muitas sedes de fazendas, atualmente restauradas, acolhem majestosamente os turistas aficionados à nossa história (BRASIL, MT, 2004).

A EMBRATUR, inclui o Turismo Rural na Política Nacional de Turismo onde procura delinear diretrizes, estratégias e programas para apoiar a diversificação das atividades e fontes de renda do homem do campo, como também a preservação do patrimônio histórico, cultural e natural.

Rodrigues informa os primeiros passos dados na direção do turismo rural no Brasil:

Com o rótulo de turismo rural, sabe-se que as primeiras iniciativas oficiais, em escala estadual, ocorreram no município de Lages, Estado de Santa Catarina, na fazenda Pedras Brancas. Em 1986, a fazenda propôs a acolher visitantes para passar “um dia no campo”. A fazenda do Barreiro e a fazenda Boqueirão, oferecendo pernoite e participação nas lidas do campo, são consideradas pioneiras (RODRIGUES *apud* ALMEIDA & RIEDL, 2000, p. 61).

Estas iniciativas foram se multiplicando em todo o território brasileiro, primeiramente nas regiões Sul e Sudeste, e, mais recentemente muitos municípios da região Centro-Oeste, aderiram à atividade.

O Fórum Nacional de Turismo Rural, realizado em Brasília em novembro de 1998, afirmou que:

Turismo Rural é um conjunto de atividades turísticas comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo [...] o Turismo Rural tem como objetivo aproximar a população urbana da natureza, promovendo o intercâmbio entre o homem da cidade e o homem do campo; revitalizar na zona rural a melhoria da qualidade de vida, conservando os recursos naturais e reabilitando o patrimônio sócio-cultural (EMBRATUR, 1998).

Para direcionar este posicionamento faz-se necessário apontar princípios e normas para que o mesmo se realize, assim, Zimmermann & Castro apontam os princípios fundamentais do turismo rural:

O turismo rural deve cultivar a identidade própria e a autenticidade, princípios traduzidos pelo respeito às características de um lugar como um todo, as atividades produtivas, a preservação da paisagem e a harmonia ambiental, manifestada pelo cuidado com o ambiente; enfim, todos os fatores que dão identidade própria ao local (ZIMERMANN & CASTRO *apud* BLOS, 2000, p. 202).

As características do campo são as principais motivadoras do turismo rural, portanto é essencial mantê-las em equilíbrio. Esta manutenção é bastante ampla e está relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável. Para tornar real na prática o equilíbrio entre os fatores mencionados, pode-se relacionar sustentabilidade a uma mesa triangular que, para poder manter-se de pé, precisa de três amparos equilibrados: fatores ambientais, sociais e econômicos (OLIVEIRA, 2002).

Diante desse cenário de crescente visibilidade da atividade turística no meio rural, Books esclarece:

Surge daí a noção de Turismo Rural na Agricultura Familiar, entendido como “a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos” (BOOKS, 2003, p. 56).

O autor entende que o poder público deve assumir um papel fundamental no apoio, implantação e fomento da atividade turística desenvolvida por agricultores familiares nas unidades agrícolas. Neste sentido, surgem no início da década de 90, os primeiros projetos elaborados pelo poder público, de assistência técnica e extensão rural, incluindo o turismo na força de trabalho da agricultura familiar. A partir daí, unidades agrícolas familiares têm se apropriado da proposta do turismo, ofertando atividades ligadas a lazer, esporte, cultura, gastronomia, hospedagem, técnicas produtivas, gerando uma complementação significativa da renda familiar.

A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, considerando as demandas sociais e as diretrizes e ações políticas do Governo Lula e, principalmente, os seus compromissos sociais relativos ao desenvolvimento agrário, as metas de geração de trabalho e renda e o programa de segurança alimentar e combate à fome, propõe o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar para o período de 2003 a 2006 (M.D.A. 2003).

Este processo de mudança social e elevação das oportunidades das comunidades proposto pelo governo brasileiro pretende compatibilizar-se com os interesses dos agricultores, ao longo do tempo e no espaço, gerando crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

2.4.2 Culinária Paranaense como Elemento Propulsor do Turismo no Estado do Paraná

O Paraná, devido suas condições climáticas atraiu um grande número de imigrantes europeus que ao se estabelecerem na região contribuíram com a força de

seu trabalho e sua formação cultural, influenciando de maneira especial a culinária paranaense. O ciclo do tropeirismo mudou a cultura, os costumes e o foco econômico do Estado do Paraná, sofrendo influências dos locais por onde passavam, cujo trabalho era transportar tropas, mensageiros de notícias, consolidadores de caminhos e fundadores de núcleos populacionais ao longo do percurso. Os tropeiros, em suas andanças, também influenciaram a gastronomia, que assimilavam alguns tipos de comida e as repassavam por onde passavam.

Na atualidade, vários municípios oferecem uma gastronomia típica, aliadas as belezas naturais que transformam o estado em uma região de fartas atrações turísticas.

Almeida & Riedl informam que:

No Paraná, atividades ligadas ao Turismo Rural, acontecem em aproximadamente 70 municípios, e está crescendo a cada dia, baseando-se na rica tradição rural que o Estado oferece. É caracterizado por sítios, pequenas chácaras e fazendas que buscam no turismo, uma forma de equilibrar a receita com as despesas, agregando valores de renda, seja no setor agrícola ou no setor pecuário (ALMEIDA & RIEDL, 2000, p. 63).

O Turismo Rural desenvolvido em áreas rurais produtivas adapta-se aos alojamentos da sede da propriedade ou em edificações apropriadas – pousadas, nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas neste espaço, quer como lazer ou aprendizado. Esta modalidade, oferta produtos naturais de origem local ou regional (IDECO, 2003).

Dentre os serviços turísticos destacam-se os de alimentação e de hospedagem. O primeiro consiste na oferta de produtos típicos da gastronomia local ou de preparo especial, sempre no contexto de valorização e resgate cultural – receitas e preparos em desuso ou quase esquecidos. Nos estabelecimentos de hospedagem (pousadas, pensões, hospedarias, residências de agricultores, acampamentos/*camping*), o envolvimento com a produção rural, o atendimento tipicamente familiar, a rusticidade característica do meio e a manutenção das características arquitetônicas e decorativas dão o toque da cultura rural, com conforto, calor humano e qualidade (OLIVEIRA, 2002).

Considerada elemento básico da atividade do Turismo Rural, está a necessidade de desenvolver a harmonia entre os interesses da comunidade local, o turismo e o meio ambiente. A harmonia destes fatores significa garantir a

sustentabilidade da atividade turística através de três elementos básicos: elementos culturais, ecológicos e econômicos.

Os locais que se predispõe à prática do Turismo, oferecem aos visitantes: restaurante, pesque pague, colha pague, passeios à cavalo, caminhadas por trilhas, rapel em pedreiras e cachoeiras, artesanatos e conservas (valorizando a agroindústria local), manifestações artísticas e tradicionais locação da casa sede para famílias e grupos fechados, local para pequenos eventos, e outros (BLOS, 2000).

Com os movimentos migratórios e imigratórios, os paranaenses incorporavam hábitos alimentares dos imigrantes, principalmente por alemães, italianos, poloneses e ucranianos, que tinham o costume de conservar a carne em banha; o uso da quirera do milho amarelo; o porco, o boi, o carneiro, assados inteiros no rolete.

Recentemente os municípios paranaenses, instituíram pratos típicos, cultivando as tradições de seus antepassados e os aspectos sócio-econômicos, criando-se pratos que fazem do Paraná, a “Terra dos Sabores”: Porco no Rolete, Vaca Atolada, Leitoa no Tacho, Leitão Assado à Paraguaia, Dourado no Carrossel, Carneiro no Vinho, Suíno no Carrossel, Leitoa Desossada à Pururuca, Ovelha Enfarinhada, Tainha na Folha de Bananeira, Peixe Azul Marinho, Leitão na Brasa, Frango na Pedra e muitos outros (SETU, 2004).

A culinária paranaense, muito apreciada pelos visitantes, é uma mistura de todos os povos que aqui habitavam, e se transformaram em atrações turísticas marcadas por festas típicas que atraem tanto a população local quanto a de diferentes regiões. Os índios paranaenses deixaram a cultura do pinhão, excelentes coletores do produto, e para consumi-lo fora de época, deixavam-no 48 horas submersos em água corrente, secando-o depois ao sol (SETU, 2005). O pinhão é indispensável em festas juninas, e em sofisticados restaurantes transformados em croquetes, sopas, aperitivos, suflês, farofas, panquecas. O homem simples, trabalhador do campo, faz do pinhão uma deliciosa sapecada e paçoca.

Dos índios, também ficou a arte de tomar chimarrão, chá mate e outras bebidas em infusão, que veio após a prática de ingerir as folhas da erva mate como alimento. Também é herança dos índios, o conhecimento das frutas e raízes nativas, bem como o preparo do milho e da mandioca, usado na confecção de farinhas, cuscuz, pamonhas, bijus; na pesca e caça com a carne “moqueada”, assada em buraco aquecido.

Da cultura portuguesa, ficou o “Barreado”, composto de carne, toucinho e temperos, cujo prato para ser preparado, é um verdadeiro ritual, considerado o Prato Típico do Paraná. O Barreado representa festa, alegria e fartura, sendo adotado como prato do período do entrudo, o precursor do carnaval, que não perde o sabor original, liberando as pessoas de precisarem cozinhar nas festas populares. O processo do Barreado é “barrear” a panela com pirão de cinza e farinha de mandioca, para evitar que o vapor escape e o cozido seque depressa (SETU, 2005).

O Porco no Rolete, prato típico da cidade de Toledo, localizada na região oeste do Paraná, uma das principais atrações gastronômicas, requer muita técnica e arte na hora do preparo, sendo criada em maio de 1974. O evento partiu de um desafio, imposto por um dos sócios do Clube Caça e Pesca, agricultor local, entre uma cuia de chimarrão, caipirinha e acordes de um violão e gaita, em torno de um braseiro, que dizia conseguir assar um porco inteiro, recheado com temperos exóticos, enfiado num espeto de madeira, que girava impulsionando manualmente (SETU, 2004).

O desafio aceito por outros sócios, foi a mola impulsionadora para a criação deste evento, com adaptações tecnológicas no decorrer de cada ano. O evento tem um regulamento, onde um grupo de pessoas de destaque na cidade forma um corpo de juízes degustadores, onde o ponto alto é o torneio entre as equipes de assadores. Um porco de seis meses, aproximadamente, é assado inteiro num rolete que gira sempre na mesma velocidade e direção, levando cerca de 20 horas de fogo para ficar pronto. Um mês antes do abate, o animal ingere outro tipo de alimentação para que haja diminuição de banha, sem perda de peso. O porco no rolete leva uma quantidade de temperos refinados, como a alfavaca, a noz-moscada e alecrim e muito vinho branco. Cada assador tem seus segredos na hora do preparo, pois fazem parte do recheio mais de 30 ingredientes, de acordo com o paladar e a imaginação. Um dos segredos na hora de assar o porco está em furar o seu couro para que a gordura saia, facilitando a digestão.

Outra atração gastronômica no Estado é a Festa Nacional do Carneiro no Buraco, evento realizado anualmente no 2º domingo de julho, na cidade de Campo Mourão, localizada a 98 km de Ubatuba, criada na década de 1980. O objetivo deste prato típico é preservar e divulgar essa deliciosa tradição da cidade e de seus colonizadores. O cozimento em buracos escavados no chão era costume dos índios, para evitar o risco de provocar incêndio nas florestas. O prato hoje tem um alto

padrão de qualidade, agradando até os vegetarianos, pois incorpora grande quantidade de legumes e tubérculos, e esta comida típica é uma das mais conhecidas no Estado (SETU, 2004).

Estas iniciativas bem sucedidas foram aos poucos se tornando tradicionais e, por sua vez atraindo mais turistas e assim popularizando cada vez mais as festas. Tomando-as como exemplo os demais municípios tem optado por trilhar o mesmo caminho. Desta maneira, o município de Ubitatã, com a finalidade de incentivar e caracterizar o turismo local instituiu seu prato típico – Frango na Pedra.

2.5 Sítio-Tur: Uma Iniciativa de Turismo Rural na Agricultura Familiar do Município de Ubitatã

O Município de Ubitatã tem nome indígena, que em Tupi-Guarani significa madeira dura. Está localizado na região centro-oeste do Estado do Paraná, a 76 km de Cascavel e a 92 km de Campo Mourão e é eixo da BR-369. Tem como município limítrofes: Norte – Quarto Centenário, 78 km; Sul – Braganey: 76 km; Leste – Campina da Lagoa, 27 km; Oeste – Nova Aurora: 35 km e Corbélia; Sudoeste: Anahy, 45 km; Nordeste: Juranda: 24 km e Noroeste: Iguatu, 56 km.

Foi municipalizado em 1960 e teve sua emancipação política em 1961, cuja festa de aniversário é no dia 04 de novembro. Possui 22.560 habitantes, sendo 17.606 habitantes na zona urbana e 4.954 habitantes na zona rural (IBGE, 2004). Sua área territorial é de 655.845 km², 67.569 ha. O clima é subtropical de verões quentes e geadas pouco freqüentes a temperatura mínima de julho é de 7,5 °C; a média mais quente é superior a 22°C e a dos meses mais frios é inferior a 18°C. A altitude é de 550m entre as serras Piquiri e Cantú. A vegetação é tropical, banhada pelo rio Piquiri e seus afluentes: Comissário, Carajá e Tricolor (SAMA - Ubitatã, 2001).

Por ter um solo de terra roxa e de boa fertilidade a atividade econômica do município baseia-se principalmente na agricultura tendo como principais culturas: soja, milho, trigo, algodão e iniciando a avicultura de corte. Possui um canal de televisão, três rádios e dois jornais.

Na década de 90 com a decadência da cotonicultura, houve um grande êxodo rural caracterizando um processo migratório do trabalhador rural rumo aos centros

urbanos em busca de melhores condições de vida. No entanto, devido ao crescimento desordenado nos grandes centros urbanos ocorre hoje o interesse por parte dos agricultores em voltar à zona rural. Este processo de inversão deve acontecer mediante um planejamento prévio, em busca de alternativas produtivas que viabilizem a permanência e manutenção do homem do campo, oferecendo uma melhor condição de sobrevivência, fazendo-o permanecer no espaço rural.

No caso do município de Ubitatã, a municipalidade atuou como parceira para a viabilização destes projetos para que os mesmos pudessem funcionar. No entanto, é preciso dar continuidade a estas iniciativas independente do partido político que esteja no poder, pois o que deve importar é o crescimento econômico das comunidades dentro dos padrões desejáveis de sustentabilidade.

Assim, em 2001, o poder público municipal com parcerias com a SEAB, EMATER e agricultores familiares, deu início ao Programa “Abre Porteiras” destinado incentivar e desenvolver a agricultura familiar através da diversificação da produção agropecuária e a transformação dos produtos naturais em produtos comercializáveis. Com o objetivo de elevar a auto-estima e confiança dos proprietários, fomentar a capacitação profissional, ocupar as escolas desativadas e fixar o homem no campo é que foi criado o programa Sítio-Tur, que contém um roteiro de Turismo Rural integrado à produção, lazer, compras e preservação ambiental. A proposta é um passeio onde os turistas percorrem 95 km de estradas asfaltadas ou não, para durante um dia visitar as agroindústrias desenvolvidas nestas propriedades e conhecer as belezas naturais do município (SAMA – Ubitatã, 2001).

Esta iniciativa surge como uma estratégia para geração de renda complementar e também acena com a possibilidade de divulgar o potencial agrícola e turístico do município, além de incentivar os produtores a melhorar a qualidade de seus produtos, bem como a sua qualidade de vida através da promoção da integração cidade e campo. É formado por pequenas e médias propriedades, que oferecem atrativos como conhecer as belezas naturais e conviver com o cotidiano familiar de produção agrícola, além de poder estar em contato com o ar puro do campo.

O Turismo Rural apresenta-se como uma oportunidade de inserir os pequenos proprietários no mercado local e regional. No que se refere à oferta de produtos transformados, de origem animal: queijo, leite, embutidos e de origem

vegetal: doces, conservas, pães, oferecidos aos visitantes, a atratividade reside também no processo de produção. Pode-se enquadrar a produção e comercialização de artesanato originado de produtos e elementos naturais locais. É imprescindível a identificação desses produtos com a cultura local, com os elementos da terra e com as características histórico-geográficas do território.

Quanto à produção rural, o Turismo Rural na Agricultura Familiar caracteriza-se pela utilização das atividades produtivas da propriedade como atrativo turístico principal, sob a forma de demonstrações, explicações e vivência das técnicas utilizadas, em que o turista também pode interagir como parte do processo. Ex: atividades em pomares, leiterias, apiários, criações de animais em geral, áreas cultivadas, vinícolas, alambiques. Técnicas agropecuárias de mínimo impacto apresentam grande poder de atratividade.

Das inumeráveis atividades recreativas, várias podem ser praticadas nas unidades familiares, desde que estejam associadas com o conjunto de práticas que caracterizam o meio rural: pesca; pesque-pague; cavalgadas; caminhadas; passeios de barco; banhos em rios, lagos, represas, cachoeiras; atividades lúdicas em geral. As áreas naturais, incluindo-se as protegidas legalmente, transformam-se em atrativos turísticos elementares. Ao serem entendidas como importante fator de atratividade, passam a servir de estímulo à sua proteção, tanto pelo turista como pela família rural (M.D.A , 2003).

A exemplo de festas populares e religiosas, eventos esportivos, técnicos e científicos, feiras e exposições agropecuárias, centros tecnológicos e de pesquisa, cachoeiras e rios, propriedades de Turismo Rural já consolidadas, outras unidades familiares, podem ser visitadas para aumentar o tempo de permanência do turista.

O real valor destas iniciativas reside no fato de buscar o desenvolvimento sustentável local, para esclarecer este posicionamento recorre-se a Buarque:

Desenvolvimento comunitário também é uma forma particular de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais; normalmente não tem uma estrutura político-administrativa e institucional (como a municipalidade), mas tende a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica e a capacidade de organização e participação comunitária (BUARQUE, 2002, p. 33).

Visto desta maneira, o turismo rural apresenta-se como uma atividade satisfatória a todos os envolvidos. A comunidade tem a oportunidade de divulgar o lugar e a região, criando a partir da valorização da cultura e da estima do local onde

vivem, uma consciência para o desenvolvimento local sem deixar de lado a preservação ambiental.

No desenvolvimento do turismo rural, tomando como ponto de referência à comunidade local, se o empreendimento não for bem planejado e ordenado pode trazer graves conseqüências, podendo ocasionar a descaracterização da cultura local, onde devendo ocorrer a modificação dos padrões sociais tradicionais, pela ampliação dos horizontes sócio-culturais dos mais jovens, que em determinados casos se recusam a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua, etc.

A educação ambiental é um passo muito importante para que se consiga alcançar estes objetivos. Estas oportunidades dependem em primeira instância das áreas com destinação turística e, para preservá-las é necessário que uma série de fatores sejam postos em prática. Partindo desta afirmativa, Oliveira (2005 p. 03) aponta os elementos para a conservação das mesmas: “uma legislação ambiental, campanhas educativas, elaboração de um processo eficaz para a destinação do lixo, do esgoto, dos produtos químicos, como também, tratamento de águas, reciclagem e reaproveitamento de materiais e energia, reflorestamento, entre outras coisas”.

Mesmo não havendo legislação específica para esta modalidade de turismo, é necessário obedecer a legislação vigente, relacionada à área tributária, trabalhista, vigilância sanitária e ambiental. Assim, com as recomendações técnicas das diversas áreas constituintes do turismo rural: engenharia civil, agronomia e engenharia florestal, entre outras, também devem ser consideradas para evitar problemas (BLOS, 2000).

É preciso ainda observar que o Turismo Rural deve ter como princípio o baixo impacto de sua prática, tanto no aspecto ambiental quanto social. Esta modalidade não é compatível com a exploração em larga escala, típica do turismo em massa. Nesta forma de turismo, a oferta é que deve controlar a demanda. Isto significa que, mesmo havendo aumento de procura, o empreendedor precisa estabelecer limites para a expansão da sua oferta, sob pena de comprometer o equilíbrio ambiental, as características da atividade e a própria sustentabilidade do negócio.

2. 6 A Paisagem e a Inter-relação com o Turismo Rural

As paisagens naturais são recursos essenciais para a atividade turística, no caso do turismo rural, são o principal atrativo por favorecer o contato com a natureza, o ar puro, a calma e a paz tão procurada nos dias atuais.

Burle Marx esclarece o uso do termo paisagem:

Embora o termo 'paisagem' não informe nada acerca de suas características, é evidente que qualquer vista tem, para o observador, uma série de elementos que a definem e que a diferenciam de outras infinitas paisagens. A morfologia do terreno, a flora, a fauna, os recursos hídricos locais e a ação antrópica são elementos que, ao constituírem a paisagem, ao mesmo tempo a caracterizam de forma inconfundível (BURLE MARX, 1997 *apud* RODRIGUES, 2000, p. 225).

Esta paisagem, colocada à disposição do homem vem sofrendo há séculos sua interferência e sendo modificada continuamente de acordo com as suas necessidades. Recorre-se aqui novamente às palavras de Rodrigues “a paisagem é um notável recurso turístico, desvelando alguns objetos e camuflando outros, por meio da posição do observador, quando pretende encantar e seduzir” (RODRIGUES, 2000).

O turismo pode ser considerado como uma atividade complexa que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias - produção de espaço, como as terciárias – serviços, que agem articuladamente, apropriando-se de lugares exóticos, de paisagens naturais de paisagens históricas, transformando-os.

Krippendorf chama a atenção pelo uso dos componentes naturais da paisagem:

Afinal, não se deve esquecer que os componentes naturais da paisagem, isto é, ar puro, o sol, as montanhas [...] são inteiramente gratuitos. Eles estão a livre disposição de todos ou quase. Eles não têm preço. De certa forma são o bônus do pacote. É por esta razão que muitas regiões turísticas liquidam seus recursos, sem se dar conta do que estão perdendo, cada vez mais a própria independência (KRIPPENDORF, 1995 *apud* RODRIGUES, 2000, p. 227).

Rodrigues complementa, concluindo que:

A relação entre turismo e paisagem é marcada pela contraditoriedade, produzindo tanto efeitos positivos quanto negativos ao ambiente, e tanto mais ao se notar que o turismo “é uma atividade que sacraliza a natureza e ao mesmo tempo submete-a ao mundo da mercadoria, pois se paga para

desfrutar da natureza, da paisagem natural ou do ambiente natural ou construído” (RODRIGUES, 1997 *apud* ALMEIDA & RIEDL 2000, p.226).

Desse modo, conservar o ambiente natural não é apenas uma necessidade urgente, mas também uma questão de sobrevivência tanto do ponto de vista econômico quanto da sobrevivência humana. Portanto, compreendê-la, analisá-la e controlar ou até mesmo limitar suas modificações são aspectos de suma importância para o desenvolvimento do turismo.

Percebe-se que a sustentabilidade dos recursos e atrativos turísticos dependem da colaboração de todos, não sendo um assunto exclusivo do poder público ou da iniciativa privada. Trata-se de um assunto de todos, para que a todos se reserve uma boa qualidade de vida e de recepção turística.

2.6.1 A Importância da Mata Ciliar na Preservação dos Mananciais e da Paisagem Natural

A Terra é chamada planeta da água e isso se deve ao fato de nosso planeta ter dois terços de sua superfície coberta de água. A água é o elemento de ligação de todos os subsistemas ambientais, sendo essencial para o funcionamento dos ecossistemas e da vida, como a formação e dinâmica dos solos e do clima. É composto por dois elementos, hidrogênio e oxigênio, a água é pura, substância incolor, sem sabor e sem cheiro (BRANCO, 1999).

Mas a maior parte dessa água está nos oceanos e é salgada. Sobram pouco mais de 1% de água doce. Para os seres humanos isso está se tornando um problema, por um lado, porque somos muitos, mais de seis bilhões de pessoas em todo o planeta, por outro, porque nas grandes concentrações urbanas a água é utilizada em inúmeras atividades, além daquelas diretamente relacionadas à manutenção da saúde, e seu consumo tem aumentado cada vez mais.

A água tem uma importância muito grande em toda história da Terra. O surgimento da água líquida sobre a superfície do planeta, ainda em formação, provocou grandes transformações. As intensas chuvas que caíram sobre a Terra, há bilhões de anos, acelerou o processo de resfriamento da superfície e também desgastou-a intensamente. Esse processo de desgaste formou o relevo da Terra com montanhas, planícies, vales, planaltos. Formou também os solos onde crescem

as florestas e vegetais, que são alimento para inúmeros animais, inclusive os seres humanos (BRANCO, 1999).

Atualmente esse desgaste continua através dos rios, enxurradas e dos oceanos, porém, é bem menos intenso do que foi durante a formação do planeta. Outro aspecto da importância da água líquida na Terra é o surgimento da vida. A vida, tal como a conhecemos, surgiu na água e depende integralmente dela. Reciprocamente, nos lugares onde ela está presente, se dão as condições para o desenvolvimento dos processos vitais.

A capacidade de renovação das águas durante o ciclo hidrológico e sua agilidade de auto-purificação, permite a relativa conservação, por um longo período, da quantidade e qualidade das águas doces. Este fato dá a falsa ilusão de inalterabilidade e inexauribilidade dos recursos hídricos que são considerados como um bem gratuito do meio ambiente. Sob estas condições, historicamente, a tradição é de descuido com o uso dos mesmos.

Em termos gerais, esse volume de água que intervém no ciclo hidrológico é praticamente constante, mas, sem dúvida, espacialmente está modificando-se a nível continental, regional e local, toda vez que a hidrologia de uma região, condicionada por fatores climáticos, topográficos, geológicos, de vegetação sofre as conseqüências das atividades humanas como a poluição e a degradação ambiental (BORGHETTI, 2005).

O abastecimento de água potável às populações, em quantidade e qualidade adequadas, é um indicador básico da sua qualidade de vida. Momentos recentes na história da humanidade têm demonstrado uma preocupação global com as questões ambientais da preservação e utilização racional dos recursos hídricos. Esta preocupação levou a ONU (Organização das Nações Unidas), a instituir o “Dia Mundial da Água” como dia 22 de março de 1992, lembrado por todos como mais um dia em defesa da preservação da natureza, onde foi redigido um documento cujo título é “Declaração Universal dos Direitos da Água”.

Esta, através do artigo 2º e 3º, estabelece que a água é a condição essencial da vida de todo ser vegetal, animal ou humano; que é um direito fundamental do ser humano: o direito à vida; um recurso natural renovável. Suas características são importantes para o meio ambiente, preservando a vida na terra, porém, se não manipulado com racionalidade e precaução, pode se tornar um recurso finito.

Preservar nascentes é ter a preocupação de que a água, um recurso natural renovável, devido à pequena disponibilidade de água doce no planeta, possa ser um recurso finito. É importante ressaltar a função da mata ciliar no processo de preservação das nascentes. Por preservação entende-se o cuidado em evitar a contaminação da água e a eliminação da mata ciliar.

Kubota (2004, p. 23) informa: “a mata ciliar, a vegetação nativa na beira dos rios, ajuda a evitar inundações ao absorver a água da chuva, além de impedir a erosão, contentando a terra e o lixo que podem ser levados para os rios com a chuva”. O nome “mata ciliar” vem do fato de serem tão importantes para a proteção de rios e lagos como são os cílios para nossos olhos. São florestas, ou outros tipos de cobertura vegetal nativa, que ficam às margens de rios, igarapés, lagos, olhos d’água e represas.

Este tipo de vegetação se beneficia da disponibilidade de água e dos nutrientes que se acumulam nas margens destes cursos d’água e, em contrapartida protege suas margens da erosão e assoreamento, garantindo assim, a constância do volume de água.

A função da mata ciliar é proteger as nascentes do assoreamento, erosão e resíduos sólidos que possam poluí-las; evitar o escoamento direto de poluentes orgânicos e inorgânicos contidos em fertilizantes, pesticidas, herbicidas e restos de animais, detritos orgânicos dos currais e abrigar a diversidade da flora e da fauna, de vital importância para o equilíbrio de toda uma região (KUBOTA, 2004).

A eliminação da vegetação causa grandes reduções na transferência de umidade do solo para a atmosfera, concorrendo para a alteração da frequência e da distribuição das chuvas. O acúmulo de terra, areia e outros materiais no fundo dos rios, lagos e represas, deixam as águas turvas e barrentas, causando assoreamento dos rios, deixando-os mais rasos (BRANCO, 1999).

Sendo assim, a primeira providência para se manter a regularidade das chuvas e das vazões dos rios será sempre conservar ou mesmo restabelecer as matas onde elas foram inutilmente destruídas. A maior parte dos desertos hoje existentes já foram regiões de florestas, destruídas pelo homem em busca de madeira e lenha ou de terras para a agricultura.

Para recompor as matas ciliares, devemos ter um planejamento, onde teremos que considerar alguns fatores importantes. O planejamento deve ser feito a nível de microbacias hidrográficas, onde é possível ter controle sobre os fatores

físicos que possam interferir na área a ser plantada. Neste contexto, torna-se imprescindível a participação ativa dos alunos, que por sua vez nesta região, a maioria está diretamente ligada à agricultura, tendo por isso um compromisso maior em preservar e recompor as matas ciliares.

Conforme a Lei de Código Florestal os plantios de recomposição devem ser iniciados pelas cabeceiras dos cursos d'água, protegendo primeiramente as nascentes. A vegetação, espécies a serem plantadas, em cada local devem ser aquelas que ocorrem naturalmente em condições de clima, solo e umidade semelhantes às da área a ser reflorestada, podendo também ser adotado o sistema agroflorestal. Sá (2005, p. 1), esclarece: “sistemas agroflorestais são formas de uso ou manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas, frutíferas ou madeiras, com cultivos agrícolas ou criação de animais, de forma simultânea ou em seqüência temporal, e que promovem benefícios econômicos e ecológicos”.

A combinação de culturas anuais como grãos e de ciclo curto como hortaliças, juntamente com as árvores, reduz os custos de implantação do sistema agroflorestal que, além de buscar atender às várias necessidades dos produtores rurais, como a obtenção de alimento, extração de madeira, cultivo de plantas medicinais, garantem diversificação na produção e podem auxiliar na conservação dos solos, das microbacias e áreas florestais. Ao adotar os sistemas agroflorestais, associa-se produção e conservação dos recursos naturais. (SÁ, 2005).

A figura 1 demonstra a importância da recomposição das matas ou do reflorestamento.

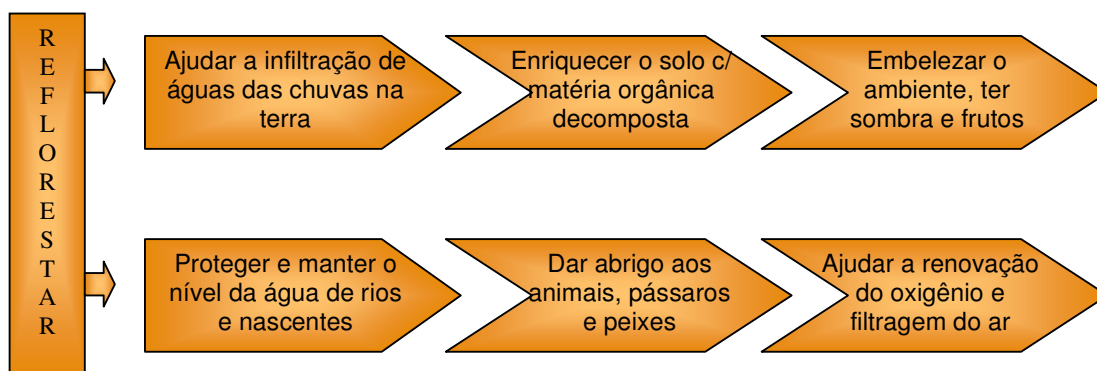


Figura 1: A Importância do Reflorestamento
 FONTE: Adaptado de EMATER-Paraná (2003)

O sistema agroflorestal com grande mistura de espécies ocupando estratos, camadas diferentes do ecossistema, tais como arbustos, árvores de pequeno e grande porte, apesar de o conjunto de espécies se mostrar bem alterado em relação à floresta original, funciona de forma bem parecida com a floresta natural, em termos de ciclos de nutrientes, regulamentação do ciclo hídrico, interação com a atmosfera e, portanto cumprem o seu papel perante a manutenção das espécies e do ecossistema em geral como as descritas na figura acima (SÁ, 2005).

No município de Ubiratã, a alta fertilidade do solo ocasionou um desbravamento muito rápido nas terras, provocando o fenômeno da degradação ambiental, reduzindo seriamente a cobertura florestal o que poderá a curto prazo causar problemas de erosão, baixa no índice de fertilidade do solo e comprometer seriamente os níveis de disponibilidade hídrica e qualidade das águas da superfície.

Outra ocorrência que é preocupante no município onde se realiza a pesquisa, diz respeito à contaminação de córregos ou riachos pela poluição por agrotóxicos. O termo poluição adquiriu, outro sentido, mais condizente com o conceito de sujidade: o sentido ecológico, de alteração das características do ambiente aquático. Trata-se, pois, de um problema ecológico. Branco, alerta:

A contaminação das águas compreende, ainda, a introdução nelas de substâncias tóxicas. Além das indústrias, outra fonte importante de tóxicos é constituída por águas de drenagem de áreas agrícolas, intensamente tratadas com inseticidas, herbicidas, fungicidas e outros compostos. As substâncias tóxicas podem ser minerais, como os metais pesados, ou orgânicas (BRANCO, 1999, p. 51).

Algumas das substâncias químicas que compõem os agrotóxicos são biodegradáveis, isto é, podem ser destruídas pelos organismos decompositores, como os esgotos domésticos; outras, porém, as orgânicas sintéticas, resistem à biodegradação, mantendo-se incólumes ao longo do processo de autodepuração. Dessa forma, os agrotóxicos contaminam a água e prejudicam a saúde humana e dos animais. É preciso ter cuidados especiais na aplicação, na lavagem dos equipamentos e no destino das embalagens (BRANCO, 1999).

Esses cuidados refletirão uma mudança de comportamento da população rural. Para ser conseguida, necessita de medidas preventivas como a Educação Ambiental e a prática de exigências legais de proteção ao meio ambiente além da oferta de novas possibilidades de trabalho que venham poupar o uso excessivo do solo e das riquezas naturais.

2. 7 Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares

No Brasil, ao longo dos anos, houve uma redução na renda do agricultor familiar, principalmente daqueles que se dedicam à produção de grãos. Seus sistemas produtivos caracterizam-se por um baixo nível de diversificação, pouca integração com a produção animal e de frutas e hortaliças e reduzido grau de agregação de valor aos produtos.

Uma parcela significativa destes produtores compreende meros produtores de matérias-primas para as grandes agroindústrias e, ao longo dos anos, enfrentam sérias dificuldades em relação à sua capacidade de reprodução social e de qualidade de vida. Ao mesmo tempo, verifica-se uma procura crescente por produtos de origem agrícola e pecuária com agregação de valor por intermédio de classificação, padronização, embalagem, processamento agroindustrial, produtos saudáveis e ecológicos e formas diferenciadas de valorização das culturas e tradições.

O Programa Pró-Rural do M.D.A. (2002, p. 8) esclarece o termo agroindustrialização:

Compreende-se como agroindustrialização o beneficiamento e/ou transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações física, química ou biológica como, por exemplo, a extração de óleos, a caramelização e a fermentação. Inclui, também, o artesanato em geral no meio rural (M.D.A., 2002, p. 8).

A implantação de agroindústrias apresenta-se como uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural, porém este deverá estar de acordo com a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, no qual o meio rural deve ser pensado como um todo e não apenas ligado à produção agrícola. Contribui ainda, para oportunizar a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento especialmente de mulheres, idosos e os jovens.

Para essas pessoas pode representar o (re)início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais, indo muito além do que usualmente é confundido com cidadania, a qual pode ser

entendida aqui principalmente como oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, de obtenção de renda suficiente para se viver com boa qualidade. É uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo e no mercado. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e cultura (M.D.A., 2005).

Ao produzir queijo e embutidos a serem oferecidos ao turista, no restaurante do empreendimento ou na loja da fazenda, a propriedade rural está se tornando uma agroindústria, ainda que artesanal. A agroindustrialização, pelos agricultores familiares, de sua produção, agregando renda e gerando emprego, é uma ação facilitadora deste processo. No entanto, as políticas públicas, de uma maneira geral, não têm apoiado a inserção dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização da sua produção. Atualmente, na tentativa de dar mais apoio ao pequeno proprietário, o Ministério de Desenvolvimento Agrário procura atender as necessidades destes através de programas específicos como o Programa Pró-Rural.

No enquadramento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos, quando se tratar de pecuarista familiar; no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento (PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2003/2004).

A implementação das políticas propostas pelo governo brasileiro visa a aproximação das agroindústrias à produção de matérias-primas, resultando em menor custo de transporte e na utilização adequada dos dejetos e resíduos agrícolas no próprio processo produtivo, reduzindo o poder poluente. Pode, também, incluir a formação de redes de agroindústrias para a comercialização e distribuição em conjunto com marcas próprias e diferenciadas, bem como a racionalização de seus custos de serviços, tais como a contabilidade e a gestão da qualidade (MDA, 2002). Existe também, por parte deste programa a preocupação com a dimensão ambiental e a sustentabilidade. Dentro de uma harmonia homem-natureza, o desenvolvimento

sustentável, com base na diversidade de situações e de soluções, toma um caráter próprio em cada realidade local.

A dimensão ambiental está relacionada ao uso adequado dos recursos naturais, visando sua preservação permanente e/ou recuperação. Isto passa transversalmente pelos diversos setores econômicos e não somente têm implicações sobre a produção, como também sobre o consumo, os serviços, a qualidade de vida das pessoas e a qualidade do ambiente em geral. Favorece, ainda, a produção de alimentos saudáveis, o consumo de alimentos orgânicos sem resíduos de agrotóxicos, ao mesmo tempo em que busca o emprego de técnicas e de manejo para o tratamento adequado de dejetos e resíduos das atividades agropecuária e agroindustrial, que constituem fontes de riscos e danos ambientais (M.D.A., 2003, p.7).

A agroindústria proporciona meios efetivos para a fixação do homem no campo, para a agregação de valor ao produto agrícola, e para a utilização de tecnologia e equipamentos nacionais, entre outros benefícios. O setor é, reconhecidamente, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, sendo responsável por parcela significativa das exportações e líder das estatísticas de geração de emprego e de números de estabelecimentos industriais (SILVA, 1998).

As pequenas agroindústrias podem oferecer produtos competitivos, principalmente porque se diferenciam dos demais pelo seu processo de produção e suas características peculiares. Estas salientam seu caráter ecológico e cultural, ético e artesanal, incorporado aos alimentos e, assim os diferenciam dos produtos da grande agroindústria, contribuindo para torná-los peculiares, o que por sua vez podem ser apreciados por mais consumidores que buscam esta linha de produtos (M.D.A. 2003).

A diferenciação dos produtos da pequena agroindústria tem sido apontada como uma importante estratégia para a inserção e ampliação do espaço no mercado. Esta diferenciação, entretanto, não é suficiente. É necessária a promoção de uma nova relação mais estreita da pequena agroindústria com os consumidores. Esse setor já dá uma importante contribuição para a economia regional e especialmente para a melhoria das condições sociais no campo. Baseado na pequena empresa, as agroindústrias rurais beneficiam principalmente produtos vegetais e derivados da carne e do leite, gerando empregos e melhorando as condições de renda das famílias rurais.

A gestão social dos empreendimentos agroindustriais, a cooperação e a sindicalização dos agricultores familiares aumentam seu poder de barganha e a

influência sobre a formulação das políticas econômicas e sociais. A sustentabilidade espacial significa usar o território de acordo com as suas potencialidades.

Diversas experiências de pequenas agroindústrias, individuais ou grupais, isoladas ou em redes, formais ou informais nos estados de Santa Catarina, as agroindústrias familiares do Sabor Gaúcho no Rio Grande Sul; no Distrito Federal e no Mato Grosso do Sul; a Cachaça de Qualidade em Minas Gerais; o Queijo da Canastra em São Paulo e Minas Gerais; a Castanha-do-Brasil e o Cupuaçu, na Amazônia; e a Castanha do Caju no Nordeste, são empreendimentos bem sucedidos (M.D.A. 2003).

Nestes locais, o estímulo para a melhoria de sua economia está condicionado ao surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a (re)aplicação da renda da agricultura no próprio município e arredores. Uma consequência imediata é o surgimento e o fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento do consumo de alimentos, de vestuário e calçados, de eletrodomésticos, de equipamentos, ferramentas e materiais de construção, e outros insumos usados na produção e industrialização agropecuária (M.D.A. 2003).

No município de Ubiratã, fazendo parte das agroindústrias que desenvolvem o Turismo Rural estão os seguintes fornecedores:

- “Polpa de Frutas Vesco” – de propriedade da família Vesco, que possui uma despoldadora de frutas, transformando as polpas de maracujá, acerola, laranja, manga, etc. em sucos a serem comercializados na feira do produtor.
- “Tempero Carajá” – processa a partir de alho, cebola, cebolinha e demais condimentos, tempero caseiro, vendidos no local e na feira do produtor.
- “Casa do Mel” – pertencente a APIU (Associação de Apicultores de Ubiratã), que encontraram na produção e retirada do mel uma alternativa de renda familiar.

O desenvolvimento de agroindústrias pode favorecer um modelo de desenvolvimento local sustentável, beneficiando especialmente os pequenos municípios, onde valoriza-se o meio rural no sentido de proporcionar uma melhor utilização do espaço territorial, buscando a recuperação e a preservação ambiental.

No entanto, ainda é preciso desenvolver um conceito referencial de qualidade, com uma categorização dos produtos, constituindo e fortalecendo marcas locais da agricultura familiar, associadas à sua cultura e à sua realidade. Isto pode representar o início de um processo de consolidação de uma nova visão de qualidade dos alimentos, associada à saúde e à qualidade de vida.

2. 8 Agroindústrias e a Responsabilidade Social

O conceito de responsabilidade social das empresas evoluiu, há algumas décadas na Europa, para fins sociais, isto porque as empresas consomem recursos naturais, renováveis ou não, que de forma direta ou indireta, pertencem à humanidade, utilizam recursos financeiros e tecnológicos que, no final da cadeia pertencem a toda sociedade, enfim subsistem em função da organização do Estado viabilizado pela própria sociedade (MELO NETO & FROES, 2002).

A partir de 1998, após a reunião do conselho empresarial mundial para o desenvolvimento sustentável – WBCSD – na Holanda, emerge um novo conceito de responsabilidade social das empresas. Este conceito dado por Almeida (2000 *apud* MELO NETO & FROES, 2002, p. 90) esclarece o comprometimento que as empresas devem ter com a sociedade: “responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, a qualidade de vida de seus empregados, de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”.

Cortez confirma este conceito ao afirmar que:

As empresas não possuem caráter, temperamento, atitude, consciência ou responsabilidade. Estas características humanas são decorrentes de seus acionistas e executivos, que por sua vez podem ser amigos, parentes e vizinhos. Eles são tão responsáveis socialmente quanto a sociedade espera e cobra que eles sejam. A responsabilidade por esta situação, no entanto, é da sociedade civil, é de todos nós (CORTEZ, 2005, p. 3).

Devemos ter o compromisso de apenas adquirir bens e serviços das empresas que realmente tenham uma atitude correta e respeitosa com a sociedade e para com o mercado consumidor. É a sociedade, enquanto mercado consumidor, quem efetivamente sustenta a atividade empresarial.

No Brasil, a responsabilidade social numa empresa, surge a partir da existência de problemas sociais e econômicos graves, aliados também a uma preocupação ecológica. Para resolver os graves problemas sócios brasileiros e de outros países em desenvolvimento, uma das saídas é somar os esforços do governo, organizações da sociedade civil e da ação socialmente responsável da iniciativa privada.

Neste contexto, pode-se afirmar que o Brasil vive um momento histórico, representado pelo novo governo de fortes bases sociais do qual se espera uma articulação singular entre este e a sociedade civil. Não existe política social que vigore sem um movimento engajado da sociedade. O cidadão consciente e engajado nos movimentos sociais consegue questionar direitos ao governo. Mais que isso, segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, somente os movimentos sociais civilizam a economia de mercado, cooperando para o próprio dinamismo e reciclagem do mesmo (AMOROSO, 2005).

O desenvolvimento de uma nação não depende somente de mudanças e avanços na área econômica, mas de um equilíbrio entre os desafios sociais e a má distribuição de renda causada por este próprio crescimento. Para que isso aconteça, a participação e contribuição das empresas privadas são primordiais. Este compromisso assumido de forma séria e consistente pode contribuir de forma decisiva gerando sustentabilidade no desempenho empresarial.

A empresa através de uma imagem positiva, conquistada graças às ações sociais por ela empreendidas, passa a ser vista como uma empresa-cidadã.

Melo Neto & Froes argumentam que:

A empresa-cidadã é comprometida com a promoção da cidadania e o desenvolvimento da comunidade nos seus diferenciais competitivos. Busca uma posição diferenciada dos concorrentes ao assumir a postura de uma empresa que investe recursos financeiros, tecnológicos e de mão-de-obra em projetos comunitários de interesse público (MELO NETO & FROES, 2002, p. 100).

A ética atual que rege as relações sociedade-empresários se fundamenta na forma pela qual as empresas-cidadãs as colocam em prática, por meio de princípios e valores adotados por cada uma dessas organizações. As ações sociais de uma empresa podem garantir uma posição de destaque na sociedade, conquistando sua auto-preservação e garantindo a perpetuação de suas atividades. Esta imagem fortalecida, torna-a sujeita a poucos riscos, já que a mesma busca a competitividade

de preços e mercados dando prioridade às carências sociais (MELO NETO & FROES, 2002).

Uma vez que os consumidores julgam cada vez mais a reputação da empresa nas decisões da compra, a responsabilidade social é considerada questão estratégica de sobrevivência para a mesma. Ao se avaliar o desempenho de uma organização deve considerar também fatores relacionados ao conceito, que em linhas gerais são a ética e o relacionamento com o meio ambiente.

A empresa preocupada com questões ambientais obtém ganhos de imagem e marca, reconhecimento da sociedade e a própria sobrevivência a longo prazo, devido aos recursos naturais serem finitos. Por isso, a adoção de valores ambientais está inserida na responsabilidade social empresarial, representando uma mudança cultural e comportamental baseada na educação e no diálogo. Por outro lado, a prática ambientalmente irresponsável de uma empresa acarreta no denominado passivo ambiental com multas e indenizações, gastos com licenças ambientais que podem comprometer a saúde financeira da empresa.

De um modo geral, o meio ambiente tem sido um bem econômico gratuito que a empresa utiliza, sem considerar ou influenciar no preço do produto ou serviço e principalmente, sem considerar a finitude dos recursos naturais.

Davis comenta o uso dos recursos naturais para a produção de bens econômicos:

O mineiro poderia extrair o carvão mineral sem o custo de reposição do solo, e isso se justificaria pelo fornecimento de energia elétrica mais barata aos consumidores. O produtor de aço poderia usar oxigênio do ar nos seus fornos sem pagar um centavo à sociedade e ainda, poderia usar a atmosfera para depositar o lixo de sua produção. Da mesma forma, poderia pegar água do rio e descarregar o lixo dentro do mesmo rio, sem pagar por esse uso (DAVIS, 1975 *apud* KARKOTLI, 2004, p. 60).

Entretanto, apesar da sociedade não atribuir valor econômico a esses bens de uso comum, considerando-as mercadorias gratuitas, como analisa o autor, a degradação e exaustão dos bens comuns são repassadas à sociedade como custos sociais.

Desta forma, conclui-se que a empresa, inserida na sociedade, gira em função dela e sobrevive do que a ela pertence; deve, portanto, prestar-lhe contas da eficiência com que usa os recursos oferecidos pela mesma e pela natureza e, em contrapartida restituir uma parcela dos benefícios conseguidos pelos lucros, através

de ações sociais que venham atender de forma especial parte da sociedade que de uma forma ou de outra se encontram excluídas do atendimento das suas necessidades básicas indispensáveis para o que chamamos de vida digna.

Existem duas dimensões a serem contempladas dentro do conceito de responsabilidade social das empresas: o foco no público interno e na comunidade. O quadro 1 demonstra os enfoques contemplados por cada uma delas.

Quadro 1: Responsabilidade Social Interna e Externa

DIMENSÕES	RESPONSABILIDADE SOCIAL INTERNA	RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA
FOCO	Público Interno: empregados e seus dependentes	- Comunidade
ÁREAS DE ATUAÇÃO	Educação Salários e Benefícios Assistência Médica, Social e Odontológica	- Educação - Saúde - Assistência Social - Ecologia
INSTRUMENTOS	Programas de RH Planos de Previdência Complementar	- Doações - Programas de Voluntariado - Parcerias - Programas e Projetos Sociais
TIPO DE RETORNO	Retorno de Produtividade Retorno para os Acionistas	- Retorno Social - Retorno de Imagem - Retorno Publicitário - Retorno para os Acionistas

FONTE: Melo Neto & Froes (2002, p. 89).

A responsabilidade social interna de uma empresa se traduz pela oferta de oportunidades iguais a pessoas com diferenças relativas a sexo, raça, idade e origem, dentre outras, trazendo para o ambiente de trabalho diferentes histórias de vida, habilidades e visões de mercado e, resulta em maior produtividade, comprometimento e motivação, assim como uma menor rotatividade de mão de obra, afetando de forma positiva a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

A política de responsabilidade social externa de uma empresa na comunidade deve ser condizente com sua missão, seus valores e prioridades, prestando apoio material ou serviços, envolvendo-se na participação de projetos comunitários voltados às necessidades de crianças, adolescentes ou idosos carentes, seja através de proposta educativas, de saúde, trabalho ou lazer. Uma outra forma da empresa atuar na comunidade é disponibilizar seus funcionários para colaborar em projetos, caracterizando-se o chamado trabalho voluntário (MELO NETO & FROES, 2002).

A responsabilidade social de uma empresa para com seus clientes está relacionada ao desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis, que não provoquem danos nem expectativas excessivas aos seus usuários à sociedade, que contenham informações detalhadas nas embalagens e ações publicitárias corretas. O desenvolvimento da comunidade em que está sendo inserida, a preservação do meio ambiente, uma comunicação transparente, clara interna e externa, o investimento no ambiente de trabalho, no bem estar dos funcionários, o retorno dos acionistas e a satisfação dos clientes são exemplos de ações que caracterizam responsabilidade social empresarial.

No caso específico desta pesquisa a área de atuação que mais interessa é a da responsabilidade ambiental, assim enfocada por Melo Neto & Froes:

A empresa ambientalmente responsável investe em tecnologias antipoluentes, recicla produtos e lixo gerado, implanta "auditoria verdes", cria áreas verdes, mantém um relacionamento ético com os órgãos de fiscalização, executa um programa interno de educação ambiental, diminui ao máximo o impacto dos resíduos da produção no ambiente, é responsável pelo ciclo de vida de seus produtos e serviços e dissemina para a cadeia produtiva estas práticas relativas ao meio ambiente (MELO NETO & FROES, 2002, p. 99).

Também os pequenos e médios proprietários, ao desenvolver uma agroindústria, ainda que de forma incipiente, precisam ter uma preocupação especial com o meio natural incentivando a preservação, correspondendo ao que é solicitado pelas leis ambientais. Porém, os pequenos proprietários enfrentam alguns empecilhos para o desenvolvimento das atividades ligadas ao Turismo Rural.

Complementando esta exposição, Varaschin afirma:

A legislação vigente, ao invés de apoiar o desenvolvimento dos pequenos agricultores e regulamentar as atividades turísticas em suas propriedades, dificulta-as sobremaneira ao pensá-las nos mesmos moldes que para o médio e grande empreendedor, o que significa marginalizar o pequeno

agricultor, pela impossibilidade de arcar com todas as exigências de uma legislação que ignora sua especificidade (VARASCHIN, 2005, p. 2).

Para a autora o principal problema para os pequenos agricultores familiares, é serem tratados da mesma forma que donos de hotéis, restaurantes ou agroindustriais que vendem produtos e serviços em larga escala e, conseqüentemente tem mais lucros e melhores condições financeiras para arcar com os encargos sociais e tributários.

O crédito do Pronaf apóia técnica e financeiramente os pequenos agricultores em condições bastante facilitadas, mas é restrito a pessoas físicas, assim estas se transformam em barreiras para o acesso a algumas políticas agrícolas diferenciadas. Na pesquisa realizada, nenhum dos entrevistados demonstrou conhecer integralmente as normas que regem estes empreendimentos.

Para Amoroso (2005, p. 4) “a linha mestra das ações sociais deve nascer de uma visão profunda da relação de interdependência entre governo-empresa-homem-natureza. Pode-se entender esta ligação como um ciclo natural, uma cadeia de ligação, este é um princípio que deve ser cultivado”.

No entanto, para que essa transformação se concretize, é primordial uma coerência entre discurso e ação, de forma a contemplar um público amplo, indo de acionistas a funcionários, prestadores de serviços à consumidores, comunidade à meio-ambiente e que, através de esforços sérios e conscientes possam transformá-la em realidade. As grandes empresas em geral, devem adotar critérios de como aplicar suas responsabilidades sociais pensando no futuro, orientando as ações do setor em busca da aplicação das leis vigentes no país. Só através de uma conduta responsável será possível a execução de trabalhos de mobilização, credibilidade e expansão de parcerias.

A proteção do meio ambiente precisa fazer parte da agenda e dos objetivos empresariais, qualquer que seja o tamanho da empresa. As empresas, por utilizá-lo como fonte inesgotável de matéria-prima para a sua produção, são as que mais precisam mantê-lo preservado. As responsabilidades ambientais, junto com as responsabilidades econômica e social, constituem a base do desenvolvimento sustentável, de acordo com os paradigmas de produção e consumo de uma sociedade que dia a dia se transforma (KARKOTLI, 2004).

Para concluir faz-se uso das palavras de Duvoisin:

Nesse conflito de posições antagônicas, de dúvidas e incertezas procura-se aprender a lidar com o fato de que não há verdades preestabelecidas, precisamos caminhar juntos, aprender a lidar com o conflito e as contradições, respeitar as diferenças e construir, por meio da negociação e da mediação (DUVOISIN, 2002, p. 95).

Assim, mais uma vez se confirma a necessidade de união de esforços por parte de toda a sociedade para buscar soluções viáveis ao desenvolvimento sustentável.

2.9 Considerações

Atualmente, novas funções foram atribuídas ao espaço rural tais como: atividades de turismo e lazer; preservação ambiental; adoção de práticas sustentáveis de plantio; desenvolvimento de pequenos negócios agropecuários ou novas atividades agrícolas como piscicultura, criação de animais, produção de plantas ornamentais; local de residências secundárias, entre outras.

Neste sentido, o espaço rural deixa de ser associado somente ao agrícola, ou seja, à esfera meramente produtiva, para se transformar numa reserva natural e cultural que deve ser respeitada e preservada. Este caráter impõe um novo desafio que consiste em conciliar as funções turística, agrícola, ambiental e social do espaço rural sem comprometer os recursos naturais e as práticas tradicionais em seus aspectos culturais e econômicos.

Dentro deste contexto, a Educação Ambiental apresenta-se com uma função muito importante dentro do processo educativo: promover a interação e o envolvimento por parte de toda a comunidade escolar, urbana e rural, onde se inserem os verdadeiros atores sociais que, uma vez conscientizados, manifestam o seu comprometimento em contribuir para solucionar as questões ambientais.

No entanto, apenas isto não é suficiente, faz-se necessário o surgimento de uma visão profunda da relação de interdependência entre diversos setores, governo-empresa-homem-natureza, para trabalharem de forma co-responsável aglutinando forças para alcançar o principal objetivo desta pesquisa – reforçar a necessidade do desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO 3 – MÉTODOS, INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS

Os princípios da educação ambiental são introduzidos na educação formal através dos temas transversais, estes, convidam o aluno a refletir sobre a complexidade da ação humana e seu relacionamento com a natureza, proporcionando a vivência de novas habilidades e práticas que conscientizam da necessidade de preservar o meio ambiente para gerações futuras. Estas vivências contêm conteúdos de aprendizagem social e, portanto úteis a todos.

A aprendizagem social será diretamente proporcional à abrangência da participação da sociedade no processo, promovendo o confronto de múltiplas e diversificadas visões de mundo. Promover um aprendizado sobre a importância da defesa da qualidade ambiental significa despertar os cidadãos para a responsabilidade de cada um na defesa da vida.

Neste enfoque a contribuição de Buarque é muito importante:

Desde que não haja conflitos irreconciliáveis na sociedade local que impeçam a cooperação e de que haja, principalmente, a troca de informações e conhecimentos, as diferenças contribuem para enriquecer a compreensão, ampliar a aprendizagem e preparar a sociedade para os desafios e mudanças do futuro (BUARQUE, 2002, p. 88).

A proposta desta pesquisa é apresentar um projeto de Educação Ambiental para o Ensino Médio que venha ao encontro destes princípios. Um programa de Educação Ambiental, para ser efetivo, deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos, de atitudes e habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental (DIAS, 1998).

Passa-se a descrever neste item o modelo do projeto proposto, o universo onde foi aplicado e o público alvo analisado.

3.1 Delimitação do Estudo

O programa de Educação Ambiental teve seu início em maio de 2003 e contou com a participação dos alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Carlos Gomes, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, onde a pesquisadora ministra aulas da disciplina de Matemática.

O Colégio Estadual Carlos Gomes situa-se no centro do município, de porte médio, atende a alunos que residem em vários bairros da cidade e também na zona rural, possui aproximadamente 1400 alunos, sendo 604 no Ensino Médio, dos quais optou-se por desenvolver as atividades com as turmas dos períodos matutino e vespertino, de onde foi retirada a amostra com a participação de quarenta e cinco alunos, sendo quinze de cada turma, para análise dos resultados obtidos através do questionário aplicado.

A escolha dos alunos do Ensino Médio foi determinada por serem considerados direta ou indiretamente ligados à agricultura e aos problemas ambientais por ela gerados, pois, ou são filhos e netos de agricultores, ou filhos de comerciantes, ou ainda seus funcionários formando assim um quadro sistêmico em torno da principal atividade econômica do município - a agricultura.

O Projeto de Educação Ambiental como Aprendizagem Social de Práticas Sustentáveis, procurou envolver parcerias com a comunidade escolar, comunidade rural e poder público, ampliando o seu campo de ação, contribuindo dessa forma para a conscientização da necessidade do cuidado com o meio ambiente e a sua preservação. A possibilidade de divulgar os resultados dos trabalhos e da análise dos dados junto à população envolvida, visando dar continuidade ao trabalho mesmo após a conclusão da pesquisa, foi fator de importância para que a pesquisadora escolhesse a escola em que atua para a realização da mesma.

3.2 Caracterização da Pesquisa

O presente trabalho, do ponto de vista de seus objetivos, enquadra-se no nível de pesquisa descritiva porque visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1999). Para enriquecer o trabalho procurou-se desenvolvê-lo sob duas abordagens: qualitativa e quantitativa.

Segundo Silva & Menezes:

Pesquisa Qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito {...} os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações

para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (SILVA & MENEZES, 2001, p. 20).

Para levar a efeito a abordagem qualitativa delineou-se o método fenomenológico, baseando-se a escolha em Gil (1999, p. 32) “do ponto de vista fenomenológico, a realidade não é tida como algo objetivo e passível de ser explicado como um conhecimento que privilegia explicações em termos de causa e efeito”. O método em questão consiste em descrever o andamento das atividades e tratar os dados levantados pelo questionário, os quais foram comparados com o ponto de vista de autores citados na revisão bibliográfica, fornecendo subsídios e fundamentação, proporcionando uma descrição direta do modelo de programa de Educação Ambiental proposto.

A abordagem quantitativa foi contemplada na análise dos dados onde, os resultados dos questionários foram transformados em gráficos, elaborados através do programa. Word, que, por sua vez foram transformados em quatro tabelas de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

3.3 Aplicação do Modelo e Metodologia

A aplicação prática da pesquisa foi realizada no projeto de Turismo Rural Local, denominado Sítio-Tur, localizado no município de Ubiratã, que envolve as propriedades: Pedreira Ubiratã, Sítio Pé de Galinha, Sítio Invicto, Sítio São Roque, Fazenda São João e Piscicultura Magni.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos classifica-se como pesquisa-ação, pois o pesquisador está inserido no processo (GIL, 1999). Para Silva & Menezes (2001, p. 22): “pesquisa-ação é aquela concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo”. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para definir com precisão os objetivos a serem atingidos, a metodologia da pesquisa-ação classifica-os em três esferas:

- resolução do problema concreto que demandou a concentração de esforços dos atores sociais envolvidos na questão,
- a produção de conhecimento teórico propriamente dito,

- a transformação/conscientização dos participantes como público alvo (LAYRARGUES, 1999).

Dessa forma, a resolução dos problemas configura-se como uma das etapas do processo educativo, para que o mesmo possa se constituir um instrumento para a transformação da realidade social. Para dar segurança e credibilidade às propostas apresentadas, é indispensável contar com procedimentos metodológicos e utilizar recursos tecnológicos adequados tendo em vista a melhoria da aprendizagem e conseqüentemente desenvolver atitudes que promovam do meio ambiente.

O projeto foi desenvolvido através de estratégias práticas e teóricas em torno de questões ambientais em fases articuladas no decorrer do processo, adotando sempre uma visão sistêmica como a proposta por Capra (1986). Estas, estão expostas no quadro 2.

Quadro 2: Propostas dos trabalhos

	Sensibilização	Conscientização	Ação	Avaliação
Objetivos	Sensibilizar e cativar os alunos para se tornarem receptivos às informações; Incentivar a leitura sobre o tema;	Despertar a consciência ecológica, crítica e ética; Conscientizar o aluno sobre a necessidade de mudança do comportamento pessoal e dos padrões de vida em busca do desenvolvimento sustentável;	Envolver a colaboração de professores de outras áreas;	Avaliar o estado das matas ciliares; Avaliar as ações pedagógicas envolvidas no programa;
Recursos utilizados	Jornais, revistas, filmes, Internet, programas de televisão, etc.	Palestras, cartilhas, textos, murais, faixas, panfletos e banners.	Pás, enxadas, mudas de árvores nativas e frutíferas, ônibus.	Questionário, Entrevistas e acompanhamento pelo professor.

FONTE: Projeto de Educação Ambiental – Colégio Estadual Carlos Gomes – Ensino Fundamental e Médio, Ubitatã-PR, 2003.

A informação é de suma importância, indispensável para atribuir consistência técnica ao projeto. Para isto, contou-se com equipes multidisciplinares de técnicos, especialistas no tema proposto, adequando-se a linguagem ao nível da população

envolvida. A proposta de um programa de práticas ambientais sustentáveis foi desenvolvida em quatro fases.

A sensibilização é a primeira fase do trabalho. A primeira atividade foi o questionamento juntamente com os alunos sobre a situação do meio ambiente, quais eram os principais problemas encontrados no município, no estado e no país, com o objetivo de contextualizar a questão ambiental; a intenção era sensibilizar os alunos, avaliar a percepção destes, para torná-los mais receptivos às propostas. Foram realizados vários debates em sala de aula, referenciados em revistas, livros, jornais, televisão e Internet, que fundamentaram a apresentação de algumas propostas de soluções. Tendo como principal objetivo a sensibilização, as palestras e apresentações eram acompanhadas pela música “Preservação” de autoria da professora pesquisadora e composição do aluno Renan, participante do projeto (letra em anexo, A).

Nesta etapa profissionais da área ambiental fizeram palestras aos educandos, num processo de conscientização referente à questões ambientais e seus problemas, onde os alunos tiveram a oportunidade de questionar sobre desenvolvimento da localidade turística, seus problemas e suas possíveis soluções. As atividades foram realizadas dentro do ambiente de estudo, a sala de aula e também fora dele em atividades extra-classe.

Segunda fase: nesta, o objetivo principal era dar continuidade ao processo de sensibilização, desenvolvendo a conscientização, assim, foram enfocadas as mudanças de comportamento desejadas:

- O que poderíamos fazer para proteger, para não degradar?
- Que ações são necessárias para que tenhamos o meio ambiente de melhor qualidade para as gerações futuras?
- Como é possível promover um desenvolvimento sustentável ainda mais audacioso nas localidades que formam o eixo do turismo rural municipal?

Após vários debates, levantamento de problemas e sugestões apresentadas foram selecionados juntamente com os alunos cinco temas relacionados ao Turismo Rural: Conservação de Nascentes, Recomposição das Matas Ciliares, Desenvolvimento Sustentável, Agroindústrias e Responsabilidade Social. Estes temas nortearam o desenvolvimento do programa proposto.

Terceira fase: a ação é a fase mais importante de todas, pois é onde se executa a prática do projeto ambiental; através da mobilização, isto é, a aplicação da

arte de mobilizar os alunos, que conseqüentemente mobilizarão a comunidade e instituições, que depois de sensibilizados, poderão construir, criar, individual ou coletivamente, melhores condições de vida para si e para seus semelhantes.

Tendo como objetivo uma ação sistêmica e, visando a continuidade das atividades procurou-se descentralizar e incentivar a auto-gestão dos grupos de alunos. Para tanto, fez-se necessário o planejamento de todo o processo, onde foram divididas as responsabilidades, adotando procedimentos de cooperação e parceria, garantindo infra-estrutura para o desenvolvimento de ações concretas e palpáveis como as descritas no quadro abaixo:

Quadro 3: Atividades desenvolvidas

Sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de debates em torno das questões ambientais do município, estado e país; - Difusão de informações sobre as questões ambientais através de filmes, programas de televisão e documentários; - Divulgação do “Boletim Ambiental” na escola com informações sobre os problemas ambientais da região e suas possíveis soluções.
Conscientização	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras com especialistas da área ambiental; - Criar cartilhas, textos, murais, faixas e panfletos usando linguagem agradável e compreensível como forma de incentivar a leitura sobre o tema.
Ação	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de passeios de cunho ecológico; - Identificar os objetos de estudo: nascentes, matas ciliares; - Levantamento das condições ambientais e confecção da planta física da área ocupada pelas propriedades do Sítio-Tur; - Limpeza das nascentes e da área no entorno; - Plantio de árvores nativas e frutíferas recompondo as matas ciliares.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar através de questionário o conhecimento dos problemas ambientais e as perspectivas de sustentabilidade; - Acompanhamento das atividades; - Monitorar a limpeza e recuperação das matas ciliares.

FONTE: Projeto de Educação Ambiental – Colégio Estadual Carlos Gomes – Ensino Fundamental e Médio, Ubatã-PR, 2003.

As equipes, quando bem preparadas e acompanhadas, poderão assegurar a execução, continuidade e o sucesso do projeto. Portanto, é indispensável definir o que se quer, unificando linguagem e procedimentos, assumir responsabilidades em conjunto, superando possíveis conflitos interpessoais, e tomar decisões coletivamente, em um trabalho sério e organizado.

Assim, para executar o programa proposto, os temas escolhidos foram sorteados entre cinco equipes de cada sala, formadas espontaneamente, tendo um prazo para apresentação dos resultados. O tema deveria ser pesquisado, debatido e apresentado em sala de aula, procurando levantar possíveis soluções. Cada equipe de no máximo cinco alunos, tinha o tempo de apresentação do tema de aproximadamente 40 minutos para a exposição do trabalho com total liberdade para o uso de cartazes, vídeos, transparências, teatro, enfim qualquer meio de comunicação que tivesse o propósito de conscientizar os demais colegas da sala sobre o assunto abordado. Após a explanação de cada equipe, os colegas tinham a oportunidade de questionar o tema. A professora intervinha, complementando quando necessário.

Concluída esta etapa, as equipes envolvidas no projeto decidiram usar a hora do lanche nos períodos matutino e vespertino, para conscientizarem os demais alunos, bem como os professores e demais profissionais que ali se encontravam, através de atividades reflexivas, usando o microfone e um telão para expor os temas apresentados. Também foram distribuídas 100 cópias do resumo dos temas em questão.

Com a finalidade ainda de conscientização, foi realizado um pedágio (nome dado atualmente, a atividades em que os motoristas são interpelados para ouvir uma proposta) na principal avenida da cidade, em um dia letivo, onde os alunos envolvidos no projeto distribuíram aos motoristas, panfletos contendo o resumo de seus trabalhos, enquanto outros conscientizavam a população da importância de proteger os nossos recursos naturais e de conhecer o turismo rural do município e os produtos que as agroindústrias oferecem aos visitantes. Estes produtos também são encontrados à venda na Feira do Produtor, realizada duas vezes por semana.

Após as orientações recebidas, os alunos apresentaram alternativas de resolução de problemas que exigem ações individual e coletiva. Para vivenciar esta prática realizou-se a pesquisa de campo, com a finalidade de fazer verificações em locais de nascentes, observar as condições das matas ciliares e outros fatores que

englobam o Turismo Rural, os quais servirão de base para a aplicabilidade das propostas de soluções.

Assim, foi realizada no local delimitado para a ação do projeto, a limpeza de nascentes para recomposição de matas ciliares onde houvesse necessidade e não estivesse de acordo com a legislação ambiental. A Secretaria do Meio Ambiente do Município colaborou fornecendo mudas de árvores nativas, entre elas as frutíferas, para realizar o replantio das matas ciliares em áreas devastadas pertencentes ao Sítio Magni e Fazenda São João.

Para que os alunos pudessem conhecer o projeto de Turismo Rural do município, foi elaborada uma carta dirigida aos pais dos alunos da 3ª série do Ensino Médio que estavam envolvidos no projeto de educação ambiental, solicitou-se a autorização para participação no passeio ecológico, já que teriam que dispor de um valor irrisório com transporte e alimentação.

Durante todo o dia, foram percorridos um trajeto de 95 km dentro do município, onde foram visitadas as agroindústrias e seus processos de funcionamento: galinha caipira, defumados, piscicultura, queijos, temperos, conservas de vegetais e doces, tempero, derivados da cana de açúcar. Durante o passeio toma-se um delicioso café rural, almoça-se frango caipira e leitoa no tacho, acompanhado de muito suco natural, tudo produzido nas propriedades. Visitam-se pontos turísticos, como “Suvaco da Cobra”, cachoeiras fantásticas, balsa no Rio Piquiri, entre outros.

Os alunos prepararam atividades de conscientização para os pequenos, médios e grandes agricultores a fim de demonstrar com maior exatidão a importância de se praticar o desenvolvimento sustentável em suas propriedades, preservando os recursos naturais não só para o momento, mas para o futuro.

A metodologia adotada foi baseada na aplicação de entrevistas de simples absorção, aplicadas pelos alunos aos agricultores e às pessoas da comunidade envolvidas no processo e interessadas no desenvolvimento sustentável do programa de Turismo Rural – Sítio-Tur.

3.4 Viabilidade do Questionário como Instrumento de Avaliação

Fazendo parte do processo ensino-aprendizagem a avaliação deve estar presente e relacionada ao processo de construção do conhecimento e ao professor

cabe acompanhar essa construção percebendo onde o educando se encontra para poder auxiliá-lo na superação das dificuldades (LUCKESI, 2000). Para que isso ocorra faz-se necessário à existência de práticas avaliativas que estejam integradas no próprio processo, no trabalho cotidiano, na caminhada de construção e produção do conhecimento (HOFFMANN, 1991).

Buscando interagir neste processo a pesquisadora buscou avaliar através de questionários, entrevistas, observações, registros fotográficos, produção de documentos, vídeos e materiais diversos. A análise, compreensão e otimização dos percursos individuais transformam-se em instrumentos adequados para uma leitura atenta sobre os sentidos que vão sendo construídos por cada aluno e servem para garantir que a desejada aprendizagem venha a ocorrer.

No presente trabalho foi utilizado para a coleta dos dados, um questionário contendo dez questões sobre os temas contemplados no programa de práticas sustentáveis: percepção dos problemas ambientais, preservação das nascentes, recomposição das matas ciliar, desenvolvimento sustentável, agroindústrias e responsabilidade social. A escolha deste instrumento deve-se às informações prestadas por Silva & Menezes (2001, p. 33), onde as autoras informam: “questionário, é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento”.

Tendo em vista a comprovação dos critérios, optou-se pela aplicação do questionário aos alunos envolvidos no projeto, mas para efeito de análise levou-se em consideração 15 exemplares de cada turma, caracterizando o método de amostragem. Para Silva & Menezes (2001, p. 32), “amostra é a parte da população ou do universo selecionada de acordo com uma regra ou plano”.

Adotando o direcionamento das autoras citadas, organizou-se as questões de acordo com os temas trabalhados no projeto desenvolvido, para os quais atribuiu-se critérios de avaliação correspondentes que vão auxiliar no direcionamento da análise de dados a ser realizada no capítulo quatro.

No quadro 4 foram reunidos as abordagens, os critérios e as questões formuladas aos alunos para realizar o levantamento de dados.

Quadro 04: Critérios e abordagens das questões do instrumento de avaliação

TEMAS ABORDADOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	QUESTÕES
Percepção dos problemas ambientais	Auto avaliação; Percepção dos problemas e da responsabilidade ambiental	1- Como, diariamente, semanalmente, você ouve, lê ou vê falar sobre o meio ambiente e tudo o que se tem feito contra e a favor dele? 2- Qual dos problemas abaixo, você classificaria com o mais importante para ser solucionado no nosso município? 3- Quais os principais responsáveis pelos problemas ambientais?
Preservação das Nascentes	Avaliar a consciência ecológica, crítica e ética;	4- Por que é tão importante preservar as matas ciliares?
Recomposição das matas ciliares		5- Qual das propostas abaixo, é de maior impacto para a sustentabilidade das matas ciliares?
Desenvolvimento Sustentável	A necessidade de adotar novos padrões de desenvolvimento sustentável.	6- Das Agroindústrias, desenvolvidas no programa de Turismo Rural, programa denominado “Sítio-Tur”, qual delas você acha que dará maior sustentabilidade? 7- Que práticas você sugere aos proprietários envolvidos no turismo rural de nossa cidade, para melhorar o desenvolvimento sustentável de suas propriedades? 8- Como avaliar se o seu município está caminhando em direção à sustentabilidade?
Agroindústria e Responsabilidade Social	Avaliar as ações das agroindústrias envolvidas no programa;	9- Quais os benefícios você, acha de maior importância, para que uma empresa fortaleça sua imagem, ganhando respeito, confiabilidade e assegurando a sua autopreservação? 10- Como você classifica o programa de Turismo Rural de nosso município?

FONTE: Projeto de Educação Ambiental – Colégio Estadual Carlos Gomes – Ensino Fundamental e Médio, Ubitatã-PR, 2003.

A abordagem dos temas foi feita através do tema-gerador “Turismo Rural e Sustentabilidade” que, segundo Layrargues, (1999, p. 135) “de onde irradia uma concepção pedagógica comprometida com a compreensão e transformação da realidade” e, possibilita ainda o enfoque sistêmico proposto por Capra (1996).

Os temas em estudo, desenvolvidos pelos alunos, professores e ainda com o apoio de diversos profissionais ligados à área ambiental, tiveram seus critérios de avaliação definidos através da fundamentação teórica exposta no segundo capítulo. Esta possibilitou a análise dos dados coletados, através do questionário proposto. Os dados e sua análise são apresentados no capítulo quatro e servirão de base para

sugerir oportunidades de melhorias com relação ao Turismo Rural e sustentabilidade.

Para comprovar, elucidar e ilustrar a pesquisa foram utilizados diversos procedimentos os quais estão incorporados ao trabalho como anexos. O anexo A contém o questionário aplicados aos alunos Ensino Médio participantes do projeto, os gráficos de 1 a 10 com o resultados dos questionários e o inventário aplicado pelos alunos junto aos proprietários rurais envolvidos no Programa Sítio-Tur.

A música “Preservação” de autoria da pesquisadora, as produções de textos dos alunos envolvidos no Projeto de Educação Ambiental, as fotos comprobatórias da realização das atividades do projeto e dos trabalhos realizados a campo, juntamente com o mapa e o roteiro do Programa Sítio-Tur constam do anexo B.

CAPÍTULO 4 – PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO APRENDIZAGEM SOCIAL DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DE DADOS E PROPOSTA DE MELHORIAS

A preservação ambiental do planeta deixou de ser apenas uma previsão, tornando-se uma necessidade em face de grandes problemas ambientais, cada vez mais intensos, com os quais o homem tem que conviver, procurando soluções rápidas. A solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabelece entre a sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual (MEC/PCN, 1998).

Nesta pesquisa procura-se esclarecer o posicionamento da Educação Ambiental e a sustentabilidade e seu relacionamento com o Turismo Rural. Pretende-se agora analisar um programa que venha contribuir para despertar nos jovens a conscientização e a formação de valores que direcionem práticas ambientais sustentáveis e apontar oportunidades de melhorias.

A figura 2 demonstra o direcionamento dado à proposta de trabalho.

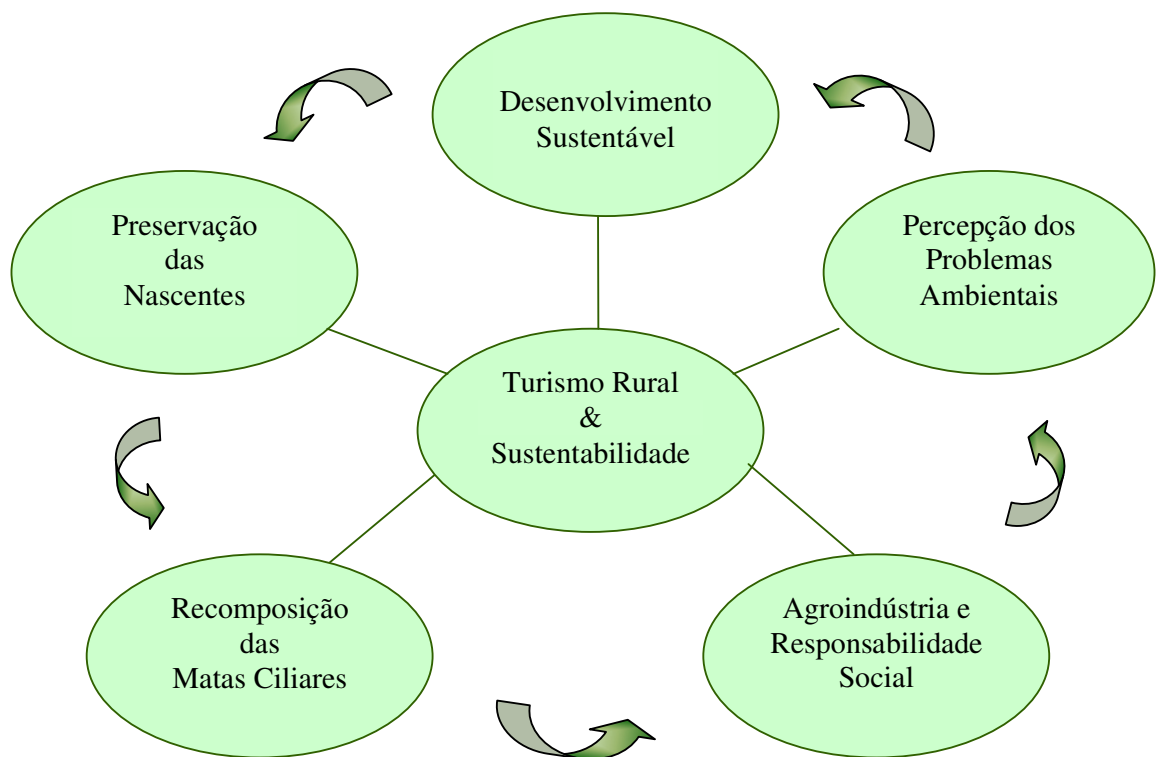


Figura 2: Temas Abordados no Projeto de Educação Ambiental
FONTE: Adaptado de Sauv e & Orellana (2003, p. 277).

A proposta de trabalhar um projeto de Educação Ambiental no 2º grau surge como decorrência de pesquisas e novas concepções ambientais e, consiste em acompanhar a aprendizagem do aluno através da pesquisa-ação, para convencê-lo a dominar e incorporar novos valores, habilidades e conhecimentos ainda não aprendidos, a fim de contribuir com a preservação do meio ambiente e conseqüentemente para um mundo melhor.

Para trabalhar a Educação Ambiental de forma significativa, professores e alunos devem ser parceiros nesta tarefa, analisando, colhendo sugestões e apresentando novas propostas de trabalho. Isto só será possível num clima de respeito, participação e muito empenho para mudar uma realidade posta há muito tempo, e, portanto já arraigada nas práticas ambientais.

Assim, privilegiou-se iniciar os trabalhos discutindo a questão de sensibilidade ou empatia pelo ambiente e pelas questões ambientais.

4.1 A Percepção dos Problemas Ambientais

Para aguçar a percepção a respeito das questões ambientais os procedimentos têm que conter um apelo ou impacto emocional, chamando muita atenção, despertando preocupações, alertando para comportamentos errados e requisitando o envolvimento e a participação dos alunos e, de forma especial os do Ensino Médio, por estarem mais próximos da atuação em sua comunidade, principalmente por serem direta ou indiretamente ligados à atividade agrícola. É extremamente importante saber emocionar os alunos, pois sensibilizá-los significativamente para que possam receber as informações e conseqüentemente transmiti-las à comunidade.

É fundamental debater sobre as questões relativas às atitudes de consumo e desperdício dos bens, preservação e conservação da natureza, refletindo sobre os resultados que uma sociedade de consumo e de crescimento desordenados produz, para com isso despertar sentimentos de responsabilidade sobre o desenvolvimento sustentável. Este deve ser o objetivo principal da Educação Ambiental.

A tabela 1 apresenta os resultados das questões 1, 2 e 3 do questionário após tabulação.

Tabela 1: A percepção dos Problemas Ambientais

Critérios	Meios de informação		Problemas prioritários		Responsabilidade	
Questões	nº 1		nº 2		nº 3	
C.E.C.G.	Escola	Televisão	Poluição do solo por agrotóxicos	Preservação Nascentes	Sociedade	Município
	54%	46%	38%	23%	96%	4%

Após a tabulação dos dados, da qual os alunos tomaram conhecimento, uma aluna participante do programa afirma: “na escola não só ouvimos falar, mas também trabalhamos com projetos para o melhoramento do nosso ambiente; a TV só mostra os problemas ambientais que estão acontecendo e nós não podemos ajudar”. É principalmente na escola, que se desenvolvem projetos ambientais, onde os alunos participam da ação e da solução dos mesmos.

Observando os dados pode-se afirmar que a escola é um local privilegiado onde a maioria dos alunos tem acesso à informação e podem despertar a conscientização através de propostas que ofereçam oportunidades para exercitarem a responsabilidade perante o destino coletivo em busca da sustentabilidade e da melhoria de qualidade de vida.

Os alunos entenderam que o principal problema a ser solucionado no município é com relação ao uso de agrotóxicos, pelo fato de pertencer a uma região totalmente agrícola. “As lavouras estão com muita concentração de produtos químicos e isso prejudica o nosso solo e a nossa saúde. Acho que não deveriam passar agrotóxicos desse jeito”, afirma uma aluna participante do projeto.

O uso de agrotóxicos tem criado desequilíbrios ambientais de diversos tipos. Um deles é que as pragas atacadas ficam mais resistentes, tornando os produtos inúteis e exigindo outros ainda mais fortes. Outro desequilíbrio ambiental é a morte de insetos inofensivos e que têm o seu papel no ecossistema. Um terceiro é a contaminação. Os defensivos penetram no subsolo, envenenam lençóis d’água, são carregados por enxurradas até os rios onde acabam matando muitos peixes e a flora local. A pulverização aérea é outra forma de espalhar esses produtos sem nenhum controle.

O uso racional dos defensivos, acompanhado por agrônomo especializado, é atitude que deve ser adotada pelos agricultores. Uso racional significa não errar dosagens, escolher o defensivo adequado para cada plantação, respeitar o período de carência. É importante a aplicação de técnicas integradas de controle de pragas, ou seja, com o uso de agrotóxicos e ao mesmo tempo um controle biológico em insetos que atacam as pragas. Todo este conhecimento precisa ser considerado ao tratar as questões ambientais, realizando uma abordagem sistêmica na qual todo ser humano está inserido.

Este problema acarreta a poluição das nascentes, pois a poluição do solo por agrotóxicos é um dos principais agentes da deterioração das nascentes pondo em risco este recurso hídrico, comprometendo a qualidade das águas subterrâneas. Na região, além deste problema, destaca-se a necessidade da preservação das nascentes através da conservação e replantio das matas ciliares.

Quando, 96% dos alunos atribuíram à responsabilidade dos problemas ambientais à sociedade, conclui-se que os mesmos estão se preocupando cada vez mais com o ambiente no seu entorno, na região e no planeta em geral. Este resultado é animador e demonstra que a Educação Ambiental colocada em prática, ainda que de forma incipiente vem surtindo efeito.

Marques ressalta o ambiente escolar como aspecto relevante da Educação Ambiental:

A escola é um local onde as práticas ecológicas atingem além de alunos, pais e comunidade. Dentro da ação educativa, os principais orientadores serão os professores, que deverão ter um conhecimento prático e preparação adequada, além de estarem, eles mesmos, conscientizados da importância e da urgência do assunto trabalhado. A avaliação deste processo deve se realizar através de ações que possibilitem ao aluno condições de adquirir conhecimentos de forma significativa e usá-los no seu cotidiano (MARQUES, 2004, p. 39).

A escola apresenta-se como um local ideal para a conscientização dos jovens para que atuem de forma positiva na transformação da sociedade colocando em prática os conhecimentos adquiridos. Ao desenvolver este programa de Educação Ambiental, foi importante o pensamento de Aguilar (1992 *apud* LAYRARGUES, 1999, p. 144), que afirma: “a maior finalidade da Educação Ambiental reside na formação de uma consciência ecológica que envolva o questionamento das verdadeiras causas da Educação Ambiental, não se contentando apenas com a preocupação reducionista de proteção ambiental”.

Através da figura 3 é possível visualizar o direcionamento dado às questões ambientais, onde os temas ligados à realidade local têm como objetivo final envolver o aluno no processo de construção do conhecimento.

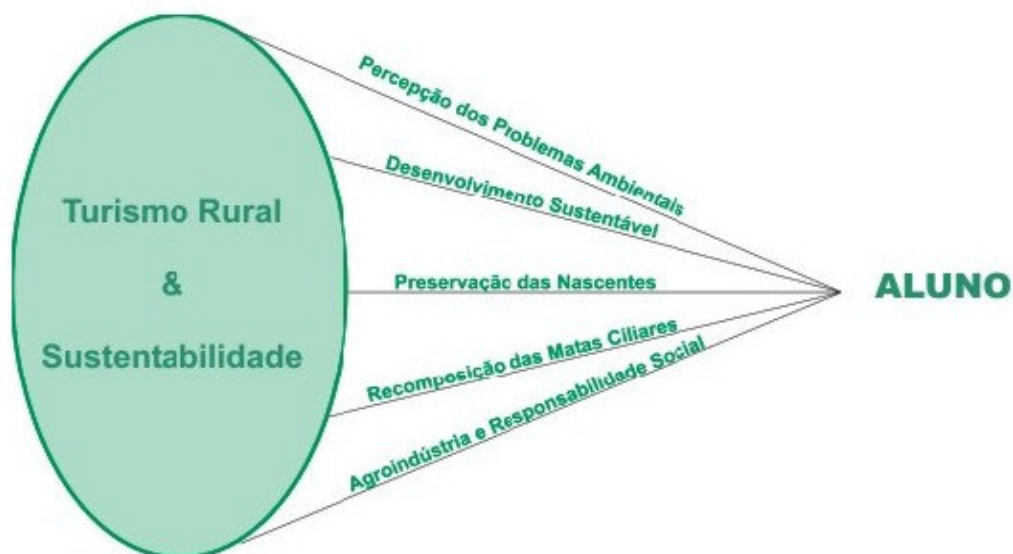


Figura 3: Turismo Rural e Sustentabilidade

FONTE: Projeto de Educação Ambiental – Colégio Estadual Carlos Gomes, Ubitatã-PR, 2003.

Um programa prático de Educação Ambiental, só será possível se for realizado como elemento integrador do processo de construção do conhecimento, comprometido com a comunidade escolar e com características que o conduzam de forma eficaz. Assim, a escola cumpre o seu papel contribuindo com a formação integral dos alunos, definindo os trabalhos realmente úteis e necessários no processo de preservação da natureza.

4.2 Importância da Preservação das Nascentes e Recomposição das Matas Ciliares

A importância das árvores e florestas se faz presente tanto no meio urbano quanto no meio rural. As áreas verdes contribuem de forma relevante para a melhoria da qualidade de vida tanto da população rural quanto da população urbana.

Entre outros benefícios, elas ajudam para a amenização da temperatura, redução da poluição atmosférica, manutenção da qualidade dos mananciais de abastecimento, além de proporcionar um ambiente mais bonito e agradável, adequado ao bem estar psicológico.

Neste sentido, Dualibi & Martins reafirmam esta posição:

Na área rural a presença das árvores está diretamente relacionada à manutenção de inúmeros serviços ambientais tais como contenção de erosão e desertificação, proteção de corpos d'água e suporte à fauna. Na propriedade rural a presença de árvore constitui-se em requisito essencial para o equilíbrio ambiental e econômico, que conduz a sua sustentabilidade (DUALIBI & MARTINS, 2005, p. 1).

Florestas são ecossistemas fundamentais para o equilíbrio climático e hidrológico do planeta; sendo ainda, o ambiente que abriga a maior parte da riqueza biológica existente. No município em que se realiza a pesquisa, ocorre um fenômeno inverso ao esperado, as áreas rurais possuem menor concentração de árvores, exceto nas poucas reservas legais, do que a área destinada ao perímetro urbano. Esta devastação aconteceu em virtude do interesse pelo plantio dos produtos agrícolas de exportação, especialmente de soja, que, entre altas e baixas ainda é o produto mais cobiçado do momento; tanto que se torna uma moeda-padrão amplamente utilizada na região.

O modelo tradicional de cultivo intensivo, como no caso das monoculturas, traz grandes custos ambientais e sociais. No que se refere à questão ambiental, este modelo provoca perda da biodiversidade, degradação de solos, escassez de água e energia e contaminação tóxica - que pode afetar o meio ambiente, trabalhadores e consumidores. No que se refere à questão social, a monocultura está associada à grande migração rural-urbana e à perda do meio de fomento de milhões de famílias (SÁ, 2005).

Então, faz-se necessário um retorno às origens, procurando recuperar a natureza, iniciando pelos locais mais atingidos, um dos pontos vitais para a sobrevivência humana e do planeta: a água. Preservar os mananciais através da recomposição das matas ciliares é essencial e urgente para desenvolver o princípio da sustentabilidade. Tendo em vista estes objetivos organizou-se a tabela 2 contendo resultados das questões 4 e 5.

Tabela 2: Importância da Preservação das Nascentes e Recomposição das Matas Ciliares

Avaliação	Importância das matas ciliares na conservação das nascentes		Proposta de maior sustentabilidade para as matas ciliares	
Questões	nº 4		nº 5	
C.E.C.G.	Evitar a erosão	Conter o escoamento da água das chuvas	Implantação de sistemas agro-florestais	Colaborar nas campanhas de defesa das matas
	49%	22%	47%	38%

Pelos dados expostos fica evidente, a necessidade da recomposição das matas ciliares, primeiro pelo princípio básico da sobrevivência e segundo porque representam a conservação das belezas naturais, fauna e flora, atrativos imprescindíveis para a realização do Turismo Rural

Os resultados demonstrados afirmam que os estudantes têm de forma clara, a importância de se manter a vegetação original nas margens dos rios e nascentes, ambos ligados à preservação do ciclo da natureza. Evitar a erosão que provoca o assoreamento dos rios, favorece a continuidade de oferta de água para as próximas gerações.

Para abordar estes problemas e efetuar mudanças na maneira de encarar os recursos naturais é preciso contar com a parceria dos que vivem no meio rural. Ao tratar a problemática de incidência de riscos ambientais e a resolução do problema visualizado, deve-se primeiramente dar conta dos fatores relevantes apontados pelos moradores e trabalhadores que convivem com a situação, isto é, auscultar a sua visão, o saber existente, a representação social por eles construída (RUSCHEINSKY & COSTA, 2002).

A realidade construída pelos agricultores atuais precisa ser revista, e, nada melhor do que começar com a população jovem que, além de poder influenciar os mais velhos, também será a que vai assumir os seus lugares. A alteração de comportamento com relação à recomposição de matas ciliares, só será possível com a participação dos envolvidos no meio rural, tanto proprietários quanto funcionários e demais membros da comunidade.

Provavelmente, esta será a tarefa mais difícil a se empreender no seio das comunidades rurais: vencer a excitação do espírito prático com as armas da compreensão e do respeito aos sistemas ecológicos. Porém, é preciso ter coragem e iniciar a reversão deste processo. Com este objetivo, procurou-se através deste programa desenvolver uma aprendizagem voltada para o social, avaliando a consciência ecológica, crítica e ética onde o bem comum pudesse ser privilegiado.

Fomentar a valorização de árvores e vegetação nativa nas margens de rios, córregos ou riachos é fundamental à qualidade do ambiente e dos seus habitantes, para isso é necessário à implantação de sistemas agro-florestais e a implementação de ações que visam sensibilizar e estimular atitudes voltadas à conservação e restauração das matas ciliares.

Através das entrevistas realizadas pelos alunos com os agricultores, foi possível vislumbrar a possibilidade de mudança de comportamento dos proprietários envolvidos com o Turismo Rural, já que estes percebem a estreita ligação entre belas paisagens naturais e atração turística. O que se espera é que este comportamento possa influenciar os demais proprietários rurais.

Mais uma vez, os alunos demonstraram um alto grau de conscientização ecológica ao perceberem estas necessidades, 47% sugeriram práticas viáveis para a solução do problema identificado e, 38% optaram pelo engajamento em campanhas em defesa das matas, o que também pode ser entendido como prontidão para alteração de comportamento.

O modelo agroflorestal visa compatibilizar o desenvolvimento econômico da população rural com a conservação do meio ambiente. A produção agroflorestal é intrinsecamente conservacionista e gera um impacto positivo a partir dos "serviços ambientais" prestados mantendo as características funcionais do ecossistema. É importante ressaltar que o modelo agroflorestal não é uma solução integral para a proteção da biodiversidade, ele reduz os impactos das queimadas, dos agrotóxicos e do desmatamento, mas em escala regional, é necessário um sistema integrado de reservas florestais, tanto públicas como os Parques e Reservas Biológicas, como particulares, em assentamentos e grandes fazendas (SÁ, 2005).

A conservação ambiental é um condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção a longo prazo, sem o qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e a equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço.

4.3 Práticas Ambientais Sustentáveis

Ciência e tecnologia são desenvolvidas para poder conferir ao homem o máximo de desenvolvimento, em função das exigências do bem-estar. Todavia, a preocupação pelo desenvolvimento deve ser acompanhada de maior interesse pela conservação do meio ambiente. Caso contrário, a poluição crescente do ar e da água, tornarão a sobrevivência humana difícil e às vezes impossível, como já tem acontecido para algumas espécies animais e vegetais.

Baptista Filho (1999, p. 7) afirma: “o homem é parte integrante da natureza e não pode viver sem ela, contra ela ou longe dela, há uma interdependência múltipla entre animais e vegetais em função do solo, da atmosfera e da água”. Uma árvore, por exemplo, não depende apenas do homem que a plantou, mas de inúmeras espécies microscópicas que se encarregam de decompor a matéria orgânica depositada no solo, incorporando a Terra os nutrientes indispensáveis à vitalidade da árvore.

Siqueira aborda com clareza esta questão:

O homo predatorius está sempre em luta contra a natureza, eliminando as espécies que – supõe – não lhe são úteis, pulverizando inseticidas ou pesticidas que matam milhões de seres microscópicos e sempre criando resistência no inseto daninho que ele queria eliminar num pântano. Esse homem que adora monocultura, revoluções verdes suicidas, apesar de toda ciência e de toda tecnologia que criou ainda ignora os princípios da ecologia, essenciais a sua própria sobrevivência (SIQUEIRA *apud* BAPTISTA FILHO, 1999, p. 8)

A preferência pela monocultura e a “revolução verde suicida” a que o autor se refere, infelizmente faz parte da prática da maioria dos médios e grandes proprietários rurais do município de Ubatã. Esta mentalidade direciona padrões de comportamento distantes do ideal de sustentabilidade. Muito ainda há para se fazer; a Educação Ambiental tem um longo caminho a ser percorrido e, é preciso angariar cada vez mais adeptos a essa causa. Esta sem dúvida é uma das principais responsabilidades dos que trabalham com a educação, seja a nível formal ou informal.

Dado o exposto, procurou-se organizar a tabela 3 destacando a preocupação com práticas sustentáveis através das questões 6, 7 e 8.

Tabela 3: Práticas Ambientais Sustentáveis

Critérios	Agroindústrias e sustentabilidade		Sugestões de práticas sustentáveis		O município e a sustentabilidade	
Questões	nº 6		nº 7		nº 8	
C.E.C.G.	Família Massaranduba 46%	Família Saran 34%	Infra-estrutura adequada 34%	Recomposição das matas ciliares 31%	Melhorias: saúde, moradia e saneamento 40%	- Redução e tratamento de lixo - Prevenção da degradação ambiental 20%

O Turismo Rural apresenta-se como uma opção de diversificação de atividades que também são viáveis ao pequeno e médio proprietário. Assim, estes estão abertos a mudanças e a novas propostas, o que lhes falta, no entanto é apoio quanto aos recursos financeiros para que possam melhorar a sua infra-estrutura. No caso do Turismo Rural, a discussão em torno do conceito de “Turismo sustentável” visa um modelo de desenvolvimento turístico cujo foco é a correta utilização do patrimônio natural e cultural, numa visão de longo prazo, que busque formas de assegurar a preservação desse patrimônio para as futuras gerações (IDECO, 2003).

As características do campo são as principais motivadoras do turismo rural, portanto é essencial mantê-las em equilíbrio. Esta manutenção é bastante ampla e está relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável. Para tornar real na prática o equilíbrio entre os fatores mencionados, pode-se relacionar sustentabilidade a uma mesa triangular que, para poder manter-se de pé, precisa de três amparos equilibrados: fatores ambientais, sociais e econômicos (OLIVEIRA, 2002).

A manutenção e equilíbrio às quais se refere o autor se tornarão realidade a partir de medidas essenciais e práticas, a começar pelo planejamento sustentável que é uma das necessidades e das grandes qualidades do Turismo Rural.

No município de Uiratã, o projeto Sítio-Tur, através do programa “Abre Porteiras”, apresenta aos produtores rurais um novo cenário com o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo rural ecológico. Os proprietários estão investindo em novos empreendimentos rurais como piscicultura, produção de frango caipira e

de suínos (criação, abate e transformação de produtos), além do comércio de produtos caseiros e de artesanato.

A família Saran, proprietária do “Sítio São Roque” trabalha com embutidos e defumados de suínos: salame, tender, lingüiça caipira, lingüiça toscana, bacon e lingüiça calabresa. Seus produtos têm boa aceitação no município e nas regiões vizinhas. Segundo o proprietário, “este projeto aumentou a renda mensal, viabilizou a participação na feira do produtor e apresentou melhorias nas condições de vida, porque a renda que era anual agora é mensal”. A família Massaranduba possui um abatedouro de aves caipira no “Sítio Pé-de-Galinha”. No roteiro ecológico oferece um delicioso “café rural”. Ambas as famílias, são consideradas exemplos de iniciativas que buscam alcançar o desenvolvimento local sustentável.

O desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo e uma meta a ser alcançada a médio e longo prazo, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, redefinindo as bases da organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural. A sustentabilidade de uma área, também se processa pelo uso racional de materiais, praticando a reciclagem e a reutilização, evitando o desperdício. Esses procedimentos necessitam de orientação e planejamento para alcançar o sucesso almejado.

O planejamento é um processo em que a sociedade e os técnicos constroem um conhecimento sobre a realidade, para tomar decisões e avaliar as ações. O que importa no planejamento é a aprendizagem permanente e continuada desse processo em que a formulação, decisão, execução e avaliação, priorizam e mobilizam as energias sociais e o processo criativo da sociedade (BUARQUE, 2002).

Este posicionamento justifica que um dos critérios de avaliação do programa proposto neste trabalho seja despertar a visão do aluno para as práticas sustentáveis fazendo-o perceber a necessidade de planejamento e de participação na busca de soluções para alternativas sustentáveis. A recomposição das matas ciliares foi novamente destacada pelos alunos que compreenderam muito bem a gravidade deste problema ambiental na região.

Oliveira aponta as seguintes sugestões: trabalhar com a iniciativa privada e devidos órgãos governamentais para estabelecer uma cooperação com outros ramos de atividade, tais como reflorestamento, mineração, agricultura e energia, a

fim de proteger recursos turísticos de base e promover o uso sustentável do ar, solo, água, floresta e recursos da vida silvestre (OLIVEIRA, 2005).

O desenvolvimento local está associado à capacidade dos atores sociais e da comunidade local de se organizarem com iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, tendo como base suas potencialidades e de acordo com sua cultura redefinir e explorar as prioridades quanto à preservação ambiental.

O currículo de “como e o quê fazer” nos ambientes educativos ganha uma nova dimensão que é fomentar a discussão em torno do desenvolvimento sustentável por meio do aprofundamento da discussão sobre os pressupostos para as mudanças culturais necessárias para estruturar uma nova relação entre homens, mulheres e natureza, que estabeleça uma nova ética social de responsabilidade com a natureza (SOUZA & OLIVEIRA, 2005).

Através da Educação Ambiental, com a participação indispensável da comunidade e das instituições é possível atuar junto aos alunos e colaborar na promoção destas ações transformadoras.

Sato explica que a Educação Ambiental para ser efetiva deve também ser ampla:

Para uma perspectiva de educação ambiental eficiente torna-se, também, necessário transformar os trabalhadores infantis e os jovens infratores em alunos exemplares, em aprendizes da condição cidadã; erradicar os “sem”, tornar os sem-terra agricultores familiares produtivos, os sem-teto moradores dignos e integrados à comunidade urbana, os sem-emprego e empobrecidos qualificados e consumidores (SATO, 2002, p. 11).

Os alunos que participaram deste programa de Educação Ambiental, conseguiram articular os problemas locais nas condições dadas pelo contexto municipal e compreenderam que a sustentabilidade não é única e exclusivamente uma questão ambiental, mas também envolve questões sociais mais amplas: saúde, moradia, saneamento básico e degradação ambiental.

Dar conta da educação ambiental em uma sociedade de risco implica desvendar uma ética fundamentada no reconhecimento do outro como um sujeito diferente de si, ao mesmo tempo e por isso mesmo digno do maior respeito. E a alteridade, nesse caso, tanto pode ser outro cidadão, como também pode ser a natureza. Essa nova ética que se funda, leva em consideração as futuras gerações, mas principalmente a presente, exercitando a solidariedade sincrônica e diacrônica de que nos fala Sachs (RUSCHEINSKY & COSTA, 2002).

Portanto, é importante conjugar a parceria entre consumidores, empresariado e poder público para a promoção do desenvolvimento sustentável; incentivando a economia popular e solidária no rumo inverso às desigualdades sociais.

4.4 Turismo Rural, Agroindústrias e Responsabilidade Social

O ser humano constrói, histórica e socialmente, sua relação com o meio ambiente, com todos os conflitos e lutas de interesses, diante dos quais a problemática ambiental passa a ter importância somente quando há o risco de esgotar os recursos naturais. Trata-se ainda, de um problema de marketing, já que a interferência devastadora é desabonadora para qualquer atividade econômica; transformando-se em um problema ético (MEC/PCN, 1998).

No desenvolvimento do Turismo no espaço rural, é preciso questionar algumas generalizações que estão inter-relacionadas com questões mais amplas. Uma grande consequência de sua expansão em regiões predominante de pequenos produtores é a valorização das terras, a qual muitos agricultores aproveitam a alta dos preços fundiários para venderem suas propriedades e migrarem para as cidades em busca de emprego, mas, com a seletividade do mercado de trabalho urbano, em poucos anos esses mesmos agricultores são forçados a voltar para seu local de origem, não mais como proprietários, mas como empregados.

Este fato reflete toda a complexidade na qual se insere o Turismo Rural, problemas como estes podem causar fortes impactos sobre o desenvolvimento econômico, a cultura e o ambiente local e, devem ser contornados pela população e pelo poder público através de intervenções conscientes e planejadas. As iniciativas de turismo rural com possibilidade de sucesso são aquelas que envolvem a comunidade regional em todas as fases, desde o seu planejamento, implantação até sua exploração, assim a participação torna-se um compromisso com a realização dos projetos e empreendimentos. Este compromisso faz parte do que é chamado de responsabilidade social.

A tabela 4 destaca os dados relativos ao Turismo Rural, Agroindústrias e Responsabilidade social das empresas com o meio ambiente, com os funcionários e com a qualidade e preservação da vida.

Tabela 4 – Turismo Rural, Agroindústrias e Responsabilidade Social

Critérios	Ações sociais das empresas e seus benefícios		Avaliação do Turismo Rural	
Questões	nº 9		nº 10	
C.E.C.G.	maior apoio e desempenho de funcionários e parceiros 36%	maior fidelidade dos clientes atuais e conquista de novos 13%	Melhorar infra-estrutura 83%	Infra-estrutura inadequada 13%

Para enriquecer as atividades turísticas desenvolvem-se paralelamente as agroindústrias com a finalidade de fomentar o turismo e adquirir uma fonte de renda extra. Por ser uma atividade complexa, não se pode conceber que a agroindustrialização seja a solução única e imediatamente aplicável para a geração e distribuição de renda e agregação de valor à produção dos agricultores familiares.

Tentando dar respostas a estes desafios, a Secretaria da Agricultura do município desenvolve ações direcionadas à agroindústria, desde o incentivo ao surgimento e o bom funcionamento de iniciativas empresariais, até a melhoria da qualidade e a colocação do produto no mercado através do Programa “Abre Porteiras”. Reafirmam-se aqui, dadas às condições iniciais nas quais se encontram as atividades turísticas do município, a necessidade de adaptação das agroindústrias em termos de exigências legais e de aprendizado quanto ao relacionamento “governo-empresa-homem-natureza” que, necessitam de apoio tanto de bases educacionais e de conhecimento das leis ambientais, quanto de propostas conservacionistas e sustentáveis que lhes permitam alterações gradativas de comportamento e de valores, bem como a possibilidade de desenvolvimento econômico de forma sustentável e lucrativa na gerência de seus negócios.

Os alunos participantes do programa destacaram a importância de que para uma empresa fortalecer sua imagem ganhando respeito, confiabilidade e assegurando a sua autopreservação; o maior apoio, motivação, confiança e melhor desempenho dos funcionários e parceiros, é essencial. Para isto, precisa contar com mão-de-obra experiente ou especializada, sem os quais não teria bons produtos a ofertar. Através de uma política de valorização e motivação dos funcionários e

parceiros, a empresa conseguirá uma boa produção e conseqüentemente bons lucros.

A responsabilidade social de uma empresa deve ser um compromisso contínuo de comportamento ético que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. O respeito aos princípios éticos é o fundamento da solidariedade, da cooperação, da cidadania de qualquer empreendimento, resulta no aprimoramento de valores essenciais de respeito ao próximo e, conseqüentemente do Desenvolvimento Sustentável.

Participação, engajamento, mobilização e democratização são as palavras-chaves da competência para a ação. A aprendizagem ambiental só ganha significado pelo contexto, por isso é preciso ter competência para a ação e saber aplicá-las. Também inclui a capacidade de decidir quais os valores serão aplicados e em que situações, e quando se deve aplicá-los; implica em como utilizar os recursos e como conceber as nossas vidas sociais (FONTES, 2003).

Valer-se do contexto local como uma ferramenta para a Educação Ambiental permite o desenvolvimento da visão crítica e da responsabilidade social, que não é apenas das empresas, mas, um compromisso a ser assumido pelos alunos e por toda a comunidade. Assim se processa a construção da cidadania. O processo de construção da cidadania requer a criação de uma ética que direcione as atitudes das pessoas para consigo mesmas, para com as outras e para com a natureza, tendo em vista os princípios de sustentabilidade.

Os princípios gerais do Código Mundial de Ética do Turismo ressaltam a contribuição do setor para a compreensão e o respeito mútuos entre os homens e as sociedades, estimulando o desenvolvimento individual e coletivo, devendo ser um fator de desenvolvimento sustentável que valorize mais a cooperação do que a competição. O turismo deve oferecer condições de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade e de geração de benefícios como emprego local e renda para as comunidades de destino.

O modelo de turismo sustentável inclui o respeito a um Código de Conduta ou Código de Ética, como norma para impedir que ocorram impactos negativos nos ambientes natural, cultural e social relacionados com os destinos turísticos. Esse código tem servido de orientação para empresas, governos e organizações não-governamentais orientarem a implantação e operação dos projetos de Turismo sustentável (IDECO, 2003).

É possível a identificação de conseqüências positivas e negativas, do ponto de vista ambiental, resultantes da relação com a atividade turística. São considerados impactos positivos quando os empreendedores políticos passam a investir em ações conservacionistas, pois a natureza torna-se um atrativo turístico; podendo ser utilizada a própria renda da atividade turística para a implantação de outras medidas preservacionistas como a recuperação de áreas degradadas, a redução de lixo e a diminuição de produtos químicos na agricultura e o estímulo ao modo orgânico de produção.

Alguns fatores podem desenvolver ou gerar impactos negativos para a propriedade ou região como a destruição da fauna e da flora e da paisagem natural; degradação da paisagem, contaminação das fontes e dos mananciais de água; alargamento, pisoteio, coleta e destruição da vegetação às margens de trilhas; desmatamento e descaracterização da paisagem (OLIVEIRA, 2002). Entretanto, se os turistas forem conscientizados, não se comportam dessa maneira, prevalecendo o interesse e o respeito pelo meio ambiente e suas belezas naturais.

Vale ressaltar que o aumento do custo de vida das populações que residem permanentemente no local, em especial os preços das atividades de prestação de serviços e do acesso à moradia são conseqüências advindas da atividade turística, assim como um aumento de tráfego de pessoas, pode afetar a comunidade local, que nem sempre pode ser do agrado de todos (OLIVEIRA, 2005).

O pequeno agricultor rural é o mais atingido pelas influências negativas que o turismo rural pode trazer, pois precisam de certo investimento para participar do programa, e como não tem garantias para a tomada de crédito, enfrentam obstáculos no acesso a programas de financiamento. Esta questão foi amplamente citada nas entrevistas realizadas pelos alunos aos proprietários rurais.

No município de Ubatã, por se tratar do início atividade turística constata-se que é necessário investir em melhorias na infra-estrutura, na aquisição e adequação de equipamentos de segurança. Algumas medidas são simples e podem ser solucionadas em curto prazo: instalação de corrimão nas áreas de acesso a cachoeiras, bancos em locais sombreados para descanso e apreciar a paisagem, aumento do número de caixas de coleta de lixo e aquisição de capacetes e botas de borracha.

Outras melhorias dependem de maior investimento e precisam ser devidamente planejadas: construção de mirantes e passarelas, iluminação

adequada, adequação de estacionamentos, construção de novos sanitários e melhorias nos existentes. Estas são as principais sugestões feitas pelos alunos que visitaram as propriedades inseridas no programa “Sítio-Tur”.

Os membros das unidades familiares em estudo, mesmo ao serem estimulados a desenvolver outras maneiras de utilização da natureza, como por exemplo, o turismo, não se desprenderam de suas ocupações principais: lavoura e criação de animais de pequeno porte. O setor agrícola continua exercendo um papel fundamental dentro da dinâmica local, pois possibilita a existência de produtos que podem ser consumidos e comercializados nos estabelecimentos comerciais e turísticos. Desta maneira, o Turismo Rural apresenta-se apenas como uma possibilidade de melhorar sua infra-estrutura e preservar os recursos naturais da propriedade para que o turista se interesse pelo seu patrimônio.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa, realizada com objetivos de investigar o turismo rural e sua sustentabilidade, através do Programa Sítio-Tur, desenvolveu um Projeto de Educação Ambiental no Ensino Médio de Ubiratã – PR, o qual possibilitou algumas conclusões e recomendações, apresentadas a seguir.

5.1 Quanto aos Objetivos e a Hipótese

No município de Ubiratã, onde a principal atividade econômica é a agricultura, existem belezas naturais exuberantes e diversas possibilidades de desenvolver agroindústrias representando fortes atrativos para o desenvolvimento do turismo rural na região. Neste contexto, considera-se que a realização deste trabalho significou uma possibilidade de contribuir para o fortalecimento do turismo rural através do cumprimento dos objetivos propostos e ainda confirmar a hipótese levantada no início da pesquisa, para os quais apresentam-se os seguintes dados satisfatórios:

Destaca-se a relevância do tema abordado e pode ser considerada uma contribuição ética e metodológica para a educação. Ética, porque teve seu embasamento nas propostas de autores comprometidos com valores e comportamentos éticos que fundamentam as práticas ambientais. Metodológica, porque desenvolveu e avaliou um projeto de Educação Ambiental, descrevendo todos os passos do trabalho.

A execução do projeto de Educação Ambiental foi importante para despertar nos jovens a conscientização, acrescentar conhecimentos, formar de valores sobre princípios e comportamentos sustentáveis, capacitando-os a intervir tanto na comunidade familiar, como também junto aos proprietários rurais. Estas ações a favor de mudanças de comportamento relacionados à proteção do meio ambiente são confirmadas através das sugestões para melhorar a sustentabilidade, feitas pelos alunos, aos proprietários rurais que integram o Programa de Turismo Rural do município de Ubiratã - PR.

Constatou-se ao longo da execução da proposta, a participação de professores de todas as áreas, promovendo a interdisciplinaridade, o envolvimento e a participação ativa dos educandos. Houve ótima receptividade por parte da comunidade rural, o que facilitou a integração entre estes e a comunidade escolar. A contribuição dos profissionais convidados a participar do projeto foi importante e eficiente, possibilitando maior embasamento, integrando e fortalecendo as relações de interdependência entre as comunidades escolar, rural e urbana.

No decorrer deste projeto foi possível observar a preocupação dos proprietários ligados ao Programa em desenvolver suas atividades de acordo com os princípios de sustentabilidade de forma a promover a interação entre o homem e o meio ambiente.

Acrescenta-se que o Projeto de Educação Ambiental, visto como uma proposta de aprendizagem social de práticas sustentáveis, aliou teoria e prática por ocasião da realização de trabalhos a campo, reflorestando as nascentes, na tentativa de recompor a mata ciliar em duas das propriedades que compõem o Sítio-Tur, conseguindo desta forma estabelecer relações entre o turismo ecológico sustentável e a proteção das nascentes e mananciais conforme objetivo proposto.

Para a escola, principalmente por haver muitos alunos da zona rural, é importante desenvolver projetos de Educação Ambiental, incentivando a responsabilidade individual e coletiva, contribuindo no processo de construção da cidadania, coerente a uma perspectiva ética de respeito ao outro e ao meio ambiente. Ressalta-se ainda que este projeto contribuiu para a implantação do Curso Técnico em Meio Ambiente no Colégio onde se realizou a pesquisa. Este, certamente contribuirá e dará continuidade à Educação Ambiental tão necessária e importante nos dias atuais.

5.2 Avaliação do Modelo Proposto

Descritos todos os encaminhamentos do projeto de Educação Ambiental, passa-se a destacar os pontos fortes do modelo proposto:

- **É um programa de amplitude por envolver vários temas direcionados à solução de problemas ambientais locais, aliar teoria à prática e conter**

um modelo de avaliação correspondente, cujos resultados possibilitam sugerir oportunidades de melhorias;

- **Tem como prioridade o processo de conscientização que é o elemento chave para a transformação de valores e atitudes voltados à preservação ambiental;**
- **Proporciona integração da comunidade rural e urbana através da participação de diversos profissionais ligados aos estudos ambientais, fortalecendo as relações de interdependência;**
- **Favorece a inserção da escola nos projetos de Educação Ambiental de forma a contribuir no processo de participação da preservação ambiental e da formação consciente da cidadania.**

Assim, confirma-se a hipótese que deu origem à proposta deste trabalho. Um programa de educação ambiental pode contribuir para apontar oportunidades de melhorias que viabilizem o desenvolvimento sustentável nas propriedades que compõe o programa de Turismo Rural – Sítio-Tur – do município de Ubitatã, à medida que o projeto desenvolvido procurou inserir a família do aluno e toda a coletividade do entorno em busca de soluções alternativas que preservem o bem comum – a natureza – como um direito de todos porque, uma vez despertada a consciência, ganha-se novos aliados para a melhoria das condições de vida do planeta.

5.3 Oportunidades de Melhorias e Recomendações

Tendo como base a pesquisa bibliográfica e o acompanhamento do projeto: Projeto de Educação Ambiental como Aprendizagem Social de Práticas Sustentáveis, passa-se a fazer uma sugestão de Plano de Desenvolvimento que poderá ser aproveitado pelo gestor público como uma proposta que visa garantir oportunidades de melhorias.

Este conjunto de ações poderá fazer parte de um Plano de Desenvolvimento para a Agroindústria de Pequena Escala a ser implantado no município de Ubitatã-PR., a exemplo da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura de Londrina (SMAA) que em 1997 iniciou um projeto de apoio ao desenvolvimento

da agroindústria no município através da implantação da Gerência da Agroindústria (RUIZ et al., 2002) oferecendo-lhes apoio técnico, capacitação e treinamento.

5.3.1 Recomendações para o Gestor Público

- Elaborar programas junto aos proprietários rurais que os incentivem a alterar sua visão simplista de lucro imediato e de práticas monocultoras, para atitudes que gerem diversificação de culturas, privilegiando a conservação da natureza;
- Mais investimentos e maior apoio às agroindústrias de forma a oferecer subsídios aos proprietários rurais que possibilitem obter novas fontes de geração de renda com lucratividade, responsabilidade social, econômica e ambiental;
- Oferecer assessoria técnica para o início do processo de industrialização; capacitar tecnologicamente o produtor artesanal em técnicas e procedimentos de higiene, manipulação, processamento e comercialização;
- Apoio técnico na elaboração de plantas, alvarás de construção, pareceres prévios para alvarás de funcionamento, vigilância sanitária, legalização da atividade e regularização da documentação;
- Treinamento e capacitação com ênfase em comercialização, vendas, controle de custos, rentabilidade e linhas de financiamento;
- Incluir selo de procedência: “Produtos da Roça – Ubiratã-PR” e viabilizar condições de comercializar os seus produtos sozinho, em grupos ou associações, promovendo o associativismo e cooperativismo;
- Ampliação de vendas em escolas da rede pública para composição da merenda escolar;
- Disponibilizar Assessoria empresarial aos produtores e informações técnicas sobre materiais e equipamentos a serem utilizados na agroindústria familiar, catálogos e guias;
- Realização de excursões dos proprietários rurais para regiões em que o Turismo Rural esteja em estágio mais elaborado de desenvolvimento e, para feiras nacionais do setor alimentício realizadas em grandes centros;

- Propiciar meios de demonstração e divulgação dos produtos, através de política eficiente de *marketing* do Programa Sitio-Tur que propicie a ampliação das visitas e comercialização dos produtos ofertados localmente;
- Promover a identificação com placas, painéis metálicos de todas propriedades e unidades que compõem o programa para dar visibilidade às ações e fortalecer a importância da atividade no município;
- Criar um banco de dados de acompanhamento das propriedades; ampliação do programa de Turismo Rural no município de Uiratã, abrangendo novas unidades rurais e familiares.

5.3.2 Recomendações para Trabalhos Futuros

- Aprofundamento da pesquisa de forma a possibilitar maior integração dos alunos do Ensino Médio com os proprietários rurais, gerando de ambas as partes ações efetivas, tendo em vista a conscientização ecológica e conseqüente alteração de valores e comportamentos direcionados à sustentabilidade.

5.4 Considerações Finais

No Brasil, um universo significativo de agricultores familiares desenvolve atividades agroindustriais e se insere no mercado de forma competitiva, seja de forma individual ou grupal. Estes necessitam apoio de políticas públicas no sentido de torná-las ou de se manterem viáveis e competitivas a fim de colaborarem com uma proposta de Desenvolvimento Sustentável Local.

As políticas públicas devem representar o resultado de uma vontade conjunta dos atores sociais dos municípios e da comunidade em torno de determinadas ações que dão sustentação e viabilidade política à iniciativas capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade, através de estratégias que promovam a articulação entre as instituições públicas e privadas que atuam no Turismo Rural e na Agricultura Familiar.

De grande importância é o monitoramento constante, realizando avaliações periódicas para atualização do Programa ao longo de sua implementação, assim

será possível minimizarem-se eventuais conseqüências negativas e aperfeiçoar sua eficácia promovendo o envolvimento dos serviços de educação e assistência técnica pública e privada, tendo como objetivo principal a preparação das pessoas envolvidas diretamente nas atividades do turismo rural para que possam utilizar de forma sustentável os recursos naturais, preservando-os para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Curitiba: IPARDES, 1997.

ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

AMOROSO, Sérgio. **Responsabilidade social: menos marketing e mais ações**. Disponível em: <<http://www.fundacaoorsa.org.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2004.

ARAGÃO, S. D.; KARKOTLI, G. **Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAPTISTA FILHO, Olavo. **O homem e a ecologia: atualidade sobre problemas brasileiros**. São Paulo: Pioneira, 1999.

BLOS, Wladimir. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 199-222.

BORGHETTI, José Roberto. **O Aquífero Guarani**. Disponível em: <<http://www.oaquiferoguarani.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

BOOKS, 1996. BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. 2. ed. Brasília, 2003.

BRANCO, Samuel M. **Água: origem, uso e preservação**. São Paulo: Moderna, 1999.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual Operacional do Crédito Rural. Secretaria da Agricultura Familiar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MDA/SAF/Pronaf)**, Brasília, 2002.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Safra 2003/2004 para a Agricultura Familiar. Secretaria da Agricultura Familiar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MDA/SAF/Pronaf)**, Brasília, 2003.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares – 2003/2006**. Disponível em: <http://www.sa.df.gov.br/agroindustria_rural.htm>. Acesso em: 20 fev. 2005.

_____, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural do Brasil**, 2004. Disponível em: <<http://www.gov.br/programadeturismorural>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix Amaná, 1986.

_____. **A teia da vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix Amaná, 1996.

CORTEZ, Henrique. **Cadê a tal responsabilidade social?** Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/>>. Acesso em: 10 mar. 2005.

COSTA, José Kalil de Oliveira. **Educação Ambiental, um Direito Social Fundamental e Função do Ministério Público para sua Implementação**. Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/caouma/doutrina/>>. Acesso em 05 nov. 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 1998.

DÍAZ, Aberto Pardo. **Educação Ambiental Como Projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DUALIBI, Miriam; MARTINS, R. B. **Programa de Seqüestro de Carbono**. Disponível em: <<http://www.mercoopsur.com.ar/programadesequestro.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

DUVOISIN, Ivane Almeida. A Necessidade de uma Visão Sistêmica. In: RUCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação Ambiental Abordagens Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 91 - 95.

EMATER-PR. **Proteja a Vida! Proteja a Árvore** (folder). 2003.

FONTES, Patrícia J. Educação pela e para Educação Ambiental. In: SANTOS, J. E.; M. SATO. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2003. p. 355-364.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, UFRGS, 1991.

IDECO. **Programa Modelo de Capacitação de Empreendedores em Turismo Rural: Módulo I**. Brasília: SESCOOP, 2003.

KARKOTLI, Gilson Rihan. **Responsabilidade Social: Uma Estratégia Empreendedora**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

KUBOTA, Marília. **Vamos ficar sem água?** Revista CREA-PR, p. 22-24, abr./mai. 2004.

LAYRARGUES, P. Philippe. Resolução de Problemas, uma metodologia privilegiada. In: REIGOTA, M. **Verde Cotidiano: O meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 131-148.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo; AVANZI, Maria Rita. **Práticas de Educação Formal na Região** (Caderno VIII). São Paulo: FAPESP, 1999.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARQUES, Maria de Fátima Cardoso. **Medidas e Procedimentos para Efetivar a Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. Florianópolis, 2004, 88 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais**. Brasília, 1998.

MELO NETO, F. P.; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NASCIMENTO, Milton; BUARQUE, Chico. **Cio da terra**. Cara Nova Editora Musical, 1977.

OLIVEIRA, Cássio G. S. **Viabilidade e Sustentabilidade do Turismo Rural/Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**. Brasília: Sescop, 2002.

OLIVEIRA, Raquel Schorn de. **Turismo e Meio Ambiente: Propostas para um turismo responsável**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/turismorural.html>>. Acesso em: 20 jan. 2005.

REIGOTA, Marcos (org.). **Verde Cotidiano: O meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

RODRIGUES, Ivone S. A avaliação da paisagem para fins de desenvolvimento turístico. In: ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 223-244.

RUCHEINSKY, Aloísio; COSTA, A. L. A Educação Ambiental a partir de Paulo Freire. In – **Educação Ambiental Abordagens Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 73-89.

RUIZ, Mauro Silva et al. **Plano de Desenvolvimento para a Agroindústria de Pequena Escala**. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura de Londrina-PR, 2002.

SÁ, Rosa Lemos. **Sistemas Agroflorestais: benefícios ambientais e econômicos**. Disponível em: <<http://www.biodiversidadebrasil.com.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

SACHS, Ignacy. **Eco Desenvolvimento Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMA – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Ubatã. **Programa Abre Porteiros**. Ubatã-PR, 2001.

SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Carlos: RiMa, 2002.

SAUVÉ, Lucie; ORELLANA, Isabel. **A Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental: A Proposta do EDAMAZ**. In: SANTOS, J. E.; M. SATO. **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2003. p. 283-287.

SETU - Secretaria de Estado do Turismo. **Turismo Gastronômico**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

_____. **Gastronomia Típica**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

SEGURA, Denise S. B. **Educação Ambiental na Escola Pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Fapesp, 2001.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, Florianópolis, 2001.

SILVA, C. A .B. **Perfil Técnico Econômico para a Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos**. SRH-MMA, Viçosa, 1998.

SOUZA, Orlando N. B.; OLIVEIRA, Ney C. M. **Movimentos Sociais e Educação no Meio Rural Amazônico**. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/>>. Acesso em: 05 mar. 2005.

TELLES, Marcelo de Queiroz et al. **Vivências Integradas com o Meio Ambiente**. São Paulo: Sá Editora, 2002.

TOZONI-REIS, Marília F.C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**. Brasília: IBAMA; 1999.

VARASCHIN, Márcia J. F. C. **Os entraves para o desenvolvimento do agroturismo**. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2005.

ZEPPONE, Rosimeire M. **Educação Ambiental: Teorias e Práticas Escolares**. Araraquara: JM, 1999.

ANEXO A

1. Questionário para os Alunos do Ensino Médio – Ubiratã – Pr
2. Gráficos de 1 a 10 – Resultado dos Questionários
3. Inventário das Propriedades que compõem o Programa Sítio-Tur

1. Questionário para os Alunos do Ensino Médio – Ubiratã – Pr

Esse questionário é parte de um conjunto de dados de uma dissertação de mestrado e tem como objetivo identificar os comportamentos dos alunos em relação às questões ambientais.

Leia atentamente cada questão e somente depois as responda; seja sincero, objetivo e estará colaborando para que se possa verificar se o Programa de Educação Ambiental ofereceu subsídios em relação às questões ambientais.

Não é necessário identificação com o seu nome.

QUESTIONÁRIO

1- Como, diariamente, semanalmente, você ouve, lê ou vê falar sobre o meio ambiente e tudo o que se tem feito contra e a favor dele?

- televisão
- escola
- jornais, revistas e rádio
- encontros, palestras e cursos

2- Qual dos problemas abaixo, você classificaria com o mais importante para ser solucionado no nosso município?

- preservação de nascentes
- erosão
- águas poluídas
- lixo nas ruas
- saneamento básico
- poluição no solo por agrotóxicos

3- Você acha que os problemas ambientais são:

- de responsabilidade do governo municipal
- de responsabilidade do governo estadual
- de responsabilidade do governo federal
- de responsabilidade da sociedade

4- Por que, para conservar as nascentes, é tão importante preservar as matas ciliares?

- para conter o escoamento da água das chuvas
- para estabilizar as margens e barrancos nos cursos d'água
- para evitar assoreamento dos rios
- para evitar a erosão

5- Qual das propostas abaixo é de maior impacto para a sustentabilidade das matas ciliares?

- redução de queimadas nas áreas de pastagens
- diversificação das espécies forrageiras
- implantação de sistemas agro-florestais
- colaborar nas campanhas de defesas das matas

6- Das Agroindústrias, desenvolvidas no programa de Turismo Rural, programa denominado "Sítio-Tur", qual delas você acha que dará maior sustentabilidade?

- Família Massaranduba (abatedouro de frango caipira)
- Família Saran (embutidos e defumados – suínos).
- Família Magni (piscicultura)
- Família Bernis (compotas, conservas, cachaça e artesanato)
- Família Vesco (polpa de frutas – fornecedor)
- Família Novaes (tempero – fornecedor)
- APIU (mel)

7- Que práticas você sugere aos proprietários envolvidos no turismo rural de nossa cidade, para melhorar o desenvolvimento sustentável de suas propriedades?

- preservação de nascentes
- recomposição das matas ciliares
- infra-estrutura adequada
- usar, sem degradar o meio ambiente, recursos naturais na confecção de artesanato para oferecer aos turistas

8- Como avaliar se o seu município está caminhando em direção à sustentabilidade?

- redução do volume de lixo e tratamento do mesmo
- controle e prevenção da degradação ambiental
- redução de desperdício de recursos(naturais, financeiros, humanos)
- acesso à informação e aos processos de tomada de decisão
- melhorias no nível da saúde, moradia, saneamento

9- Abaixo está a lista dos principais benefícios decorrentes das ações sociais das empresas. Qual deles você, acha de maior importância, para que uma empresa fortaleça sua imagem, ganhando respeito, confiabilidade e assegurando a sua autopreservação? (De uma escala de 1 a 6, ordene as alternativas abaixo, sendo 1 para a mais importante até 6)

- popularidade dos seus dirigentes, que se sobressaem como verdadeiros líderes empresariais com elevado senso de responsabilidade social.
- maior apoio, motivação, confiança, e melhor desempenho dos seus funcionários e parceiros.
- melhor relacionamento com o governo.
- maior disposição dos fornecedores, distribuidores, representantes em realizar parcerias com as empresas.
- maior fidelidade dos clientes atuais e possibilidades de conquista de novos clientes

10- Como você classifica o programa de Turismo Rural de nosso município?

- Bom
- Regular
- Precisa de infra-estrutura somente em alguns pontos, para receber turistas
- Precisa de infra-estrutura em todos os pontos para receber turistas.

2. Gráficos de 1 a 10 – Resultados do Questionário

Gráfico 1 - Informações sobre meio ambiente

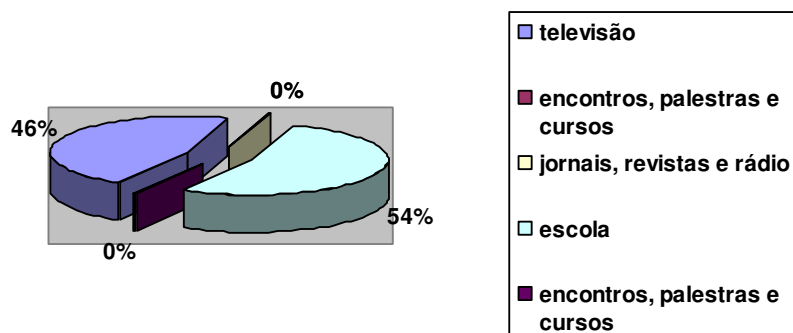


Gráfico 2 - Problemas prioritários do município

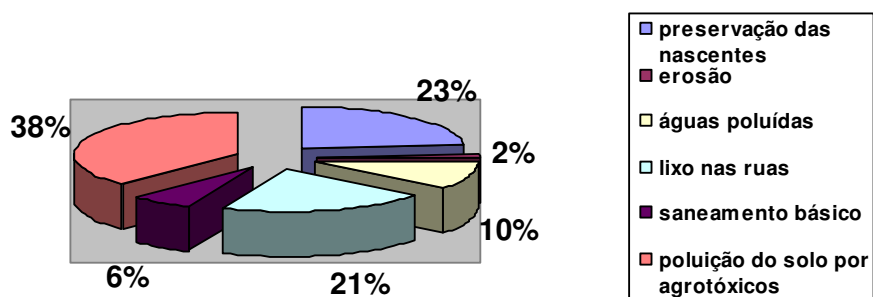


Gráfico 3 - Responsabilidade sobre os problemas ambientais

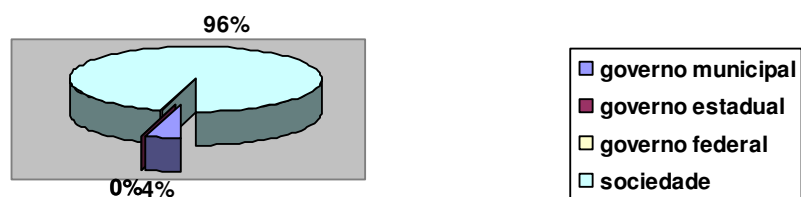


Gráfico 4 - Importância das matas ciliares na conservação das nascentes

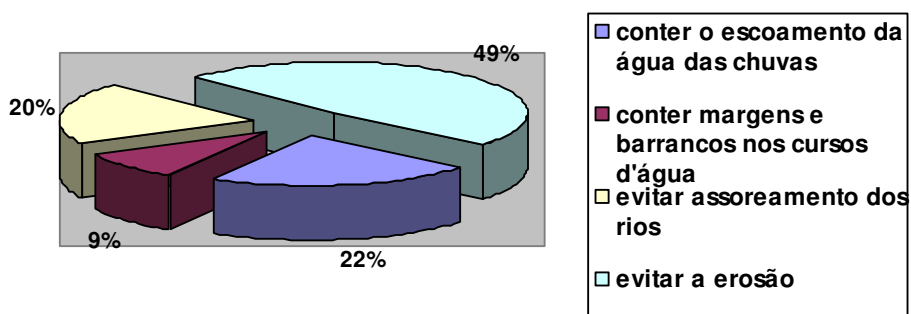


Gráfico 5 - Proposta de maior sustentabilidade para as matas ciliares

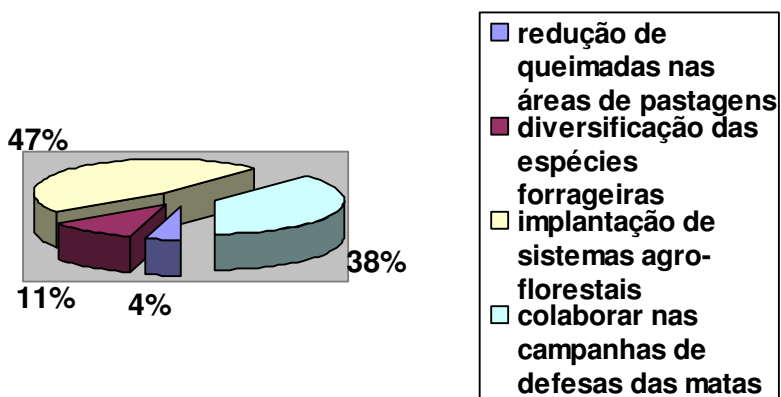


Gráfico 6 - Agroindústria e Sustentabilidade

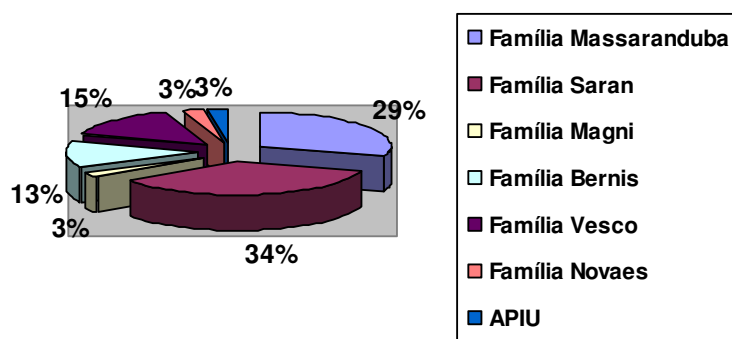


Gráfico 7 - Sugestões de práticas sustentáveis

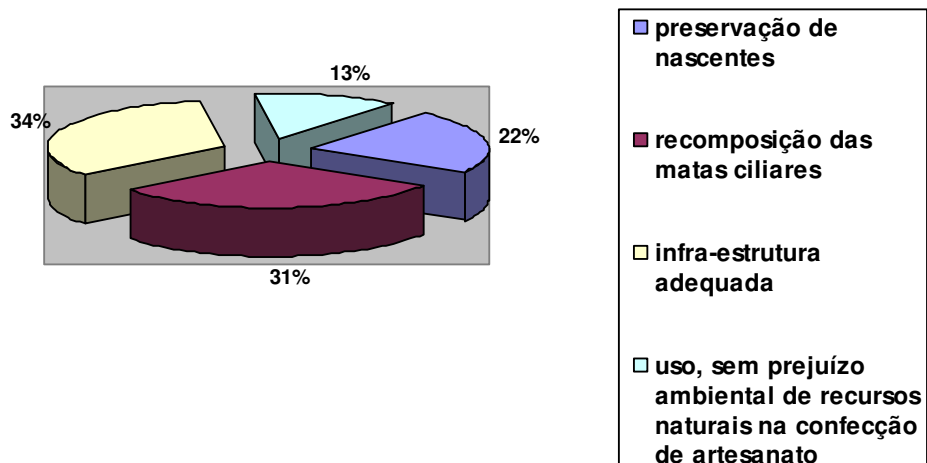


Gráfico 8 - O município e a sustentabilidade

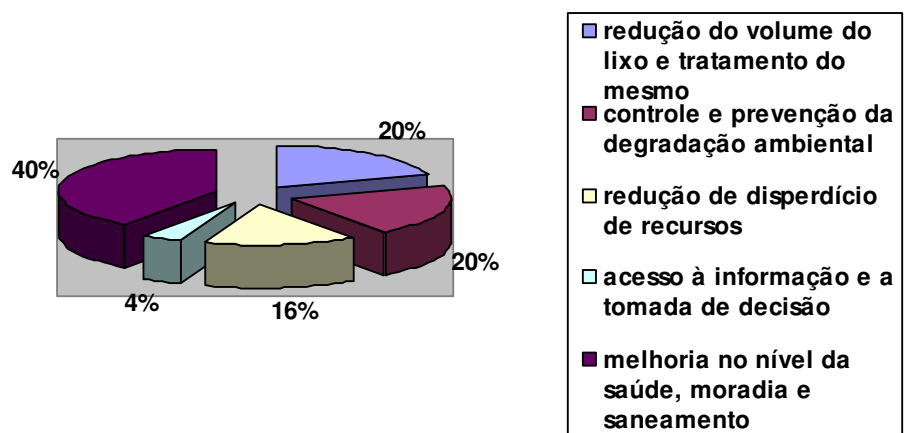


Gráfico 9 - Ações sociais das empresas e seus benefícios

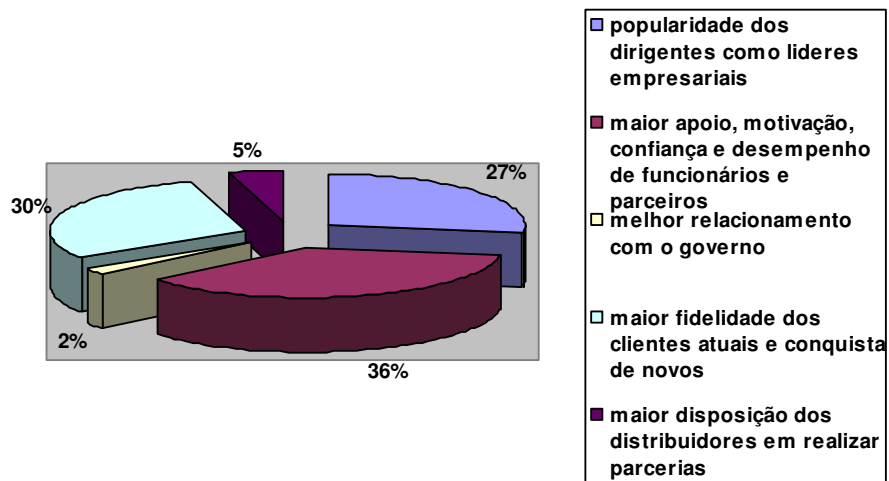
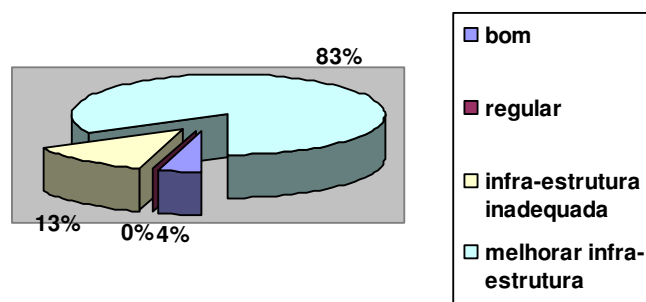


Gráfico 10 - Avaliação do Turismo Rural



3. Inventário das Propriedades que Compõem o Programa Sítio-Tur

Esse inventário é parte de um conjunto de dados de uma dissertação de mestrado e tem como objetivo coletar dados que identifiquem as propriedades rurais que fazem parte do Projeto Sítio-Tur do município de Ubatã-PR.

Leia atentamente cada questão e somente depois às resposta; seja sincero, objetivo e estará colaborando para que se possa verificar se o Programa de Educação Ambiental ofereceu subsídios em relação às questões ambientais.

Nome da propriedade: _____

Proprietário: _____

Endereço: _____

Família (nome e idade): _____

Participa de alguma associação? Qual? _____

DADOS GERAIS DO EMPREENDIMENTO

1. Já trabalha com turismo? () sim () não

2. Principal fonte de renda: _____

3. Atividade econômica complementar: _____

4. Função da família: _____

5. Funcionários e funções: _____

6. Área: _____ ha () própria () alugada () arrendada

7. Acesso: () possível com qualquer clima () difícil com chuva () complicado

8. Vias de acesso principais (rodovias), km e condições: _____

9. Vias de acesso secundárias (estradas vicinais), distância e condições: _____

ATRATIVOS NATURAIS

1. Hidrografia (córrego/rio) nome popular: _____
2. Possibilidades: () banho () contemplação () pesca () cachoeira
() práticas de esportes de aventura
3. Qualidade da água (pureza): () boa () média () ruim
4. Mata ciliar: () sim () não
5. Açude e represa nome popular: _____
6. Fontes/nascentes: () sim, quantas? _____ () não
7. Possui mata ciliar de acordo com o Código Florestal?
() sim, quantas? _____ () não
8. Piscicultura: () sim () não
9. Reserva Legal/maciços florestais: área _____
acesso _____
principais atrativos _____

ATRATIVOS CULTURAIS

1. Culinária: _____

2. Produção de artesanato: _____
3. Festas típicas/folclóricas: _____
4. Outros: _____

ATRATIVOS HISTÓRICOS

1. Construção, documentação e objetos: _____
2. Fatos: _____

INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

1. Descrição (área, uso, limitação, estado, etc.): _____

ANEXO B

1. Letra da música: Preservação
2. Produção de textos (alunos envolvidos no Programa de Educação Ambiental).
3. Fotos do Programa de Educação Ambiental.
4. Mapa do Sítio-Tur
5. Roteiro do Sítio-Tur

1. Letra da Música

Preservação

Eu queria que as pessoas na mente
Tivessem mais consciência
da preservação
Eu queria que o mundo inteiro
Achasse uma solução
Contendo a degradação

(Refrão)
É, pois é
Se as pessoas soubessem como é importante
É, pois é
Gerações futuras agradeceriam
Preserve as matas, preserve os rios
Proteja os animais
Mais cada vez mais
Preserve o ar, nosso ambiente
Com dedicação
Cada um fazendo a sua parte
Então teremos
Melhor qualidade de vida
Para a população
Mais saúde mais riqueza,
Muito mais educação

As leis ambientalistas
Com muita determinação
Requer agilização
A natureza preservada
Só teremos a ganhar
E a vida continuar

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Colégio Estadual Carlos Gomes

Turismo Rural 2003

Se você está cansado do estress
das grandes cidades, venha a
Ubiratã
e conheça nossos mais
novos atrativos
turísticos: o
turismo rural,
uma ótima opção de descanso
para você, seus amigos
e sua família.
Mas se você for um
cidadão
Ubiratanense e
gostaria de passar
um dia com seus amigos
ou família, conhecendo
mais sobre
as belezas e as delícias
de nossa cidade, não deixe
de aproveitar a chance
de fazer um passeio pelos
lugares mais bonitos que fazem
parte do Sítio-tur.

Agora, se você é dessas pessoas
Pouco informadas sobre o
Assunto, aqui vão
algumas dicas
Sobre o turismo rural
de nossa cidade.
Surgiu no final do ano
de 2001, com o objetivo
De trazer pessoas para
Conhecerem um pouco mais
sobre a nossa cidade,
Divulgar o nome da cidade
e gerar renda para
os pequenos produtores que
dispuseram de suas terras
para o projeto
Sítio-tur.

ALUNOS: Claudine, Dayane, Fayla, Fernanda, Jécika, Rosana, Sandro, Sheila, Thalita.

Água

- A água cobre cerca de 70% do nosso planeta mais 97% dessa água é salgada, 2% são geleiras e apenas 1% está disponível para beber. Precisamos preservá-la.
- A água é fundamental para a vida. Para sobreviver, os seres vivos precisam manter no organismo uma adequada e constante quantidade de água.
- O Brasil é o país que detém o maior volume de água doce do mundo. 80% delas (reservas) são encontradas na bacia amazônica, a maior bacia fluvial do mundo.
- O rio Amazonas descarrega no oceano atlântico cerca de 20% da água que chega aos oceanos em todo o planeta.
- Com o passar do tempo, além do abastecimento doméstico a água começou a ser utilizada nas diferentes atividades agrícolas (irrigação) e na produção de energia elétrica. Hoje somos quase 6 bilhões de pessoas repartindo este importante recurso com todos os outros seres vivos.
- A vegetação que ocorre ao longo dos rios, riachos e córregos é chamada de floresta ou mata ciliar, que atua como espécie de filtro que protege as águas além de abrigar uma quantidade de organismos vivos.

Educação ambiental na escola.

Nomes: Francielle Magro n.º 08 Zenaide n.º 28
 Francielly Novais n.º 09 Tânia n.º 29
 Patrícia Rêdo n.º 20

C.E.C.G./2003 Educação Ambiental na Escola

Preservação das Nascentes

A preservação das nascentes de água é uma preocupação de todos. Certamente, num futuro não muito distante, enfrentaremos problemas com o abastecimento de água. Mesmo hoje, já é um produto escasso em diversas regiões do Brasil.

Vista do espaço, a Terra parece o Planeta Água, pois esta cobre 75% da superfície terrestre, formando os oceanos, rios, lagos etc. As reservas de água no planeta são constantes, mas isso não é motivo para desperdiçá-la ou mesmo poluí-la. No entanto, somente uma pequenina parte dessa água, da ordem de 113 trilhões de m³, está à disposição da vida na Terra. Apesar de parecer um número muito grande, a Terra corre o risco de não mais dispor de água limpa, o que em última análise significa que a grande máquina viva pode parar.



A preocupação dos técnicos em geral é sofisticar cada vez mais os tratamentos de água, ao invés de se aterem mais à preservação das

nascentes, de onde é retirada a água pura. Este é o raciocínio mais irracional de que a técnica pode fazer tudo. Técnicas sofisticadíssimas estão sendo desenvolvidas para permitir a reutilização da água no abastecimento público, não percebendo que a ingestão de um líquido tratado com tal grau de sofisticação pode ser tudo menos o alimento vital do qual o ser humano necessita. Ou seja de que adianta o progresso se não há qualidade de vida? A única medida mitigadora possível para este problema na situação grave em que o consumo de água se encontra, foi misturar e fornecer à população uma água de boa procedência com outra de procedência pior, cuidadosamente tratada e controlada.

Uma alternativa que surge diante da dificuldade de se recuperar a vitalidade de grandes rios é recuperar seus afluentes desde as nascentes. A recuperação de nascentes de rios e córregos, além de contribuir para melhorar a qualidade da água, funciona como instrumento de aproximação entre o curso d'água e a comunidade que vive em suas proximidades. E também um mecanismo que exige menos recursos e apresenta resultados em prazos mais curtos.

Portanto a meta imediata é preservar as poucas nascentes intactas que ainda restam para que o homem possa dispor de um reservatório de água potável para que possa sobreviver nos próximos milênios.

Alunos; Fabrício, Marlyssa, Francielly, Kátia, Diogo, Simone, Tamara, Robsom, 2ºA

Preservação De nascentes:

Tomando como ideia central, temo a preservação das nascentes dos rios, conciliando dois pontos, os quais seriam: o levantamento da quantidade de nascentes e um determinado relatório à respeito da situação ambiental dos quais se encontram. Fazendo tal trabalho, pretende-se realizar uma união sustentável entre a comunidade e o seu rio.

Preservar as nascentes dos rios, através de ações de Educação Ambiental, pretendendo deste modo conservá-las, além de outras ações mais a ação homem-rio. Os objetivos principais da Preservação das Nascentes são:

- * Localizar, identificar as nascentes dos rios existentes na cidade;
- * Realizar um mapeamento onde se encontram as nascentes;
- * Integrar a comunidade em ações de melhoria das nascentes;
- * Garantir a qualidade da água dos rios, a partir das nascentes;
- * Reconhecê-las como patrimônio natural da cidade;
- * Estimular as pessoas à reflexão, os senso crítico.

Até o presente momento, foram localizados 113 nascentes, dos quais 17 rios constavam em mapa oficial (desde abril de 1999). Localizando-se a nascente, inicia-se um processo de integração entre técnicos (prefeitura) e moradores (comunidade). Há denúncias mais comuns feitas pela comunidade, que foi totalmente envolvido no projeto por: ativar um fundo de vale, depois de isso, e, até lançamento de vegetação na nascente ou no rio.

No contexto geral, o objetivo principal é que se tome consciência de que as nascentes, o rio, enfim, o meio ambiente em geral, depende e deve, de ações, feitas em grupo, comunidade, para que deste modo possam contribuir para a cidade mais unida, mais limpa, mais consciente e, se depende de mim e se depende de você!

MATA CILIAR



A mata ciliar é uma formação vegetal que está associada aos cursos d'água, cuja ocorrência é favorecida pelas condições físicas locais, principalmente relacionadas à maior umidade do solo.

Consequências do desmatamento

- O desmatamento reduz a quase sempre no empobrecimento do solo e na desertificação. Quando atinge as margens dos rios, produz assoreamento e pode ainda provocar desbarrancamento de encostas e alterações climáticas etc.

Solução

- A primeira medida correta que se propõe é o reflorestamento, entretanto, ele nem sempre se revela como a única e melhor solução. O melhor seria o plantio de árvores nativas leguminosas (jacarandá, pau-brasil, pau-ferro, angico melungu e braçatinga, que enriquecem o solo com nitrogênio e permitem o desenvolvimento de um rico estrato arbustivo, indispensável para a sobrevivência da fauna local.

Educação Ambiental.

Alunas: Danieli Custódio
Miriang Peres Valuz
Cera Luíza Lavorato

série 3ª

Colégio Estadual
Carlos Gomes.

Colégio Estadual Carlos Gomes - 2003
Ubiratã - Paraná

A mata Ciliar

O termo mata ciliar ou ripária é empregado para designar as florestas que ocorrem nas margens de cursos de água. A mata ciliar ocorre ao longo do terreno que inclui tanto a ribanceira de um rio ou córrego, de um lago ou represa, como também as superfícies de inundação chegando até as margens do corpo d'água pela própria natureza do ecossistema formado pela mata ciliar. Encontram-se também transições de solo, de vegetação e de um grande gradiente de umidade do solo, que impõem o tipo de vegetação. As matas ciliares são sistemas que funcionam como reguladores do fluxo de água, sedimentos e nutrientes entre os terrenos mais altos da bacia hidrográfica e o ecossistema aquático. Essas matas desempenham o papel de filtro, o qual se situa entre as partes mais altas da bacia hidrográfica, desenvolvida para o homem para a agricultura e urbanização e a rede de drenagem desta, onde se encontra recurso mais importante da vida que é a água.

Segundo a lei, é obrigatório reflorestar 20% de sua propriedade. A recuperação da Reserva Legal, ao ritmo de 1/30 por ano, pode representar um incremento anual de baixo custo e pouco oneroso, mas muito significativo da cobertura florestal no estado.

Destruir a floresta nativa é, na verdade, "matar a galinha dos ovos de ouro".

Com Mata Ciliar, o Rio fecha os olhos.
Educação Ambiental

alunos: Elaine, Debora, Karriane 2º D
Regina, Kelly, Rosalina 2º D

Desenvolvimento Sustentável

Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

A educação é e sempre será a base para a correção de problemas, essa é a forma mais segura de corrigir os erros do passado e assegurar que não sejam cometidos no futuro.

A execução de atitudes relativas por mais que pequenas, são feitas para educar o ser humano no futuro, prevendo melhorias e ganhos que somente a natureza pode retribuir.

O conceito de sustentabilidade ligado à preservação do meio ambiente é uma idéia recente, visto que nos países desenvolvidos o ambientalismo só tomou corpo a partir da década de 50. Isto deve ao fato de que a partir desta época ficaram evidentes os danos os danos que o crescimento econômico e a industrialização causavam ao meio ambiente, fazendo prever as dificuldades de se manter o desenvolvimento de uma nação com o esgotamento de seus recursos naturais.

Devemos educar para preservar. A educação ambiental deve agir dentro e fora das escolas, com as crianças, jovens e adultos, com pequenos ou grandes empresários, não importa em que ambiente. A Educação Ambiental é uma arma poderosa, tanto na educação formal, pois ela serve para entender a comunidade do ensino fundamental; como na EA não-formal, que detém o trabalho mais árduo, pois busca sensibilizar os indivíduos formados na escola da vida, a preservar a natureza e trabalhar para um desenvolvimento sustentável.

Participe da construção de um mundo novo, onde a natureza e os seres humanos poderão viver em paz...

“Educação Ambiental na Escola”

Colégio Estadual Carlos Gomes

Alunos: Déborah, Edney, Franciéli, Karen, Karla, Mayara, Thaísa. 2ºB

TURISMO RURAL

O **turismo rural** surgiu na Europa, quando pessoas da cidade precisavam ter contato com o homem do campo, caracteriza-se por oferecer aos visitantes atividades típicas rurais como cultivar plantas, ordenhar gado leiteiro, tratar dos animais e outros. No Brasil não foi diferente, está crescendo espantosamente, em 1992 o Paraná dá seus primeiros passos rumo a implantação do **turismo rural**, quando no dia 13 de janeiro a sede de uma propriedade agrícola cafeeira recebe seus primeiros hóspedes. Foi assim que a Pousada das Salamandras transformou-se numa das pioneiras da região do gênero de **turismo rural** no estado. Atualmente são aproximadamente 70 municípios paranaenses que já implantaram atividades ligadas ao **turismo rural**.

O **turismo rural** pode transformar-se em uma importante alternativa de renda da propriedade rural, desde que implantada com critérios e de forma planejada.

A implantação pode começar de forma gradual e com baixos investimentos. Assim, o proprietário pode começar abrindo suas portas para um almoço típico, ou para a venda de seus sub-produtos da atividade agropecuária (doces, mel, derivado do leite etc.) ou ainda para atendimento diário com passeios de cavalo, por trilhas e pelas instalações rurais. Oferecer pacotes pra escolas pode ser um bom começo.

Assim, a EMBRATUR utiliza-se da seguinte definição:

“atividade multidisciplinar que se realiza no meio-ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que tem no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para práticas agrícolas e agropecuária”

Não devemos confundir com a terminologia aplicada ao conceito de “turismo em áreas rurais”, onde qualquer atividade turística não urbana está inserida, incluindo ecoturismo, turismo de aventura e o próprio turismo convencional.

Também não se deve confundir o turismo rural com aquele praticado em Hotéis-Fazenda, caracterizado pela implantação de sofisticados equipamentos de lazer.

Para que uma propriedade rural adeque seu empreendimento para o atendimento de visitantes interessados em turismo rural, ela deve oferecer:

- Beleza natural da propriedade com áreas preservadas;
- Ter atividades agropecuárias produtivas que caracterizem a propriedade;
- Atendimento familiar e competente;
- Instalações rústicas porém confortáveis;
- Oferecer atividades que promovam a integração à natureza;
- Oferecer contato com a cultura e as tradições locais;
- Oferecer uma gastronomia típica;
- Comercialização de produtos típicos da fazenda;
- Autenticidade com a arquitetura e cultura local;
- Atividades de acompanhamento da produção agropecuária;
- Facilidade de acesso.

Educação Ambiental 2003

*Colégio Estadual Carlos Gomes
Aluna: Adriane, Edna, Jonastas 3º C*

Responsabilidade Social

No Brasil e no mundo, desde 1980, tem crescido muito a importância do conceito da Responsabilidade Social.

É uma nova maneira de conduzir os negócios de uma empresa, tornando-a responsável pelo desenvolvimento social, se preocupando com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente).

Ela compreende ações por parte das empresas em suas relações com o público interno, a comunidade de que elas fazem parte, seus fornecedores e clientes, os consumidores de seus produtos e serviços, o meio-ambiente e a sociedade nacional em que desempenham suas atividades.

A Responsabilidade Social nunca se esgota pois sempre há algo a se fazer, sendo um processo educativo que evolui com o tempo.

As empresas podem desenvolver projetos de diversos áreas, com diversos públicos e de diversas maneiras.

A ética é a base da Responsabilidade Social e se expressa através dos princípios e valores adotados pela organização, sendo importante seguir uma linha de coerência entre ação e discurso.

Colégio Estadual Carlos Gomes - Alunos(as):
Educação Ambiental
da Escola à Comunidade

Marcelo
Beatriz, Denise
Rafael e Cláudio

2003

3. Fotos do Programa de Educação Ambiental



Figura 4: Sensibilização – O Início do Programa



Figura 5: Momentos de Reflexão sobre Meio Ambiente (in loco)



Figura 6: Palestras por Técnicos em Meio Ambiente



Figura 7: Reflorestamento – Participação dos Alunos



Figura 8: Saída para Passeio Ecológico pelo Sítio-Tur – Ubitatã-PR



Figura 9: Passeio pela Trilha Ecológica

4- Mapa do Sítio-Tur

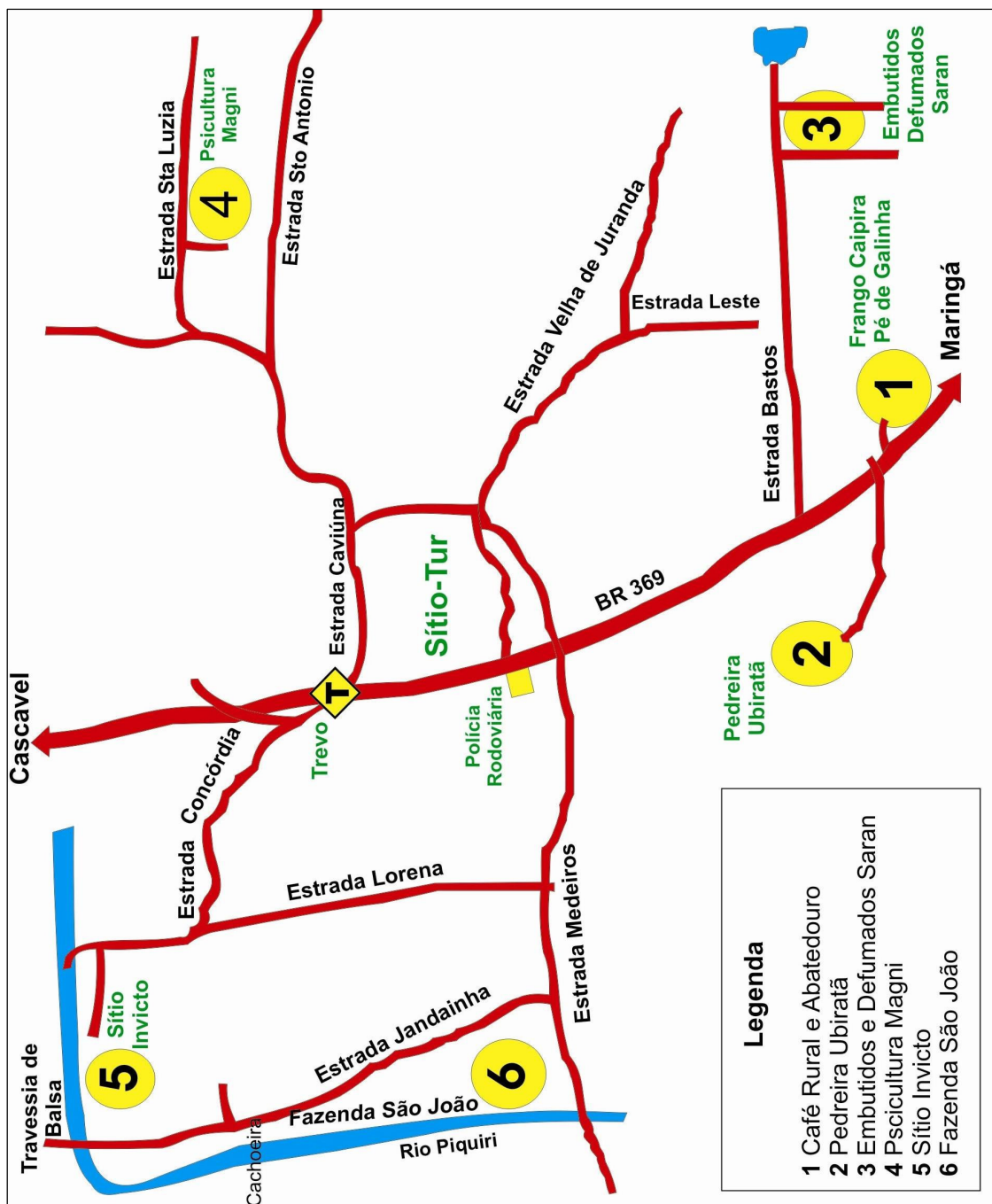


Figura 10: Mapa do Sítio-Tur

FONTE: Secretaria Municipal da Agricultura Gestão 2001/2004

5. Roteiro do Sítio-Tur

- Saída:

Prefeitura Municipal de Ubatã às 08:30

- Primeira Parada:

Café Rural – visita ao abatedouro e criação de frango caipira na comunidade Pé de Galinha

- Cardápio:

Suco de maracujá, laranja, acerola, laranja com acerola;

Café, leite e chá;

Bolo de milho verde, de cenoura, de fubá e queijo, nozinho, sonho e queijo mineiro.

- Segunda Parada:

Visita à Pedreira de Ubatã localizada na comunidade Pé-de-Galinha

- Terceira Parada:

Embutidos e Defumados Saran – visita de criação de suínos e sala de transformação com degustação dos produtos

- Quarta Parada:

Psicultura Magni – visita ao pesque e pague e amostra de produtos artesanais

- Quinta Parada

Almoço no Sítio Invicto – Cardápio: frango caipira, leitoa no tacho, saladas, aperitivos e sucos naturais.

- Sexta Parada

Fazenda São João – visita à serraria, duas cachoeiras, sucos naturais.

- Encerramento do Sítio-Tur no Suvaco da Cobra às 19:00 horas.